INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL
BRASIL
AÇUCAREIRO
ANO XII — VOL. XXIII
ABRIL — 1944
N.º 4
Paulo Werneck

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente: de 12 às 18 horas.
Aos sábados: de 9 às 12 horas.

## COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho.

Alfredo de Maya
Arnaldo Pereira de Oliveira
José Rufino Bezerra Cavalcanti
José Carlos Pereira Pinto
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel
João Soares Palmeira
} Representantes dos fornecedores

## SUPLENTES

Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luiz Dias Rolemberg
} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira
José Pinheiro Brandão
} Representantes dos fornecedores

## Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 420 — Endereço telegráfico: COMDECAR

**Fones** — Álcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 28-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Gerência. 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249; Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de alcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

## DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió
BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAIBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 - 2.º andar — João Pessoa
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edificio Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and.-S. 301/309 — São Paulo
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracajú

DISTILARIA CENTRAL DO ESTADO DO RIO: Estação de Martins Lage — E. F. Leopoldina.

Endereços: Caixa postal, 102 — Campos; Telegráfico — DICENRIO — Campos; Telefônico — Martins Lage, 5.

DISTILARIA CENTRAL PRESIDENTE VARGAS: Cabo — E. F. Great Western Pernambuco.

Endereços: Caixa postal, 97 — Recife; Telegráfico — DICENPER — Recife.

DISTILARIA CENTRAL DE PONTE NOVA — Minas Gerais — Caixa postal 60 — E. F. Leopoldina.

# BRASIL AÇUCAREIRO

**ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL**

**Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos e no D . I . P.**

**PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.**

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420



| | |
|---|---|
| **Assinatura (anual), para o Brasil ..........** | **Cr$ 25,00** |
| **Assinatura (anual), para o exterior .........** | **Cr$ 35,00** |
| **Número avulso (do mês) . . ...............** | **Cr$ 3,00** |

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre, excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se tambem o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

**As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açucar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.**

---

**Pede-se permuta.** **We ask for exchange.**

**On dèmande l'échange.** **Pidese permuta.**

**AGENTES :**

**OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco ;**

**HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul**

# SUMARIO

## ABRIL — 1944

# BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XII — VOL. XXIII ABRIL — 1944 N.º 4


## POLÍTICA AÇUCAREIRA

Quando, há cêrca de um ano, se tornou mais intensa a guerra submarina no litoral brasileiro, fazendo-se, em consequência, precário o suprimento de gasolina, o Instituto do Açúcar e do Álcool teve que tomar medidas imediatas para evitar que o álcool se escoasse como carburante, desfalcando as indústria e o comércio comum dêsse produto, nos armazens e nas farmácias. A tendência, no momento, era para pagar qualquer preço pelo álcool carburante. Não havia dúvida de que tôda a produção verificada no sul do país se escoaria imediatamente e que haveria que contar com seis meses de absoluta falta de álcool nas indústrias e no comércio em geral. Quando se considera a necessidade do álcool no consumo é que se pode avaliar o que seria essa crise de ausência de álcool, num comércio que interessa não apenas a alguns milhares de donos de carros, mas a tôda gente.

Para evitar essa crise havia necessidade de fazer o racionamento do álcool, senão em relação a cada consumidor, ao menos quanto às casas que o vendessem no varejo, ou às indústrias que o empregassem na fabricação de seus produtos. Foi o que fez o Instituto do Açúcar e do Álcool, centralizando a distribuição do álcool e obrigando a registro de suas casas, ou indústrias, a todos os interessados. Deu naturalmente muito trabalho êsse registro, trouxe incômodos para muita gente, mas o certo é que habilitou o Instituto do Açúcar e do Álcool a dizer qual a quantidade de álcool de que precisava cada indústria, ou cada comerciante, para a fabricação de seus produtos, ou para atender aos fregueses.

Conhecidas as necessidades dêsse comércio, era possivel reservar para elas uma parte da produção, afim de que não cessasse o fornecimento de álcool, no período de entresafra, quando não se podia contar, como ainda não se conta, com a possibilidade de trazer álcool dos Estados do Norte. O Instituto fez a estocagem do álcool necessário. Se não houve excesso de álcool, para um consumo livre, o certo é que não faltou às indústrias e ao comércio, durante todo o ano. Não fossem tomadas as medidas indispensáveis e o álcool faltaria de maneira total, nem seria possíver prever o preço que podia alcançar, nas fases de maior escassez. Nesse ponto, o Instituto garantiu, para os produtores, os compradores e os consumidores, um preço certo, que se não alterou durante o decurso da safra.

O preço fixado pelo Instituto não satisfez, nem podia satisfazer a todos. O produtor, que o pleiteava, considerou-o baixo, depois de fixado pelo Instituto; os industriais, que consomem álcool nas suas indústrias, não se cansaram de dizer que o achavam exagerado. Questão de ponto de vista. Se considerassemos o custo de produção, o preço fixado deixava ampla e indiscutível margem de lucro, sobretudo se se considerasse a situação e a margem do álcool residual. De resto, o preço estabelecido seria acrescido de bonificações, que na realidade permitiram pagar ao produtor um preço sem paralelo. O álcool que, antes da ação do Instituto, estava vendido (como se verificou em muitos contratos) a Cr$ 0,60, recebeu mais de Cr$ 1,30. As bonificações foram estabelecidas pelo Instituto no propósito de não majorar excessivamente o álcool destinado a carburante, oferecendo-lhe, em compensação, parte da margem resultante do preço mais alto fixado para o álcool destinado às indústrias e ao comércio comum. Era também a maneira de manter uma certa equivalência entre o preço de gasolina e o de álcool, sem prejudicar o produtor de álcool carburante, que recebia mais que o preço de venda de seu produto, através de bonificações concedidas pelo Instituto.

Esse plano, que atendia a necessidades evidentes, havia de trazer alguns embaraços e uma grande soma de trabalho para o Insti-

tuto. Não se arreceiou dêsse trabalho o Instituto, que encontrava diante de si o estímulo do interêsse público a que servia. Pode-se criticar a ação desenvolvida por essa autarquia, mas o que não se faz, ou o que não se fez, é mostrar de que modo deveria, ou poderia ter agido, para a solução dos problemas indicados.

O industrial, que utiliza álcool na fabricação de seus produtos, considera excessivo o preço fixado para êsse artigo. Mas se o Instituto não defendesse, nesse ponto, o interêsse do produtor, aumentando-lhe, como aumentou, a margem de lucro obtida, teria que enfrentar a sonegação da produção, que iria procurar, no mercado clandestino, uma oportunidade mais alvissareira. Conciliar êsses interesses foi o que procurou fazer o Instituto, embora convencido de que as queixas de uns e outros continuariam, como expansão dessa eterna insatisfação humana, que considera sempre pouco o que recebe, quando pensa no muito que ambiciona.

O plano estabelecido pelo Instituto apresenta uma vantagem, que não deve ser desprezada: monopolizando a distribuição de álcool, facilita a defesa dos preços dêsse produto, quando se tornar franca a entrada de gasolina no país. Vale, pois, pela segurança das vantagens e estímulos oferecidos à indústria álcooleira, dentro da orientação do Presidente Getúlio Vargas. Com o volume de produção álcooleira, que o Brasil já possui, a liberdade de vendas valeria, pela concorrência, a certeza de uma baixa de preços. Estabelecendo as bases para um sistema de distribuição controlado, o Instituto do Açúcar e do Álcool visou assegurar à produção de álcool uma situação de confiança e de prosperidade, como a que foi obtida para o açúcar. Tudo isso pode ser complexo e trabalhoso. Não se esqueça, porém, que não faltaram queixas e protestos contra as complicações que o Instituto impusera à produção de açúcar. Foram, porém, essas complicações que salvaram o açúcar.

Elas salvarão, também, o álcool, quando não se apresente tão facil a situação, findas as aperturas da guerra.

* * *

A "Folha da Manhã", de São Paulo, edição de 21 de março findo, publicou a seguinte nota que lhe foi enviada pelo gabinete do Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, a propósito do artigo de 12 do mesmo mês estampado por aquele jornal, sob o título "O direito e o dever de produzir":

"O artigo de fundo da "Folha da Manhã", edição de 12 de março do corrente ano, diz o seguinte: "O que isso quer dizer é que poderiamos estar agora vendendo aos Estados Unidos 5, 10 ou mais milhões de sacos de açúcar. O preço lá pago é compensador. Escoar-se-iam as safras do norte ainda que muito majoradas. Dobrar-se-ia a produção do sul em regime de auto-suficiência. Colher-se-iam vantagens tantas e tamanhas que seria de se desejar, ante tal situação, se procedesse a uma revisão fundamental na nossa política açucareira".

Logo depois de Pearl Harbour, o Instituto do Açúcar e do Álcool teve impressão semelhante e procurou estabelecer os necessários contactos com as autoridades americanas. A importação de açúcar, nos Estados Unidos, está sujeita a uma tarifa alta, que anula tôdas as vantagens dos prêços existentes no mercado americano. Qualquer plano brasileiro deveria estar condicionado, evidentemente, à concessão de uma quota de exportação, que tivesse, a exemplo de Cuba, de Porto Rico, etc., uma tarifa preferencial. Chegou mesmo o Instituto a sugerir a fixação de uma quota de exportação para o período de guerra, admitindo que, depois da paz, pudesse ser progressivamente reduzida, num período de adaptação que evitasse sacrifícios para o produtor brasileiro. Isso em janeiro de 1942, isto é, logo depois de Pearl Harbor.

A resposta americana, entretanto, foi uma negativa categórica. Não tinham os Estados Unidos meios de transporte para o açúcar brasileiro. Preferiam destinar a praça disponível a artigos necessários à preparação guerreira. Se daí resultasse escassez de açúcar no mercado interno americano, o racionamento se encarregaria de equilibrar a situação. Convém observar que o racionamento existente nos Estados Unidos atinge as indústrias e o consumo doméstico. Houve redução de 30% (em relação ao consumo de 1941) na quota das indústrias de bebidas, sorveterias, fábricas de doces, bombons, etc. Os particulares, hotéis, restaurantes, fábricas de fruta em conserva e de sucos de fruta, tiveram apenas 50% de suas necessidades, verificadas de acôrdo com o consumo de 1941.

E' verdade que os Estados Unidos aboliram, posteriormente, o regime das quotas de

importação de açúcar, mas nem assim o Brasil poderia candidatar-se ao mercado americano, pela falta de transporte. Por isso tinha razão o Instituto, quando subordinava qualquer decisão nesse sentido a uma espécie de convênio para embarque do açúcar. O desinterêsse dos Estados Unidos, entretanto, pêlo açúcar brasileiro continuou inalterável e pela mesma razão que fizera fracassar as "demarches" iniciais: a escassez de praça na marinha mercante. Em suma, o povo americano preferia o racionamento do açúcar a qualquer desvio de transporte, que pudesse servir à preparação guerreira. Ainda nesse ponto, os Estados Unidos demonstraram a sua decisão exemplar, não se poupando a nenhum esfôrço e não recusando nenhuma restrição, para que todos os recursos se destinassem à guerra e à vitória. Não será demasiado acrescentar (para melhor compreensão das restrições americanas) que a redução verificada, no consumo do açúcar, em algumas regiões brasileiras (nos Estados do sul), não chega a 20% sôbre o consumo doméstico".

* * *

Em carta dirigida ao presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, afirma um usineiro fluminense, o Sr. Luiz Guaraná: 1) que o açúcar requisitado aos produtores de Campos, para suprimento do Distrito Federal, foi fornecido ao consumo do Estado de Minas Gerais, por intermédio de refinarias cariocas; 2) e que assim foram desprezados interêsses de refinarias mineiras. Nenhuma dessas afirmativas é exata.

Nos primeiros meses da safra de Campos, Minas Gerais foi suprida, em parte, pelas usinas fluminenses. Quando se tornou necessário, entretanto, trazer açúcar de Campos para o suprimento do Distrito Federal, numa fase em que tal suprimento deveria fazer-se com açúcar do norte do país (como acontecia todos os anos), surgiu uma situação nova, com a evidência de que os estoques de Campos não chegariam para atender a êsse novo consumo e às necessidades normais do Estado do Rio, a menos que fossem canceladas as vendas feitas ao Estado de Minas. Daí as restrições adotadas, embora se houvesse liberado uma certa parcela de cristal e todo o açúcar mascavinho de Campos vendido ao mercado mineiro, para atenuar a crise que se notava nesse último Estado. Permitir, porém, a saída livre de açúcar de Campos seria desfalcar o próprio consumo fluminense, dada a atração exercida pelos compradores mineiros, que não discutiam preço.

No momento em que o Distrito Federal era excepcionalmente suprido pelo mercado campista, foi proibida a saída de açúcar refinado desta capital. Sòmente depois que chegaram as primeiras partidas de açúcar do norte é que desapareceu a proibição, mas para que se destinasse a Minas, não o açúcar de Campos, mas o do norte, uma vez que se considerava mais lógico e natural reservar o açúcar de Campos para o próprio mercado fluminense. Essa orientação, a que o Instituto do Açúcar e do Álcool deu a sua solidariedade foi adotada pela Comissão de Abastecimento do Estado do Rio, na qual estão representados os produtores fluminenses por dois usineiros campistas. Figura ainda essa norma numa das Resoluções da Comissão de Abastecimento da Coordenação da Mobilização Econômica, nos seguintes termos:

"Considerando que o atual estoque de açúcar do Estado do Rio apenas atende às necessidades de consumo dos mercados fluminenses; considerando, entretanto, que já foram dadas providências para garantir o açúcar necessário ao abastecimento do Estado de Minas Gerais, através do Porto do Rio de Janeiro, para o que foi estabelecido sôbre todos os embarques de açúcar destinados a êsse porto, uma percentagem para garantia do suprimento daquele Estado; considerando ainda, que, para melhor abastecimento de centros consumidores, decorrentes das razões acima indicadas, torna-se preciso revisão das vendas já efetuadas, afim de colocá-las em conformidade com o plano geral de abastecimento, resolve, etc."

Quanto às refinarias mineiras, tem o Instituto se esforçado para assegurar as quotas de que elas precisam. Com a chegada de açúcar do norte do país, se tem saído açúcar refinado para Minas, o certo é que também se vendeu muita rama — tôda a rama de que se podia dispôr no momento.

Resta o último ponto: o do preço. Reconhece o Instituto que são excessivos os preços e tudo tem feito para combater o mercado negro. Os produtores acusam os comerciantes de especulação; os comerciantes dizem que já adquirem o açúcar onerado com as margens clandestinas, exigidas pelo produtor acima do preço fixado pelo Instituto. Por isso se esforça o Instituto para que o

# DIVERSAS NOTAS

## AÇUCAR PARA O DISTRITO FEDERAL

Em tempo foi comunicado à administração do Instituto do Açúcar e do Álcool, pela Delegacia Regionad da Bahia, que as usinas daquele Estado apresentavam relutância à entrega da quota do Distrito Federal. Trazido o fato ao conhecimento da Comissão Executiva do I.A.A., determinou a mesma as providências cabíveis no caso. Levado ao conhecimento das usinas baianas que a Comissão não concordava, de forma alguma, com a abstenção da entrega da quota do Distrito Federal, já manifestaram o propósito de concorrer com a referida quota as usinas Paranaguá, Passagem, Itapetinguí, Nossa Senhora da Vitória e Santa Luzia, aguardando as mesmas transporte para o embarque do açúcar correspondente. As demais usinas não se manifestaram ainda sôbre o caso, estando a Delegacia Regional insistindo junto às mesmas por uma solução favorável à entrega da quota do Distrito Federal.

Na sessão efetuada em 1.º de março último, a Comissão Executiva manteve sua decisão anterior, no sentido da obrigotoriedade da entrega da quota do Distrito Federal pelas usinas da Bahia.

---

## O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO DE AÇUCAR

Em fins de março último, o Comandante Amaral Peixoto, Interventor Federal no Estado do Rio, concedeu uma entrevista aos jornais de São Paulo, onde se encontrava. S. Ex.ª expôs amplamente aos representantes da imprensa o que vem sendo feito sob sua direção no sentido de abastecer as populações do país dos gêneros de tôda espécie de que necessitam.

Com relação ao açúcar disse o Interventor fluminense ser preciso organizar-se um plano único, tal como com o sal e outros produtos.

---

açúcar liberado para Minas seja posto à disposição das Prefeituras, que estão em condições melhores para auxiliar o combate ao mercado negro, denunciando os verdadeiros culpados.

E' verdade que essa orientação não merece aplausos do Sr. Luiz Guaraná, que propõe um lema novo para a politica do açúcar — "trabalhar dentro da liberdade" — Esqueceu-se, porém, S. S.ª de que não deixaria de ser paradoxal a defesa de liberdade irrestrita, num regime, como o do açúcar, que ainda é, na essência, um monopólio de produção.

As restrições adotadas foram ditadas, tão sòmente, pelo interêsse público. Se a mercadoria escasseia e não se organiza a sua distribuição, há que contar com a especulação ilimitada dos preços e a distribuição desigual do produto. Verificando a quota de consumo de cada município, o Instituto do Açúcar e do Álcool se empenha para que o açúcar seja liberado proporcionalmente às necessidades locais. Não se inspira, pois, a sua ação no impossível prazer de adotar restrições, mas na defesa de interêsses do povo.

## O MUNDO ESTA' PRODUZINDO AÇUCAR EM DEMASIA

**Numa palestra pelo rádio, o Senhor O. T. Faulkner, reitor do "Imperial College of Tropital Agriculture", falando sôbre a indústria açucareira nas ilhas britânicas do Mar das Antilhas, afirmou que a produção mundial de açúcar era excessiva. Disse que os produtores de cana de açúcar julgavam contrário à equidade, além de trágico, o fato dos produtores de açúcar de beterraba receberem subsídio, quando o artigo tropical poderia ser produzido muito mais barato.**

**Acrescentou o Senhor Faulkner que era preciso encontrar uma utilização adicional para o açúcar, além do seu uso como alimento e que tanto o Ministério das Colônias britânico como o "Colonial Products Research Council" estavam se interessando muito por essa questão.**

Acrescentou S. Ex.ª :

"No caso do açúcar, a quantidade vinda ultimamente de Pernambuco aumentou consideravelmente, destinando-se ao abastecimento principalmente do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. A nossa Marinha Mercante tem desenvolvido, nesse sentido, todos os esforços. Apesar de não ter havido comboios, o transporte está sendo efetuado com melhor aproveitamento possivel da capacidade dos navios."

* * *

A "Folha da Manhã", de São Paulo, em 20 de fevereiro último, publicou o seguinte telegrama do Rio :

"As autoridades fluminenses, através de uma série de medidas eminentemente racionais, vêm procurando, dentro das possibilidades do momento, resolver os graves problemas do abastecimento, não só das populações dos grandes centros urbanos, como também do "hinterland". Ainda agora, dentro dessa política, acaba o Interventor Amaral Peixoto de determinar providências destinadas a dar solução prática à distribuição de açúcar no território fluminense. Essas providências foram tomadas depois de recebidos os dados da Comissão encarregada pelo govêrno de solucionar a distribuição dêsse produto. Obedeceu essa distribuição ao índice demográfico dos respectivos Municípios fluminenses, sendo que a fixação das quotas para os mesmos foi ainda estabelecida levando-se em conta as informações prestadas pelos prefeitos. Dêsse modo, e de maneira definitiva, ficaram solucionadas as questões relacionadas com o abastecimento de açúcar no Estado do Rio. O preço foi fixado, somando-se ao custo do produto — na usina — as despesas com o frete, e comissões razoaveis para os atacadistas e varejistas, preços êsses flexíveis, de acôrdo com as condições de transporte.

A quantidade total de açúcar, a ser distribuida no Estado do Rio, é de 80.600 sacos mensais, o que é, no momento, suficiente para atender às exigências das populações.

O govêrno, por outro lado, visando o duplo objetivo de proporcionar ao consumidor preços módicos, determinou que a distribuição fôsse feita, tomando-se por base a localização das usinas em relação aos Municípios consumidores, evitando-se, assim, a majoração do produto e, ainda, promovendo maior economia de espaço nos transportes, tão indispensável nesta hora para satisfazer as exigências do Brasil em guerra.

---

## PREÇOS DE AÇUCAR

Na sessão efetuada a 8 de março último, pela Comissão Executiva do I.A.A., o Sr. Barbosa Lima Sobrinho declarou que, em sua recente visita a São Paulo, teve oportunidade de procurar os Srs. Fernando Costa, Interventor Federal, e Melo Morais, Secretário da Agricultura, afim de proporcionar maior aproximação do Govêrno do Estado com o Instituto, em relação aos interêsses comuns. Não privava das relações do Dr. Melo Morais, em quem encontrou um homem público inteligente e culto, com inteiro conhecimento dos problemas agrícolas do Brasil. Ao Dr. Fernando Costa prende-o já uma velha amizade, independente da admiração que tem pelas suas qualidades de administrador, aliadas à sua gentileza e bondade. Tanto na Interventoria como na Secretaria da Agricultura, encontrou o melhor ambiente.

S. S.ª, conforme disse, procurou, também, a Comissão de Abastecimento do Estado, para se inteirar dos motivos da desinteligência que havia em relação à questão dos preços Cif. Conhecendo a tese da Cooperativa de Pernambuco sôbre o assunto, queria pesar os argumentos do Dr. Sousa Nazareth, contrários àquela tese. Quando a Comissão Executiva aprovou a relação de preços Cif, mandou constar de ata que as respectivas tabelas dependiam de consulta às comissões de abastecimento dos diversos Estados e, se houvesse impugnação, o assunto voltaria a debate para a decisão que fôsse mais acertada. Previa, mesmo, que a nova tabela não seria, desde logo, aceita por São Paulo.

De fato, o Dr. Sousa Nazareth, por escrito, já ponderara que, baseado no preço Fob, aprovado pelo Instituto, em tempo oportuno tabelara o açúcar para o Estado. Nessa ocasião, atendendo a sugestões do Centro Regulador de Preços, fixara o preço do açúcar cristal em Cr$ 107,00 do atacadista para o varejista e em Cr$ 114,00 do varejista para o

consumidor. Estas condições permitiam uma margem de Cr$ 6,58, por saco, ao atacadista, que servia de estímulo à importação, pondo côbro ao câmbio negro. Pela nova tabela, na base de Cr$ 98,00 Cif Santos, o açúcar cristal chegaria a São Paulo pelo preço de Cr$ 104,00, portanto com o acréscimo de Cr$ 3,80 no preço, o que reduzirá consideravelmente aquela margem de Cr$ 6,58.

Pessoalmente, alegou o Dr. Nazareth que existia em São Paulo grande número de pequenos negociantes que são, de fato, atacadistas, porque, além de distribuirem o açúcar na própria capital do Estado, o mandam também para o interior. Não sendo grandes comerciantes, seu comércio é essencialmente fragmentado. Daí a justiça da margem fixada, de Cr$ 6,58.

Reconhece a Comissão de Abastecimento de São Paulo que os produtores pernambucanos teriam o direito de vender o açúcar diretamente aos industriais paulistas, cabendo-lhes, então, a faculdade de faturar a mercadoria pelo preço Cif e, ainda, de se atribuir a diferença, para atingir a margem do atacadista.

Por outro lado, não tem havido boa vontade de Pernambuco em aceitar transações na base Fob, mesmo quando propostas pelos compradores habituais e em quantidades superiores a 3.000 sacos de açúcar, nos termos da resolução da Comissão Executiva.

Se Pernambuco dispusesse em São Paulo de uma organização para receber o açúcar e vendê-lo a Cr$ 107,00 ao varejista da capital do Estado e pelo mesmo preço ao atacadista do interior, o problema estaria solucionado. O Dr. J. Bezerra Filho poderia entender-se com os produtores de seu Estado para que examinassem o assunto sob êste aspecto.

Após longo debate, o presidente sugeriu e foi aprovada a seguinte resolução :

"1) — Para as vendas até 3.000 sacos, prevalecem as bases Cif estabelecidas pelo Instituto ;

2) — Para as vendas a partir de 3.000 sacos não poderá ser recusada a base Fob, sempre que o comprador o proponha aos centros produtores do norte, desde que se trate de compradores habituais e que possam provar distribuição mensal não inferior a 3.000 sacos ;

3) — Reconhece-se ao produtor o direito à margem do atacadista, sempre que venda e entregue a mercadoria, diretamente, ao varejista".

---

### A SAFRA ALAGOANA

O presidente do I.A.A. recebeu, com data de 29 de fevereiro último, o seguinte telegrama do Sindicato da Indústria do Açúcar de Alagoas :

"Dr. Barbosa Lima Sobrinho — Rio. — Sendo certo que a produção das usinas de Alagoas não atingirá 1.850.000 sacos, limitação atual do Estado, podendo-se, em face da estiagem rigorosa, calcular o decesso acima de 150.000, e tendo entretanto várias usinas atingido suas respectivas limitações, com a existência de extra-limite, inclusive canas de fornecedores, requeiro a Vossência e à Comissão Executiva a liberação de 100.000 sacos, por conta do referido decesso, afim de evitar parada nas moagens, ficando a devida distribuição a critério da Delegacia Regional e da Cooperativa dos Usineiros, como na safra anterior. Preciso esclarecer que a produção total das usinas, até 31 de janeiro, atingiu 1.025.000 sacos, o que demonstra a impossibilidade de alcançarmos os limites autorizados. Peço permissão a Vossência para solicitar a máxima urgência na solução do assunto. Saudações cordiais. — **Alfredo de Maya**, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Alagoas".

Esse telegrama, foi lido perante a Comissão Executiva, em sessão de 1 de março último, tendo o presidente declarado que o pedido representava apenas uma antecipação da liberação de excessos, dentro da quota do Estado, o que, aliás, a Comissão Executiva concedeu em safras anteriores. Desde que o Estado não atinja o seu limite de produção, a liberação dos excessos parciais é legal, podendo ser a liberação antecipada, mediante os compromissos necessários dos produtores.

Em seguida, por proposta do presidente, foi aprovado pela Comissão Executiva o seguinte :

"Deferido o que requer o Sindicato da Indústria do Açúcar de Alagoas, responsabilizando-se os usineiros favorecidos pelo reajustamento das quotas, no caso de

# O FUTURO DO AÇÚCAR

Em dezembro do ano passado, escreviam Lowry & Co., Inc., na sua "Sugar Review", o seguinte sôbre o desenvolvimento futuro das coisas açucareiras :

"Se as exigências de álcool não sobrepujarem as do açúcar e presumindo que, na primavera, as semeaduras de beterraba, neste país sejam mais ou menos normais, com tempo favorável nas áreas plantadas com cana e beterraba, nosso suprimento de açúcar e facilidades de praça em 1944 parecem suficientes para justificar uma maior distribuição do produto, incrementando-se as quotas industriais. Nossas asserções se baseam na conjetura de que o estoque a ser acumulado a 30 de setembro, 31 de dezembro de 1944 ou em qualquer outra data não será tão grande quanto se pretende. Aliás, a questão do abastecimento, distribuição e estoque já foi abordada, mais ou menos detalhadamente, no nosso número 26, publicado em outubro dêste ano.

Não arriscamos profecias sôbre o término da guerra. Existe, contudo, uma impressão crescente de que a fase européia terá seu epílogo em 1944 e que a guerra com o Japão poderá ir até 1945. De qualquer maneira, a cada mês que se escoa, mais e mais nos aproximamos do estado de transição entre guerra e paz e, para uma situação econômica, que será chamada o mundo de após-guerra. A despeito do fato de não podermos estabelecer datas defnitivas, não é cedo demais para começar o planejamento, para indagar dos problemas, olhar o futuro, provocar idéias e discussões sôbre o que há em matéria de reservas para o açúcar, nos tempos cheios de incertezas, quando se apagarem as luzes de 1944.

Parece-nos que exame tão amplo pode ser feito, lógicamente, de dois ângulos : 1) fase de transição de guerra para a paz, durando de um a dois anos e 2) fase da política definitiva após a guerra, a respeito do açúcar, adotada não só pelos Estados Unidos como também pelas principais nações do mundo, a qual poderá estender-se por muitas décadas. No momento, adstringimo-nos essencialmente à :

FASE DE TRANSIÇÃO — Na tentativa de prever a questão do suprimento, procura, preços, valor dos títulos e investimentos sôbre açúcar. no período a seguir imediatamente ao fim das hostilidades, é fácil arguir que a história sempre se repete o daí tomar 1918/1921 como base para as ações futuras. Não há dúvida que as condições atuais se mostram em muitos aspectos semelhantes às que prevaleceram durante e após a primeira Guerra Mundial; há, contudo, muitos outros pontos de dissemelhança. Nunca esquecer essa circunstância ao delinear-se uma norma de ação para o futuro.

Em 1913, a produção mundial de açúcar foi de 21 milhões de toneladas curtas, repartidas mais ou menos assim: 11 1/2 de cana e 9 1/2 de beterraba. Se bem que a guerra não tivesse sido declarada senão em agosto, a colheita beterrabeira do continente foi seriamente atingida pela mobilização geral, caindo a produção açucareira em cêrca de 600 mil toneladas. A partir de então, a produção beterrabeira mundial foi decaindo até chegar aos 3.668.000 toneladas curtas, em 1919, enquanto a de cana se expandia para 14 e meio milhões de toneladas. Noutros termos, verificou-se uma diminuição de cêrca de 6 milhões de toneladas na produção beterrabeira, coberta por um avanço de 3 milhões de toneladas na produção de cana, dando uma diferença líquida a menos de 3 milhões de toneladas nos abastecimentos mundiais, aí pelos fins de 1919.

Cessadas as hostilidades em 1918, o controle do açúcar não foi logo abandonado nos Estados Unidos. A safra cubana de 1919 foi comprada à razão de 5.50 centavos por libra, fob, só se suspendendo o controle ao findar aquele ano. A Europa, terminada a guerra, não era a invadida, talada, empobrecida Europa de hoje. O povo, que suportara por tanto tempo as rações curtas, andava atrás de mais açúcar e ou tinha o dinheiro ou o crédito para adquirí-lo. Para citar Willet & Gray :

"No início da última semana de julho (1919), os compradores de todo o mundo porfiavam em comprar a safra cubana de 1919/20. Esperava-se que o controle sôbre o açúcar terminasse em 31 de dezembro de 1919 mas, com controle ou sem êle, açúcar era bom negócio. As vendas começaram a 6.50 centavos fob Cuba, isto é, um centavo a mais sôbre o antigo preço."

A princípio, os compradores americanos não olharam senão de soslaio para tais cotações. Cuba, infelizmente, passou por uma temporada de más condições atmosféricas de modo que os rumores de que haveria uma queda no volume da safra começaram a ganhar corpo. Quase a seguir, consumidores e industriais nos Estados Unidos ficaram presa de forte excitação e lançaram-se numa competição com o mundo, desandando a comprar não só o açúcar de Cuba mas de regiões longínquas, de modo que, em junho de 1920, os preços

---

ser excedido o limite geral do Estado, e não sendo prejudicado, com essa medida, o escoamento do açúcar intra-limite das usinas do Estado. As usinas beneficiadas se comprometerão ainda a compensar as parcelas da quota do Distrito Federal, correspondentes às usinas de produção deficitária, por conta de cujos saldos são liberados os excessos das usinas de produção acima da sua limitação."

atingiam o nível fantástico de 25 centavos por libra do tipo granulado. Iniciava-se, assim, a "dança dos milhões". Contudo, cedo se admitiu que, com essa atitude de comprar adiantado, os Estados Unidos ficaram com mais açúcar do que realmente necessitavam. Arranjara-se açúcar para entregar em 1920 e também até para 1921. A bomba estourou na segunda metade de 1920, quando os preços se precipitaram numa queda vertical, acarretando a ruina geral.

Assim foi o período de transição. Chegamos, então, à dolorosa rehabilitação do após-guerra e à era da competição. Com preços em derredor de 5 a 5 e meio centavos por libra fob, Cuba desfrutou uma prosperidade que se estendeu por todos os anos da guerra. Graças ao incremento às plantações e à ampliação de suas usinas, a indústria açucareira da ilha foi ganhando uma expansão, que as cifras de produção, abaixo enfileiradas (em toneladas curtas), espelham com clareza:

| | Preço médio CIF. Nova York |
|---|---|
| 1913 — 2.758.000 . . . . | 2.22 cents. |
| 1914 — 2.951.000 . . . . | 2.83 " |
| 1915 — 2.963.000 . . . . | 3.59 " |
| 1916 — 3.446.000 . . . . | 4.78 " |
| 1917 — 3.470.000 . . . . | 5.22 " |
| 1918 — 3.945.000 . . . . | 5.49 " |

Os preços altos, a especulação no período de 1920 despertaram a atenção dos detentores de capitais para as possibilidades do açúcar. Não foi difícil aos agentes comerciais venderem quantidades consideraveis de títulos e valores de empresas cubanas ao povo americano e de outras terras, correndo assim o dinheiro para as usinas e as áreas canavieiras. O resultado foi uma rápida e nunca vista expansão da potencialidade produtora de Cuba, cuja exteriorização mais expressiva vamos encontrar na safra "record" de 1925, com 5.894.000 toneladas curtas de açúcar.

E' interessante observar que Cuba, com os seus lucros, foi construindo, pedra sôbre pedra, seu edifício econômico: uma procura que ia aumentando sempre e sempre. Mas isso foi desde os seus primórdios até 1913, quando, numa safra, produziu 2.750.000 toneladas de açúcar; já com o estímulo da guerra e a facilidade com que arranjava dinheiro emprestado para ampliar sua indústria básica, foram precisos apenas doze anos para que, numa única safra, outros 2.750.000 toneladas viessem duplicar aquela primeira cifra. A produção, atingia, então, o seu "climax". Pouca atenção prestava-se, por essa época, à questão do açúcar, no após-guerra, para o qual Cuba tinha "naturalmente" um mercado. A ilha tornou a aumentar sua produção, partindo da média de 2.750.000 toneladas produzidas, e transacionou no período 1930/31 na base de uma produção potencial de, digamos, 5 milhões de toneladas. As coisas dessa vez puderam ser realizadas na sua maior parte porque foi possível pôr em ação elementos com que já se contava: quer dizer, a maquinaria de usina, as ferrovias construidas e as terras desbravadas em 1920 estavam em condições de prontamente entrar em uso, logo que se conseguisse um mercado capaz de absorver o que poderiam produzir. Por sorte, dispunha Cuba em 1941 de uma grande reserva de cana, para abastecimento, contando, além do mais, com grandes quantidades do vegetal em caminho de novas plantações. O custo dessas plantações ampliadas seria coberto rapidamente com o aumento nos lucros nas safras inteiras, mesmo com os preços então vigorantes. Companhias públicas formadas em 1920 receberam refinanciamento em 1930, de modo que há-de convir-se que, sob o ponto de vista financeiro, o problema cubano não se assemelha com o estado de coisas de há 15 anos passados.

Durante o período de após-guerra a Europa não permaneceu inativa: as fábricas de açúcar foram reconstruidas ou consertadas nos casos necessários, a terra foi novamente posta a cultivar e a indústria beterrabeira ficou em condições de recuperar seus antigos lucros e rehaver os mercados perdidos. Em 1925, ano da grande safra cubana, a produção beterrabeira mundial voltava à marca dos nove milhões de toneladas e a de cana ficava nos 19 milhões.

Todos nós conhecemos as condições adversas que predominaram nos negócios açucareiros pelos fins de 1920 e por todo o correr de 1930. Conhecemos tambem os inúmeros planos, tarifas, restrições, quotas, convênios internacionais, etc., preconizados para melhorar a situação da indústria açucareira.

## UMA COMPARAÇÃO COM O PRESENTE ESTADO DE COISAS

Passemos a examinar agora a situação atual do açúcar no que diz respeito aos seus pontos de semelhança e discordância. Em 1939, a produção mundial atingia o "record" de todos os tempos: 35.659.000 toneladas curtas, valor bruto, divididas em 23.015.000 de cana e 12.644.000 de beterraba. Cêrca de três quartos da produção beterrabeira acham-se concentrados no território europeu, incluindo a Rússia. No quadro seguinte, baseado num relatório do Departamento de Economia Agrícola, dividimos a produção mundial de 1939 duma maneira tal que se veja o açúcar daquelas mesmas áreas com que se pode contar atualmente e, a seguir, aquele de que é possivel dispor, logo depois da guerra, sem risco de deterioração. As cifras sôbre beterraba de 1939 abrangem a colheita que começa no princípio do outono daquele ano e vai até fins de dezembro ou janeiro do ano seguinte. O ano-safra para a cana (1939/40) começa geralmente em novembro ou dezembro de 1939 e prolonga-se até junho ou julho de 1940. Noutros termos, as cifras tomam por base um ano estatístico que começa mais ou menos em 1.º de outubro de 1939 e termina em 30 de setembro de 1940.

### PRODUÇÃO BETERRABEIRA EM 1939

| Áreas não ocupadas ou provavelmente não devastadas | Em 1.000 toneladas curtas | |
|---|---|---|
| América do Norte ......... | 1.849 | |
| Reino Unido, Irlanda, Suécia, Itália, Suiça e Turquia ................ | 1.666 | |
| Austrália ............... | 7 | |
| Argentina e Uruguai ........ | 6 | |
| Irã ...................... | 29 | |
| Japão e Mandchúria ........ | 41 | |
| | 3.598 | |
| **Áreas ocupadas, provavelmente taladas ou tornadas imprestáveis** | | |
| U. R. S. S. ............. | 2.730 | |
| Europa, exceto as acima enumeradas ............... | 6.316 | |
| | 9.046 | |
| Total ........................ | | 12.644.000 |

### PRODUÇÃO CANAVIEIRA EM 1939/40

| Áreas não ocupadas ou provavelmente não devastadas | | |
|---|---|---|
| América do Norte, América Central, Índias Ocidentais e Havaí ................ | 7.040 | |
| América do Sul ......... | 2.720 | |
| África .................. | 1.023 | |
| Austrália e Fiji .......... | 1.173 | |
| Índia .................... | 5.977 | |
| Formosa e Japão ........ | 1.500 | |
| | 19.613 | |
| **Incertas ou duvidosas atualmente** | | |
| China e Indochina ........ | 491 | |
| Java ...................... | 1.769 | |
| Filipinas ................ | 1.142 | |
| | 3.402 | |
| Total ........................ | | 23.015.000 |
| Total da produção mundial 1939/40 .. | | 35.659.000 |

A safra beterrabeira mundial em 1942 foi estimada em 9.942.000 toneladas, incluindo algumas cifras pouco fidedignas sôbre a Rússia, Alemanha e Polônia, isto é, uma diminuição de 2.702.000 toneladas em relação à colheita de 1939. A canavieira referente a 1942/43, exclusive as áreas incertas ou duvidosas enumeradas no quadro acima, mas abarcando o Japão (com cifras inalteradas), foi estimada em 19.947.000 toneladas. Assim, como na guerra passada houve uma queda na produção beterrabeira, mas sem correspondente aumento na de cana, como se deu àquela época .Essa última manteve-se estacionária nas áreas não ocupadas ou não devastadas e os aliados perderam, pelo menos temporàriamente, os 3 milhões de toneladas produzidos habitualmente por Java e as Filipinas.

Para 1944 e 1945 as cifras de produção podem melhorar; as áreas canavieiras quase com certeza poderão exibir melhoras. Cuba aparece nas estatísticas de 1942/43, já citadas, com 3.250.000 toneladas curtas. Nas duas safras próximas, a produção insular poderá alcançar muito bem os 4 1/2 a 5 milhões de toneladas, por safra, se as canas não forem desviadas para fazer melaços invertidos de alto grau, destinados à fabricação de álcool. Com as fábricas e campos de cultivo com que conta, Cuba não verá sua expansão industrial sujeita à lentidão registrada durante a passada conflagração. Outras zonas canavieiras, nestes próximos anos, deverão pelo menos sustentar o mesmo nível e talvez, em certos casos, haja aumentos nos números relativos a 1942/43. Alguns paises viram-se forçados a restringir suas produções, à vista das dificuldades de transporte. Temos exemplos disso na Austrália, Fiji, São Domingos, Índias Ocidentais Francesas e Peru. Melhorando a situação dos transportes, a produção daquelas zonas poderá ràpidamente atingir os níveis anteriores à guerra, tendo em conta as facilidades de moagem e os campos de plantio existentes. Quanto à produção de Java e das Filipinas, com tôda a probabilidade, não está de todo destruida e mesmo que a capacidade total de produção dessas ilhas não deva ser contada pelos aliados para o período imediatamente seguinte ao termo do conflito, restará contudo, como uma reserva abastecedora em potencial, quando e se ficar em condições de disponibilidade.

Em contraposição a êsse aumento potencial da produção canavieira em 1944 e 1945, haverá depredação e destruição no que toca à beterraba européia. E' verdade que tal coisa fica dependente, em gráu acentuado, dos danos, se já houve, causados às usinas e à maquinaria pelos invasores, em retirada. A produção de beterrabas na Europa sofreu, fora de qualquer dúvida, forte redução, em confronto com a safra de 1939, sobretudo na Rússia. Nas zonas sob controle alemão, todavia, temos informes de que a produção da solanácea sofreu relativamente pouco, em comparação com safras de outros produtos e que mesmo vários esquemas foram postos em prática para manter a capacidade produtiva em nível alto.

Quando tivermos de apreciar as possibilidades do abastecimento açucareiro, logo que cessem as hostilidades, devemos prestar a devida atenção aos seguintes fatores:

1) A extensão dos danos causados às usinas de açúcar e o tempo necessário para consertá-las antes que a produção fique adstrita a uma base, pelo menos, de auto-suficiência.

2) A fase intermediária. Ou antes, a quantidade de açúcar que a Europa necessitará dos paises canavieiros durante o período de transição.

Muita gente da indústria açucareira acredita que haverá uma formidável procura de açúcar

logo que a guerra termine; qualquer coisa parecida com o que se viu nos fins de 1919 e princípios de 1920. Não concordamos com tal modo de pensar, se bem que admitamos que se processará um certo aumento na procura. Em primeiro lugar, a Europa necessitará de quantidades enormes de alimentos e materiais de tôda espécie e o açúcar terá de ocupar o seu próprio e correspondente lugar no quadro geral. Segundo, a Europa não disporá de dinheiro para disputar alguma coisa ou tudo que deseja. Ela terá de ficar na dependência do auxílio do resto do mundo pelo menos durante uns seis meses ou mesmo mais. Acreditamos que muita gente esquece êsse fato e o papel que a U.N.R.R.A. desempenhará no ditar a quantidade e a espécie de suprimento que a Europa obterá e de que áreas tais provisões provirão. Um retrospecto recente sôbre as necessidades imediatas do continente europeu, nos primeiros seis meses após sua libertação, mostrava que cêrca de 46 milhões de toneladas métricas de gêneros serão imprescindíveis para a subsistência, pura e simples, e para fins de reconstrução. Os alimentos entram na lista com cêrca de 8 milhões de toneladas. O açúcar, fora de dúvida, está incluido, mas é significativo que no enunciado das entregas não figure o nome dêsse produto. Conferiu-se especial importância aos cereais, ervilhas, lentilhas, sojas, para citar apenas os artigos mais importantes. As sementes também figuram em lugar de destaque, parecendo que há a intenção de fazer retornar os paises libertados ao nível de auto-suficiência, aumentando-lhes depois a capacidade própria de encher o estômago, satisfazendo-lhes a fome aguda com alimentos como trigo, feijão, ervilha, batata, couve, cenouras e nabos, o mais depressa possível. Mesmo que algumas das áreas libertadas contem com disponibilidades no exterior ou crédito e que paises, como a Grã-Bretanha, Canadá e os Estados Unidos possam comprar o açúcar de que precisam, não cremos que se permita o estabelecimento de uma competição no após-guerra, com o fito de açambarcar êsse ou aquele gênero.

Em resumo, podemos dizer que tudo indica tôdas as disponibilidades existentes de açúcar serão utilizadas durante um curto período por chegar ainda. Preços razoáveis, por consequência, serão assegurados ao produtor, no após-guerra; mas, por outro lado, em benefício do consumidor, não serão mais permitidos os mercados oscilantes, com tendências altistas, dadas as medidas controladoras ora em vigor ou que venham a vigorar à medida que as circunstâncias ditarem. Para citar um exemplo, temos a U.N.R.R.A. com seu poder implícito de veto sôbre compras de govêrnos ou de particulares. O que ficou dito linhas acima, aliás, fundamenta-se no êxito das medidas preventivas da inflação, não se aplicando mais a qualquer possível efeito em contrário.

Com a compra antecipada das safras cubana e dominicana, o programa de 1944 está bem definido; lançando nossas vistas um pouco mais longe, veremos, entretanto, que para 1945 e anos seguintes; deverão ser tomadas importantes decisões no tocante à política do açúcar. Exemplos: a política tarifária em vários paises importadores e exportadores; quotas domésticas e internacionais; grau de controle exercido sôbre o açúcar pelos govêrnos dentro de suas próprias economias internas ou graças a organismos internacionais; o desenvolvimento de novos mercados consumidores; novos usos industriais para o açúcar, etc. Tais assuntos merecerão, em tempo oportuno, estudo mais amplo de nossa parte."

## COOPERATIVA DOS USINEIROS DE ALAGOAS

**O presidente do I.A.A., recebeu da Cooperativa dos Usineiros de Alagoas Ltda., criada em substituição à Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas, comunicação de ter iniciado as suas operações no dia 16 de março último. A Cooperativa congrega a totalidade dos usineiros do Estado de Alagoas e sua Diretoria é composta dos Srs. Alfredo de Maya, Presidente; Otávio Nobre, Diretor Tesoureiro e Mário Dubeux Leão, Diretor Comercial.**

# OS PLANOS PARA PRODUÇÃO DO AÇÚCAR APÓS A GUERRA

No seu número de Janeiro dêste ano, "Sugar" volta a se ocupar do problema da produção de açúcar no após-guerra. A conhecida revista especializada norte-americana sustenta o ponto de vista de que é necessário iniciar quanto antes o trabalho de preparar a indústria açucareira para atender às necessidades mais urgentes que surgirão depois de encerrado o conflito.

"Sugar" desenvolve nesse sentido uma argumentação sem dúvida pertinente e, embora visem mais diretamente à indústria açucareira dos Estados Unidos, os seus argumentos podem ser aproveitados como advertência e orientação por todos os paises produtores de açúcar, que naturalmente serão convocados a contribuir para o suprimento mundial e que se encontram em condições semelhantes às daquele país no que se refere ao sistema de controle oficial da produção açucareira. Embora não nos pareça muito sólida a confiança manifestada por aquela revista de que o simples jôgo das leis econômicas poderá resolver os problemas que o fim da guerra trará, nem por isso deixamos de reconhecer a oportunidade das observações contidas no artigo em apreço, motivo por que, **data venia**, reproduzimo-lo em nossas colunas. E' o seguinte o artigo:

"A falta de estatísticas dignas de crédito sôbre a produção de açúcar no hemisfério oriental tornam as comparações da presente safra com as anteriores bastante precárias. Dos paises beligerantes e áreas ocupadas da Europa conhecem-se alguns raros informes; nenhum, porém, das importantes áreas canavieiras do Oriente, agora sob controle dos nipônicos. Na realidade, essas estatísticas são inferiores ao seu valor comercial normal. A escassez do produto não se resolve, nos pontos em que se manifesta, pelas importações e onde os excessos se acumulam não é possível distribuí-los por falta de transporte. A situação real é esta: por tôda parte, mesmo nas regiões não atingidas pela guerra, as populações sentem falta de açúcar e essa situação sòmente será resolvida quando, desaparecidas as condições criadas pela guerra, as mercadorias puderem circular livremente. Tem-se procurado, frequentemente, estabelecer comparação entre a situação presente e a da primeira guerra mundial. Não são tão íntimas, contudo, as analogias. Na guerra de 1914, as lavouras de beterraba e as fábricas de açúcar da França foram destruidas; agora, a produção de açúcar na Europa oriental foi reduzida por falta de mão de obra e de materiais. Na parte oriental, as lavouras de beterraba da Ucrania, das quais a União Soviética obtinha 80 por cento da sua produção de açúcar, foram duramente atingidas pela luta, a tal ponto que se pode contar com o desaparecimento de 2 milhões de toneladas de açúcar por ano. Na Alemanha, as áreas de plantio não foram reduzidas; entretanto, os consumidores civís estão sofrendo restrições, pois grande parte da safra está sendo empregada para fins industriais. Em todos os paises do continente europeu de menor produção registrou-se declínio, por fôrça de causas mais ou menos relacionadas com a guerra. Em resumo, a produção de açúcar de beterraba sofreu em relação à última safra anterior à guerra, uma redução de 25 por cento, ou seja 3 milhões de toneladas, aproximadamente.

Na indústria do açúcar de cana existem tambem marcados contrastes. Durante a primeira guerra mundial, Java continuou a produzir açúcar quase normalmente, mas apenas pôde embarcar uma pequena parte da sua produção, de forma que ficou acumulado um volumoso estoque pronto a ser lançado no mercado mundial, logo que se encerrassem as hostilidades. Hoje, Java está nas mãos dos japoneses e todo açúcar que saia das suas usinas será utilizado pelos nipônicos. A indústria das Filipinas, que se expandiu grandemente de 1916 a 1920, está nas mesmas condições. Temporàriamente, não podemos contar com a proprodução dessas duas importantes áreas e tudo indica que, dois ou três anos depois de terminado o conflito, não teremos açúcar de Java e das Filipinas, por isto que os invasores não se esquecerão de destruir as fábricas, quando tiverem de abandonar aqueles territórios. Constatamos, pois, reduções de 20 a 25 por cento no suprimento mundial e podemos ter a certeza, pelo menos no que se refere ao açúcar de cana, de que o período de restauração será mais longo que o da guerra passada. A essas perdas certas podemos opor os possíveis aumentos de produção no hemisfério ocidental. Cuba dilatou a sua produção; contudo, mesmo nesse país não é lícito esperar um aumento tão acentuado como o que se verificou há vinte e cinco anos. Nos Estados Unidos, as restrições impostas pelo govêrno federal, bem como as dificuldades oriundas da falta de materiais necessários à indústria, a escassez de mão de obra e a incerteza quanto à ação oficial, levaram a uma redução material na produção açucareira, em contraste com a expansão verificada na guerra passada. Os plantadores de beterraba, por sua vez, preferem cultivar outras lavouras que não se encontram sob o regime de rígido controle de preços e sòmente tornarão a cultivar beterrabas quando as condições de competição voltarem à normalidade.

E' possível que não se venha a realizar a espectativa popular de que a guerra terminará êste ano ainda. Nessas condições não se deve perder de vista que os suprimentos de açúcar para 1944 e, em grande parte para 1945, já foram estabelecidos e não podem ser substancialmente alterados. Devem portanto ser feitos planos para o futuro, visando ao ano de 1945/46 e mais adiante. Nesses planos não devem ser esquecidas certas condições por si mesmas evidentes: logo que sejam libertados os paises europeus ocupados pelos nazistas, haverá enorme procura de gêneros alimentícios para as suas populações famintas. Os Estados Unidos e seus aliados assumiram a responsabilidade de

# CALENDÁRIO AÇUCAREIRO DE 1944

*Da firma Lamborn & Co., Inc., corretores de açúcar nos Estados Unidos, recebemos um calendário com anotações especiais sôbre os principais fatos açucareiros do ano passado. Excluindo as noticias de interêsse e repercussão puramente locais, extraimos para as nossas páginas os seguintes tópicos, que constituem apreciável ponto de referência para estudos sôbre o movimento açucareiro no mundo :*

*JANEIRO :*

*Inicio da colheita das safras açucareiras das Índias Ocidentais Inglesas e Francesas, Cuba, Ilhas Virgem, República Dominicana, América Central, Peru e Egito. Produção do grupo em 1940/41: 4.070.000 toneladas longas de açúcar, isto é 13,4 por cento da produção mundial, que foi de............ 30.300.000 toneladas.*

*FEVEREIRO :*

*A Espanha, único país na Europa que planta tanto cana como beterraba em escala comercial, completa habitualmente a colheita beterrabeira nesse mês. Em 1940/41 o país produziu cêrca de 175.000 toneladas de açúcar, sendo 10.000 à base de cana.*

*MARÇO :*

*No dia 27 de março de 1942, o "War Production Board" estabeleceu o sistema de zoneamento para a distribuição de açúcar nos Estados Unidos, dividindo o país em 8 zonas. Posteriormente, sob a OPA (Office of Price Administration), o número de zonas aumentava ou diminuia em função dos abastecimentos disponíveis para as várias áreas.*

*ABRIL :*

*Foi feita, a 16 desse mês, a primeira concessão de 1/2 libra de açúcar, semanal, por pessoa, sôbre o racionamento estabelecido. Os EE. UU. compram a safra cubana de 3 milhões de toneladas curtas de açúcar, por intermédio da "Commodity Credit Corporation", cujos representantes assinam o contrato respectivo, em Havana. A produção açucareira da Luisiana, em 1942/43, de acôrdo com informes da Liga Americana de Cana de Açúcar, foi de 398.330 toneladas curtas contra 322.243 da safra anterior.*

*MAIO :*

*Em 1942 realizou-se o registro de tôdas as donas de casa, para efeito de racionar o açúcar. Essa tarefa, inicia-*

---

fornecer êsses alimentos, mas será sôbre êste país que recairá o maior pêso do encargo. A experiência adquirida na África do Norte e na Itália mostrou que o açúcar é o alimento mais urgentemente procurado e será necessário atender aos pedidos. À medida que a guerra se prolongar, os Estados Unidos serão obrigados a aumentar os seus exércitos e depois de encerrado o conflito haverá necessidade de manter mobilizadas fôrças numerosas. Para suprir essas tropas e atender às encomendas de acôrdo com a lei de empréstimos e arrendamento, serão precisas quantidades cada vez maiores de açúcar. Uma vez terminada a luta, as populações civís das Nações Unidas, privadas durante tanto tempo das suas rações habituais de açúcar, de certo reclamarão a volta ao consumo normal. No Pacífico, não é de se esperar uma rápida derrota dos japoneses, mas quando isso acontecer ainda decorrerá um considerável lapso de tempo, até que Java e as Filipinas estejam em condições de concorrer para o abastecimento do mercado mundial na proporção em que o faziam. Considerando todos êsses fatores, apresenta-se esta conclusão óbvia: é indispensável iniciar imediatamente os preparativos para atender a maior procura de açúcar depois de terminadas as hostilidades. Se a indústria açucareira não estivesse sob o regime de restrições, o jôgo natural das leis econômicas atenderia à situação. Como, porém, a indústria está sob o controle governamental, cabe às autoridades modificar a política de repressão que as guiou até agora e preparar-se para as novas condições que vão surgir.".

*da no dia 3, terminou no dia 7. Foi a primeira vez na história americana que se procedeu a tão amplo inquérito com o fim de limitar o consumo de um produto. A Office Price Administration designou 55 especialistas para colaborar na solução dos problemas oriundos do racionamento.*

*JUNHO :*

*Início das safras da Argentina, Austrália, Equador, e Ilhas Fiji. Em 1940/41, êsses paises produziram....... 1.433.000 toneladas de açúcar ou, aproximadamente, 4,7 por cento da produção mundial: 30.300.000.*

*A 10/6/43, constituiu-se a Sugar Research Foundation, Inc., uma organização destinada a orientar as pesquisas sôbre o papel do açúcar na dieta humana. A nova sociedade não visará lucros nesse empreendimento. Joseph F. Abbott foi eleito presidente e Ody H. Lamborn diretor-executivo.*

*JULHO :*

*A colheita beterrabeira nos EE. UU. começa, dentro de certos limites, na Califórnia em junho/julho; nos outros Estados, seu início geralmente é em setembro e outubro. A produção foi, em 1942/43, de 32.327.342 sacos de 45,400 kg de açúcar refinado, o que dá 1.729.513 toneladas curtas, valor bruto.*

*AGOSTO :*

*Maurício, Reunião e a Itália começam habitualmente a colher suas safras açucareiras em agosto. Os aludidos paises, durante o período anterior à guerra (1940/41), tiveram uma produção de cêrca de 886.000 toneladas longas de açúcar, ou, 2,9% da mundial.*

*SETEMBRO :*

*Os paises beterrabeiros da Europa (exceto a Itália e a Espanha) têm normalmente o começo de suas safras neste mês. O continente, fora aqueles dois paises, produziu uns 8.845.000 toneladas de açúcar, valor bruto, o que dá uma percentagem de 28 em relação à produção mundial.*

*OUTUBRO :*

*Safras de Luisiana, Surinam, Venezuela, Brasil (1) e Canadá. O grupo produziu, em 1940/41, 1.497.000 toneladas longas de açúcar — 4,9 da produção mundial.*

*NOVEMBRO :*

*No Havaí, Filipinas, Formosa e Japão, começam os trabalhos de safra; a produção dessas áreas durante 1940 / 41, orçou 2.814.000 toneladas longas de açúcar ou cêrca de 9,3% da cifra mundial.*

*DEZEMBRO :*

*Início das safras açucareiras da India, Porto Rico, Flórida, Haiti e México. A produção do grupo somou, em 1940 /41, 6.510.000 toneladas longas de açúcar, quer dizer, 21,5 por cento do total relativo ao mundo.*

---

(1) — O Brasil tem duas safras : a do Norte inicia-se em maio-junho; a do Sul em setembro-outubro **(N. da R.)**

# CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

## AUSTRALIA

Em um dos seus últimos números aqui chegados, "The Australian Sugar Journal" dedica o seu editorial ao exame dos progressos técnicos realizados pela indústria açucareira daquele domínio britânico.

Tomando por base dois relatórios referentes à situação da indústria do açúcar nos anos de 1904 e 1905, aquela revista, através de um estudo comparativo de dados positivos, traça o caminho percorrido pelos industriais do açúcar australianos, no sentido do aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho. Vale a pena acompanhar a exposição do "Australiana Sugar Journal", resumindo os elementos e informações compendiados no seu editorial.

O ano de 1904 é geralmente considerado um dos mais favoráveis para a indústria; a produção de açúcar nessa safra foi uma das maiores até então registradas. Naquele ano estavam em funcionamento 55 usinas. Destas, 45 moeram safra de menos de 50 mil toneladas, 32 tiveram safras de menos de 20 mil toneladas, 22 moeram menos de 10 mil toneladas e 16 trabalharam safras de menos de 5 mil toneladas de canas. Uma usina moeu 87.315 toneladas e essa cifra constituiu um **record** para a época. Na safra de 1939, a mais recente de antes da guerra, trabalharam 33 usinas, que, em conjunto, moeram um volume de canas quatro e meia vezes maior que o da safra de 1904. Das 33 usinas, 26 moeram safras de mais de 100.000 toneladas, 16 mais de 200.000 toneladas e 2 mais de 300.000 toneladas.

Essas cifras, comenta a revista australiana, podem dar a entender apenas que, no período de 1904 a 1939, houve um grande aumento de lavouras e que as pequenas unidades foram substituidas ou fundidas em número menor de fábricas mais poderosas. No entanto, são ainda mais significativas, quando completadas com outros dados relativos ao aumento da produção de açúcar e à percentagem de recuperação. Assim é que a produção da matéria prima elevou-se de 350 por cento (1.342.659 toneladas de canas em 1904 contra 6.038.821 em 1939), enquanto a de açúcar acusava um aumento de 545 por cento (138.264 contra 891.422 toneladas). Isso prova justamente o progresso técnico conseguido no período considerado, pois. enquanto em 1904 eram necessárias 9,62 toneladas de cana para produzir uma tonelada de açúcar, em 1939 chega-se a êsse mesmo resultado com o emprêgo de apenas 6,77 toneladas de canas.

Até 1904, informa a revista citada, poucas usinas de Queensland haviam adotado as práticas de controle sistemático dos seus processos de fabricação; uma notável exceção para a época era a Colonial Sugar Refining Co. Ltd., que exercia o controle técnico das suas atividades, empregando para isso numeroso pessoal especializado.

Com referência a êsse aspecto da produção, encontram-se alguns dados no relatório relativo a 1905. O controle químico passou a ser feito nas usinas de que o govêrno tomara posse um ano antes. Nessas fábricas, que não eram as mais aperfeiçoadas então em funcionamento, chegou-se a conseguir, numa delas, uma recuperação de 79 por cento. Em 1939, cifras que compreendem 26 usinas dão uma média de recuperação de 86,7 por cento. O progresso técnico está perfeitamente assinalado nesses dados.

"The Australian Sugar Journal" aponta, ainda, como fatores que influiram decisavamente para o progresso técnico realizado pela indústria açucareira australiana os seguintes: pagamento das canas na base da riqueza sacarina, medida adotada em 1916; os altos preços que o açúcar alcançou nos anos que se seguiram à primeira guerra mundial; a criação de um departamento de tecnologia junto ao Bureau das Estações Experimentais de Açúcar; e a fundação, em Queensland, de uma Sociedade de Tecnologistas da Cana de Açúcar.

Essas inovações deram início a uma fase intensa de atividade técnica na indústria, criando-se entre as suas principais unidades um sistema de cooperação e de coordenação de esforços, no que se refere às pesquisas especializadas. O período compreendido entre 1930 e 1939 foi, assim, muito frutuoso em progresso técnico na história da indústrias açucareira de Queensland.

## C U B A

Escrevendo para o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", os srs. Luis Mendoza & Cia., de Havana, comentam as dificuldades com que se defrontam os Estados Unidos e Cuba nas negociações para compra da produção cubana de melaço de 1944.

Em seus termos essenciais, o problema parece simples. Os Estados Unidos acreditam que precisarão de tôda a produção de melaço para o seu esfôrço de guerra, mas reconhecem que o govêrno cubano tem direito a reter um certo volume de melaços para fabricar álcool, destinado a substituir a gasolina que deixou de receber dos norte-americanos. No ano passado Cuba recebeu dos Estados Unidos apenas 20 milhões de galões de gasolina, quando antes do ataque a Pearl Harbour recebia 50 milhões.

Por outro lado, acrescenta aquela firma, os Estados Unidos insistem para que Cuba aproveite, na produção de açúcar e melaço, tôdas as suas canas disponíveis. Todavia, não querem comprar e transportar mais do que 4.250.000 toneladas curtas, quando se sabe que as usinas cubanas podem produzir nesta safra mais 500.000 toneladas, bastando para isso que os rendimentos sejam iguais aos do ano passado.

Entendem os técnicos cubanos que a grande dificuldade do problema está no seguinte: a impossibilidade em que se encontram os refinadores norte-americanos, seja por falta de transporte ou escassez de mão de obra, de beneficiar um vo-

lume de açúcar maior do que o representado pelas compras já realizadas. De sua parte, Cuba reluta em produzir mais açúcar mesmo com um contrato de venda — que não seja destinado ao consumo. Isso porque o controle governamental poderia terminar repentinamente e ela ficaria com um estoque que fatalmente perturbaria a venda da safra imediata. Do ponto de vista cubano, seria preferivel produzir uma quantidade que não seria vendida aos Estados Unidos, e sim separada para o chamado mercado mundial ou destinada às indústrias de doces.

## JAVA

Diz uma correspondência de Tóquio para o jornal "Der Neue Tag", de Praga, edição de 9-9-1943, que o Japão está tomando uma série de medidas visando a regular a produção de inúmeros produtos agrícolas de Java, como, por exemplo, o açúcar, o café, o chá e a borracha. Só o quinino está excetuado. As plantações terão de permanecer numa atividade apenas suficiente para certas necessidades, ficando, entretanto, numa como que expectativa para eventuais procuras, no após-guerra, para o que se expandiriam novamente, ou destinar-se-iam ao cultivo de arroz, milho, banana e amendoim, de molde a levantar o nível de auto-suficiência do sudoeste asiático, em matéria alimentar.

Para aquele que fôra o mais importante produto de exportação de Java, o açúcar, a administração nipônica criou uma comissão com o fito de dirigir a indústria do famoso produto. Essa comissão é composta de japoneses entendidos no assunto, que outrora era orientada pelos cartéis, pelas uniões de distribuição, pelos institutos de pesquisa para a produção. A comissão dedica-se hoje inteiramente à reorganização da indústria açucareira, tarefa que será realizada de maneira integral. Observa o cultivo da cana e a distribuição do açúcar e fomenta os negócios ligados com aquela indústria cujo desenvolvimento deseja ampliar o mais breve possível. A direção efetiva das plantações e das fábricas está nas mãos de cinco firmas, já existentes na ilha, e que atualmente estão reunidas sob os moldes de uma única emprêsa pública. A posição de Java, como grande produtor de açúcar na esfera de co-prosperidade asiática, será mantida no após-guerra, de acôrdo com os planos do Japão.

## RUSSIA

O govêrno soviético já está traçando planos para restaurar a indústria açucareira na Ucrânia. Como se sabe, é nessa região que está localizada a poderosa indústria açucareira russa, a maior da Europa e que foi sèriamente prejudicada em consequência da invasão nazista.

Citando despachos de Moscou, "Sugar" informa, no seu número de fevereiro, que o jornal "Izvestia" publicou, recentemente, um artigo, no qual discute as medidas a serem adotadas para conseguir os objetivos de produção para êste ano; êstes já foram fixados, para as fazendas do Estado, nos níveis anteriores à guerra. O referido jornal disse que os campos ficaram em abandono e por isso é mister tomar providências drásticas; e sugerir a organização de brigadas permanentes para trabalhar nas fazendas coletivas.

O artigo "de "Izvestia" acrescenta que será necessário plantar beterrabas não só nas zonas onde as refinarias de açúcar já estão funcionando como também naquelas em que as fábricas ainda não foram reconstruidas, mas onde há meios de produzir e facilidades de transporte para a safra. E' também urgente, afirma o jornal moscovita, às áreas beterrabeiras tratores, bois, cavalos, equipamento e substâncias químicas, destinados às tarefas normais do cultivo.

# ASPECTOS DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO MÉXICO

Baseada num relatório da embaixada americana, no México. publica "Foreign Commerce Weekly", edição de novembro do ano passado, o seguinte sôbre a situação do açúcar naquele país:

"A situação açucareira do México mudou de certa maneira nestes últimos meses. Nos começos de 1943, com as plantações aumentadas de cêrca de 10 por cento, acreditava-se que não só haveria um abastecimento capaz de cobrir facilmente as necessidades internas como também que até houvesse um saldo. Contudo, em virtude das condições do tempo, dos problemas do trabalho e da insuficiente maquinaria agrícola, a safra açucareira dêste ano esteve abaixo da do ano passado, se bem que ultrapassasse as anteriores a 1942.

## O CONSUMO REGISTRA NOVO "RECORD"

O consumo de açúcar, bem como a produção, aumentou no México, êstes últimos anos, numa escala tal que a estimativa de 1943 — 479.500 toneladas curtas de açúcar refinado e 110.230 de "piloncillo" ou açúcar escuro não refinado (1) — foi a mais elevada na história do país.

O consumo anual "per capita" é de, aproximadamente, 24,970 kg, contra 14,07 kg em 1932 e 16.800 kg durante o período 1933/37. Cêrca de 80% do consumo são de refinado e os 20% restantes de "piloncillo". Êste é um produto nativo usado há anos; era o gênero favorito na dieta do povo, antes de o mesmo conhecer o produto refinado e como é mais barato continua ainda a ser consumido entre as classes de renda mais baixa.

Cena rural em Tepic, Nayarit

O consumo de refinado, no México, elevou-se de 108.000 toneladas em 1921 para 479.500 toneladas, segundo a estimativa para 1943. Nos últimos dez anos, o aumento foi notável: a média do quinquênio 1933/37 foi de 263.554 toneladas e, para o período 1938/42, 382.123 toneladas. O refinado consumido pela maioria das pessoas, no México, divide-se em três tipos: de primeiro grau, de segundo grau, mais conhecido por "plantation granulated" e, finalmente, o terceiro, utilizado em menor escala, chamado "mascabado", que se parece com o açúcar preto dos Estados Unidos. O aumento no consumo individual de açúcar branco refinado pode ser atribuido a mudanças nos hábitos alimentares, meios mais adequados de transporte e a uma possivel maior liberalidade nos desembolsos para aquisição de alimentos. Não se pode esquecer também que uma parte do sucesso é devida à orientação da União Nacional dos Produtores de Açúcar, fazendo instalar e mantendo em muitas localidades armazens de estocagem, pois, apesar dos progressos nas comunicações rodoviárias, muitas zonas do país ainda ficam isoladas entre si durante a estação chuvosa.

Se bem que também o "piloncillo" visse seu consumo aumentado, não pôde, todavia, manter o "train" do açúcar refinado. No quinquênio 1938/42 cêrca de 107.000 toneladas de "piloncillo" foram consumidas, em comparação com 69.000 toneladas, durante os cinco anos anteriores.

## A UNIÃO DOS PRODUTORES

Em fevereiro de 1942, foi organizada zada uma união de produtores de açúcar sob a denominação de "Union Nacional de Productores de Azucar S. A. de C.V.", que hoje controla cêrca de 98% da produção de refinado do país. Trata-se duma sociedade anônima, composta de produtores a qual funciona com representação governamental.

Antes de 1932, as usinas vendiam açúcar onde podiam e em consequência havia despesas de fretes excessivas e perdas. A União adquire o açúcar nos depósitos das usinas e daí em diante dirige todo o movimento do produto até à sua venda. Os preços foram fixados e as tarifas de frete estandardizadas. Os esforços daquela associação no sentido de prover o país com abastecimentos contínuos, a preços firmes e uniformes, foram coroados de êxito. Ela não controla, entretanto, a produção de "piloncillo", que é fabricado por pequenos produtores disseminados salteadamente em várias regiões e que quase sempre encontra seu consumo nos próprios locais de produção.

(1) — Equivale à nossa rapadura. (N. da R.)

## DISTRIBUIÇÃO DAS CULTURAS

O açúcar é produzido, em escala variavel, em quase todos os Estados mexicanos. Os que possuem as mais extensas áreas de cultivo da gramínea são, na ordem da importância, os seguintes: Veracruz, Sinaloa, Puebla, Tamaulipas, Jalisco e Morelos. A partir de 1937, todos êsses Estados aumentaram sua produção, verificando-se as maiores elevações em Veracruz, Jalisco, Puebla e Morelos.

## 4.º LUGAR ENTRE AS SAFRAS MEXICANAS

Em área, a cana de açúcar está em sétimo lugar entre as culturas mexicanas; em valor, sua posição é a quarta.

As superfícies dedicadas no país ao plantio da cana aumentaram de 86.520 hectares (hectare = 2.471 acres) em 1936/37 para 138.619 hectares, estimados em 1942/43, a maior área plantada com aquele vegetal em qualquer tempo. A média para o quinquênio 1936/37 a 1941/42 foi de 104.434 hectares, um pouco mais de 35% sôbre a verificada em relação aos cinco anos antecedentes: 76.413 hectares. A produção açucareira também aumentou, mas devido a variações no rendimento a superfície mais plantada nem sempre deu a maior safra. A média de produção de cana no período 1932/33 — 1936/37 foi de 3.863.000 toneladas, contra 5.762.000 toneladas no quinquênio 1937/38 — — 1941/42. A maior produção verificou-se em 1941/42, quando a estimativa orçou pelos 7.496.000. A de 1942/43 é estimada em 7.189.000 toneladas. Se bem que não se disponha ainda de previsões finais, tudo indica que o rendimento de cana em 1942/43 será de uns 47,050 kg por hectare, o que representa uma queda de 14% em relação ao "record" alcançado em 1941/42, isto é, 53,731 kg por hectare, se bem que esteja abaixo apenas 5,5% do rendimento médio apurado para o período 1937/38 — 1941/42.

Os rendimentos de cana têm sido mais altos nas maiores áreas produtoras, onde as condições de plantio são mais favoráveis e se lança mão de métodos melhores de cultivo.

## PERCENTAGENS DE AÇUCAR

No México, 100 toneladas de cana rendem cêrca de 20 de açúcar, metade refinado e metade açúcar "nativo".

A percentagem de açúcar refinado, obtido da média de 5.762.000 toneladas de cana pelas usinas mexicanas, no quinquênio 1937/38 — 1941/42 foi de 9.36, isto é, quase a mesma coisa dos cinco anos anteriores, quando a produção canavieira orçou pelos 3.863.000 toneladas. Em geral, a tendência é ascencional: a percentagem varia entre 8.54 a 9.75. Tais cifras são baixas em confronto com as dos principais paises produtores de açúcar, no mundo. Durante o decênio 1931/40, Porto Rico teve a média de 11.37 por cento e Cuba 10.5%.

O quadro seguinte dá uma idéia das percentagens referidas:

**AREA, RENDIMENTO E PRODUÇÃO DE CAN A DE AÇUCAR DO MEXICO, PERCENTAGEM DE AÇUCAR REFINADO E "PILONCILLO" N AS SAFRAS DE 1936/37 a 1942/43, INCLUSIVE**

| A N O | Área | Rendimento | Produção de cana de açúcar | Percentagem de açúcar refinado | Percentagem de "piloncillo" |
|---|---|---|---|---|---|
| | Hectares | Quilogramas p/hectare | Toneladas curtas | | |
| 1936/37 | 86.520 | 46.885 | 4.471.468 | 8.03 | 9.27 |
| 1937/38 | 87.294 | 47.337 | 4.554.990 | 9.20 | 9.78 |
| 1938/39 | 93.672 | 48.638 | 5.022.058 | 9.46 | 9.99 |
| 1939/40 | 98.346 | 50.565 | 5.481.571 | 9.75 | 9.79 |
| 1940/41 | 116.300 | 48.817 | 6.258.196 | 9.22 | 9.80 |
| 1941/42 | 126.556 | 53.731 | 7.495.555 | 9.16 | 9.75 |
| 1942/43 (1) | 138.619 | 47.050 | 7.189.297 | 9.53 | 10.000 |

(1) Estimativa.

Fonte: — Área, rendimento e produção de cana de açúcar, da Dirección General de la Economia Rural. Cifras de percentagem calculadas de dados compilados por aquela repartição.

O açúcar refinado provém de grandes centrais das áreas produtoras de importância. O "piloncillo", na sua maior parte, é produzido em fábricas pequenas, situadas em zonas de produção menor.

No quinquênio 1937/38 — 1940/41 foram colhidas, por ano, cêrca de 5.762.474 toneladas curtas de cana, das quais apenas 3.968.658 foram empregadas na produção de açúcar refinado. O resultado foi usado da maneira seguinte: 1.097.442 toneladas para estoque de replantio, produção de álcool, aguardente, consumo humano direto e outros fins. Aumentando a produção canavieira, correspondentemente ampliaram-se aquelas necessidades. A estimativa para 1942/43 dá uma produção total de 7.189.296 toneladas de cana para fabrico de refinado, cêrca de 1.102.300 para a produção de "piloncillo" e 1.322.760 para usos diversos.

Aspecto da usina de açúcar Los Mochis, no México

A média de açúcar refinado produzido no quinquênio 1938/42 foi estimada em 398.046 toneladas, contra a de 271.734 toneladas relativas a igual período antecedente. Representa, assim, uma diferença a mais de uns 46 por cento. A maior produção de açúcar refinado esteve pelas 462.800 toneladas, em 1941/42. Para 1942/43, a estimativa da produção é de.... 454.148 toneladas. Constitui ela uma redução das previsões anteriores, que marginavam a cifra de 529.000 toneladas.

Idêntico ritmo registrou a produção de "piloncillo". A média de 1933/37 foi de 69.536 toneladas contra 106.981 toneladas em 1938/42. A produção estimada para 1943 orçou em 110.230 toneladas, menor, portanto, que a produção de 1942 (126.849) e também do que o "record" de 1941 (130.641 toneladas).

O quadro seguinte explica melhor o assunto:

**ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, CONSUMO E SALDO DE PRODUÇÃO DE AÇUCAR REFINADO E "PILONCILLO" NO MEXICO, 1937/43**

**(Em toneladas curtas)**

| Ano | PRODUÇÃO | | | Exportação | Importação | Consumo | Saldo (1) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Açúcar refinado | "Piloncillo" | Total | | | | |
| 1937 . . . . | 313.066 | 69.260 | 382.326 | 201 | 19 | 376.390 | 94.233 |
| 1938 . . . . | 340.383 | 77.187 | 417.570 | 667 | 18 | 414.964 | 106.331 |
| 1939 . . . . | 371.833 | 98.485 | 470.318 | 6.146 | 23 | 470.280 | 90.941 |
| 1940 . . . . | 328.195 | 101.742 | 429.937 | 62 | 22 | 501.556 | 16.941 |
| 1941 . . . . | 361.450 | 130.641 | 429.091 | 62 | 56.666 | 533.557 | 53.356 |
| 1942 . . . . | 462.795 | 126.849 | 589.644 | 903 | 55 | 449.825 | 83.877 |
| 1943 (2) . . | 454.148 | 110.230 | 564.378 | 16.590 | 13.777 | 589.730 | 55.446 |

(1) O saldo não inclui "piloncillo" devido à carência de dados exatos.
(2) Estimativa.

Fonte: Cifras de produção, consumo e saldo do açúcar refinado fornecidas pela União dos Produtores de Açúcar; as relativas à importação e exportação, pela Dirección General de Estadistica e as relativas a "piloncillo" provêm da Dirección General de la Economia Rural e Dirección General de Estadistica.

## PRODUÇÃO DE ALCOOL

O álcool é produzido no México à base de melaços resultantes do fabrico do açúcar ou diretamente do caldo de cana.

O aumento da produção alcooleira, nos recentes anos, poderá ser acompanhado no quadro seguinte, reportando-se a 1940-1942 e estimando a produção de 1943:

### PRODUÇÃO DE ÁLCOOL NO MEXICO

(Em litros)

| MATERIA PRIMA | 1940 | 1941 | 1942 | 1943 (1) |
|---|---|---|---|---|
| Melaços . . . ............... | 20.700.049 | 23.108.045 | 30.011.949 | 38.000.000 |
| Caldo de cana . . .......... | 2.620.033 | 2.214.339 | 6.050.814 | 8.000.000 |
| Total . . . .......... | 23.320.052 | 25.322.384 | 36.062.763 | 46.000.000 |

(1) Estimativa
Fonte: Sociedad Nacional de Productores de Alcohol, S. de R.L.

O aumento da produção alcooleira, em parte motivado por maior volume de exportação para os Estados Unidos, equivale ao adicional de 11.000 toneladas de açúcar. O produto é fabricado também do "piloncillo", se bem que não se saiba a quantidade. As cifras possivelmente estão incluidas sob a rubrica de "melaço".

## IMPORTAÇÃO DE AÇUCAR

O México nunca importou ou exportou grandes quantidades de açúcar. Até há pouco tempo, a produção sempre se manteve passo a passo com o consumo. As maiores importações de açúcar refinado foram realizadas em 1941, quando, segundo numeros oficiais, entraram no país 56.666 toneladas de açúcar. Durante o corrente ano, 1943, até e inclusive setembro, o México recebeu cêrca de 13.777 toneladas de açúcar. Para o resto dêste ano, são as seguintes as importações, com as respectivas procedências: 22.046 toneladas, dos Estados Unidos; 2.205, do Peru e 12.676, de Cuba.

## SOBEM AS EXPORTAÇÕES

As maiores remessas de açúcar para fora, quer refinado quer na forma de produtos manufaturados, verificaram-se em 1942 e 1943. Os produtos manufaturados incluiam xaropes, doces, enlatados, álcool e outros artigos. Nos anos de 1931, 1932 e 1933, saiu muito açúcar escuro granulado do país, sendo que a maior quantidade registrou-se em 1933, com 94.106 toneladas. A partir dêsse último ano, todavia, a saida de tal tipo de açúcar decaiu significativamente. Apenas pequenas partidas de "piloncillo" têm ido para o exterior, variando entre 21 e 335 toneladas por ano. Nos começos de 1943, pensou-se em exportar quantidades ponderáveis daquele produto, mas a sua produção é tão espalhada que se tornava inexequível agrupá-la em volume suficiente para fins de exportação. Tem ido também xarope incristalizável para os Estados Unidos, nos últimos tempos, principalmente para a produção de álcool. Trata-se dum material com muito açúcar invertido, que as usinas mexicanas não podem converter em virtude da falta de equipamento adequado. Durante 1942, o México exportou cêrca de 47.684 toneladas do referido material.

## CONTROLE GOVERNAMENTAL

O govêrno tomou várias medidas tendentes a controlar a exportação açucareira, quer na forma de produtos manufaturados ou açúcar mesmo. Um decreto presidencial, pôsto a vigorar em 11-8-42, estabelecia licenças de exportação, concedidas pelo Ministério da Economia Nacional. para saidas de açúcar, do país. A 19 de maio de 1943, outro decreto federal, que entrou em vigor no dia seguinte, estendia a medida à exportação de xaropes, açúcar candi, artigos confeitados e alimentos em conserva. Uma decisão presidencial mais recente (23/9/43) proibia a exportação de xaropes, caramelos, doces e chocolates, candi nativo, e produtos similares, contendo açúcar, exceto naqueles casos em que ficasse provado que os artigos tinham sido manufaturados exclusivamente com açúcar importado para fins específicos de conversão em tais produtos, destinados à exportação.

Quanto à produção alcooleira, diretamente da cana, não foram tomadas quaisquer medidas destinadas a restringí-la.

# FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

## VI

*Danças populares — A área de expansão de uma dança minhota no Brasil: a "caninha verde"; versões portuguesas — A aclimação no* meio rural: *versões do Nordeste, do Sul e do Oeste — a aclimação no* meio urbano: *a festa da Penha na metrópole — O verdadeiro significado de "caninha verde" nas zonas das vinhas em Portugal — O instrumento musical — Uma cena do "Auto da Paixão" — Os torneios equestres: o "jôgo das canas"; repercusão na América Espanhola e no Brasil — Paralelismo entre a coreografia da "caninha verde" e o "jôgo das canas".*

Há danças populares que recebemos, diretamente, de Portugal. Nas zonas canavieiras do Brasil, por exemplo, aclimou-se uma graciosa dança minhota de tal sorte que já levou diversos folkloristas a supô-la de origem nacional (Luciano Gallet e Renato de Almeida).

Refiro-me à "caninha verde", que todos os informantes dalém-mar apontam como dança popular do Minho. E' dança cantada. Correm inúmeras versões dos cantos. A versão típicamente minhota é a seguinte, publicada na coletânea "Danças e cantares portugueses", editada no Porto:

Oh minha caninha verde
Oh meu Senhor do Bomfim
Linda cara, lindo olhos,
Virem-se cá para mim.

A-i-ó-ai!
Oh meu Senhor do Bomfim
Lindos olhos, linda cara
Virem-se cá para mim.

Oh minha caninha verde
Oh meu Senhor do Padrão
Quem não quer que o mundo fale
Não lhe dê ocasião.

A-i-ó-ai!
Não lhe dê ocasião
Oh minha caninha verde
Oh meu Senhor do Padrão.

Oh minha caninha verde
Verde cana de encanar
Aqui estou à tua beira
Quem 'stá bem deixa-se estar.

A-i-ó-ai!
Quem 'stá bem deixa-se estar
Oh minha caninha verde
Verde cana de encanar.

---

### PREÇOS

Desde que foi organizada a União dos Produtores, em 1932, os preços vêm observando uma alta firme. O açúcar refinado de primeiro grau é vendido a 45 centavos, o quilo, no comércio atacadista, como foi fixado pela União; o preço oficial no varejo, na capital do país, é de 48 centavos, por quilo.

### SALDOS DE PRODUÇÃO

As estimativas dos saldos de produção são feitas, em todo o dia 31 de dezembro de cada ano, pela União dos Produtores, desde 1933. De acôrdo com suas cifras, aqueles excessos variaram de 5.900 toneladas, em 1934, a 106.331, em 1938. Nesses últimos anos, contava-se com um remanescente de 44.000 toneladas. Na situação atual, a produção mais as importações dão uma oferta de 578.000 toneladas e o consumo mais as importações conferem uma procura de 606.000 toneladas, ficando, portanto, um excesso contra a procura de 28.000 toneladas, pelo que o saldo sofreu uma redução.

Um decreto presidencial de 2-6-43 mandava que se constituisse à parte um estoque de 44.000 toneladas curtas, como reserva destinada a controlar o mercado interno. Outro decreto, posto a vigorar em 23-9-43, dava providências para a formação de um estoque de 66.000 toneladas curtas, o mais cedo possível. Posteriormente, aquela cifra foi elevada para 88.000 toneladas curtas. O "Consórcio", organização de controle semi-governamental, criada por decreto de 2-3-43, fiscalizaria a constituição daquele estoque pela União dos Produtores."

A cana verde no mar
Anda à roda do vapor
Inda está para nascer
Quem há de ser meu amor.

A-i-ó-ai !
Quem há de ser seu amor
A cana verde no mar
Anda à roda do vapor.

Outra variante portuguesa, registrada em "Serenatas, novíssima coleção", de João de Sousa Conegundes, diz assim :

Quem achar a cana verde
Que se perdeu lá no mar
Será minha companheira
Enquanto o mundo durar.

Oh minha caninha verde
Oh minha verde caninha
Não faças a tua cama
Anda deitar-te na minha.

Oh minha caninha verde
Oh minha "salta-paredes"
Hei de dar uma saia
Que te dure nove meses.

A cana verde no mar
Arrebenta ao nascer,
Assim rebentem os olhos
A quem me não pode ver.

Oh minha caninha verde
Verde cana ricócó
Sou filha de minha mãe
E neta de minha avó.

Oh minha caninha verde
Verde cana ricoqueira
Anda tu para o meu lado
Que eu vou para a tua beira.

Oh minha caninha verde
Oh minha "salta-que-atrepa",
Êstes meninos d'agora
São levadinhos da breca.

Oh minha caninha verde
Verde cana de encanar ;
Pela boca perde o peixe
Quem te manda a ti falar ?

A cana verde no mar
Anda à roda do hiate
Hei de ir daqui p'ra Lisboa
Aprender a calafate.

O ilustre polígrafo Jaime Cortesão incluiu outra variante lusa no seu formoso livro "O que o povo canta em Portugal".

A disseminação da "caninha verde" é tão grande em terras portuguesas que seus versos andam soltos no meio das quadras populares. Assim é que o eminente folklorista lusitano Augusto C. Pires de Lima, registrando o "Cancioneiro" de Santo Tirso (in Revista Lusitana, vol. XVIII, ns. 3-4), colheu as seguintes :

O' minha caninha verde
Ah !ah ! olaré **qui atacho** ! (cartaxo)
Caiu o burro c'os ovos
Tudo são gemas por baixo.

(Pag. 315)

A cana verde no mar
Navega por aí além ;
Foi palavra que Deus disse :
Quem tudo quer, nada tem.

(Pag. 318)

A cana verde no mar
Navega e não vai ao fundo ;
**Indas** que eu queira não posso
Tapar a boca do mundo.

(Idem).

E' claro que, dada essa larga popularidade, os imigrantes portugueses trouxessem esta dança para o Brasil, onde, aliás, há grande número de minhotos.

No meio rural brasileiro, por um fácil processo de adaptação, a dança localizou-se nas zonas da **cana de açúcar**, assumindo novas "variantes" de versos, identificados com a paisagem local.

No Nordeste, diante do grande número de folguedos regionais, não logrou muita repercussão. E' conhecida. E em Alagoas, Anibal Pimentel colheu a seguinte trova, que me comunicou :

Caninha verde
Anda a roda meu "vapô"
Ainda está para "nascê"
Quem será o meu "amô".

No Oeste, entretanto, a persistência é mais nítida e em Goiaz, A. Americano do Brasil no "Cancioneiro de trovas do Brasil Central" informa :

"Cana verde. E' a mesma dança tão conhecida no litoral e oriunda de Portugal. A diferença está unicamente nos versos que os sertanejos modificaram e aumentaram conforme a exigência do meio". (Obra citada, pag. 276).

E' êste folklorista goiano que registra a seguinte "variante":

Eu pisei na cana verde
Bem na flor de minha idade,
Arriscando a minha vida
P'ra te fazer a vontade.

(Obra citada, pag. 225)

Onde, porém, a caninha verde adquiriu forte colorido regional foi no Sul, no Estado do Rio de Janeiro. De tal modo se apresenta aclimada, que o folklorista, que a observou, Luciano Gallet chegou a acreditar de que se tratava de uma dança nascida, aqui, no Brasil. O registro de Luciano Gallet, é técnicamente perfeito. Dá a notação musical (Figura I). Reproduz os versos locais, recolhidos na Fazenda de São José da Boa Vista, em julho de 1937:

**Figura I**
**Versão fluminense da "Caninha Verde" (apud Luciano Gallet)**

Caninha verde
Oh! minha caninha verde
Por causa da cana verde
Que é meu triste padecer.

Plantei a cana
Na beira do Piraí
E a "marvada" foi ingrata
Plantei "ela" não brotou

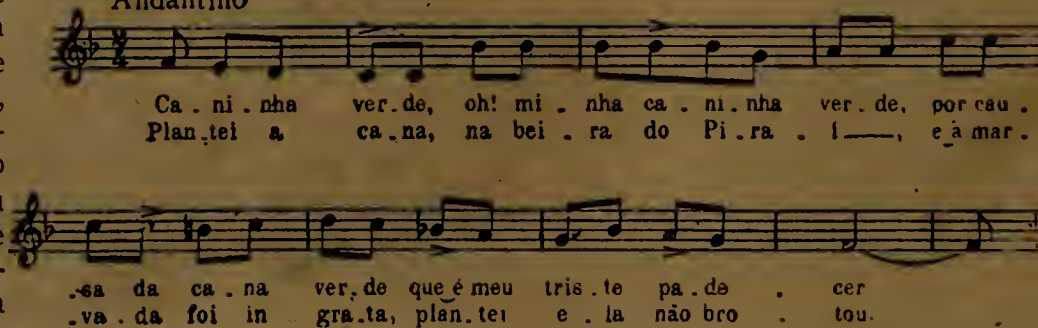
E descreve pormenorizadamente os elementos e a coreografia:

"**Instrumentos** — Só 1 viola (de 12 cordas) com o **cantador** que também dança. Se houver 2 cantadores, 2 violas. Aí cantam "versos de mano" como no cateretê. O desafio não é permitido. E' só para inimigos. **Figurantes** Dois círculos de 4 pessoas, com 2 pares em cada círculo (roda). Os pares frente a frente. Chama-se esta a "caninha verde de oito". Havendo mais gente, organizam-se mais rodas, sempre com 4 pessoas (2 pares em cada roda). **A dança** — I — O cantador canta o verso e os pares alternam os lugares fronteiros, dançando. II — Acabado o verso, repete só a melodia, e os figurantes "batem o pé". Nota: Se os dançarinos forem práticos, no momento do canto (dança), alternam os pares com a outra roda. O cantador alterna à vontade. Quando houver 2 cantadores, fica um em cada roda. Resumo. Durante o canto: dança e passe de lugares. Terminado o canto (só música) batem os pés."

Fazendo a exegese da dança, levanta a conjectura de ser criação nacional nos seguintes termos:

"Lembra esta dança a "Cana Verde" portuguesa. Mas: a) a cana verde é antiga naquela zona do Estado do Rio; b) Antoniozinho (o informante) diz que era dançada assim por alí; c) os versos falam da cana "marvada", plantada na beira do Piraí (rio local); d) aquela zona é grande produtora de cana. Por que esta dança não seria brasileira adotada em Portugal? Em Portugal, dançam a "cana verde" nas **colheitas de trigo**. Acredito que "cana verde" seja daqui." (Estudos de Folklore, pag. 73).

Renato de Almeida, na sua História da Música no Brasil, obra monumental no gênero, apoia a hipótese de Luciano Gallet, achando-a "verossímil".

Os argumentos do nosso saudoso musicólogo não são consistentes. A "cana verde" não é exclusividade da "cana de açúcar"; existe a **cana do trigo, a cana da cevada**, etc. Nas zonas canavieiras é que o vulgo aclimou a "cana verde" como se fôsse referente à "cana de açúcar"; daí os versos locais, aludindo à região canavieira do Piraí.

Essas aclimações, ou melhor, essas **localizações** de tema são comuníssimas nos fatos folklóricos.

No meio rural, como se viu, a dança minhota naturalizou-se.

Já o mesmo não aconteceu no **meio urbano**, onde a "caninha verde" ficou restrita unicamente aos colonos portugueses. Temos frisante exemplo no registro que Melo Morais Filho faz em "Festas e tradições populares do Brasil", fixando a tradicional "Festa da Penha" na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma festa tipicamente portuguesa, na época em que êle observou e assim salienta:

"Nas romarias da Penha **o elemento predominante foi sempre o português.** Desde o período colonial até hoje, a tradição tem sido mantida como uma recordação das festas congêneres da antiga metrópole, **notando-se porém que os foliões aqui eram na generalidade filhos do continente".** (Obra citada, pag. 143).

E logo adiante registra os cantos da "cana verde", obedecendo até à pronúncia minhota:

O' minha caninha **berde**
O' meu santo de **pedrão,**
Por amor de uma menina
Fui cair no alçapão.

Cana **berde** salteada
Salteada é mais bonita
P'ra cantar a cana **berde**
Não se quer folhos de chita.

Fui-me ao Porto, fui-me ao Minho,
De caminho para Braga,
Dizei-me, minha menina,
Que **queres** qu'eu de lá traga.

(Obra citada, pag. 150)

No meio urbano, a caninha verde conservou-se na sua pureza original, lidimamente lusitana, ou melhor minhota. Até o vinho da terra, o saboroso vinho de Portugal não era esquecido:

"Os rapazes ostentavam a tiracolo enorme e pesado chifre chapeado de prata e cheio de vinho" (obra citada, pag. 149).

E não era de estranhar. A "caninha verde" parece ter surgido nas zonas vinícolas do Minho. E' esta, aliás, a opinião autorizada do filólogo Gonçalves Viana nas "Apostilas aos dicionários portugueses" (Tomo I, pag. 217). E a razão é plenamente convincente. Em Portugal dá-se o nome de "cana verde" aos vinhos produzidos por vinhas doentes. Êste significado, conforme diz o imortal linguista, "talvez possa aclarar o nome que puseram à cantiga minhota".

Além disso, convém lembrar que, em Portugal, havia um instrumento musical, chamado "cana" e que era, segundo Morais, "frauta rústica ou assobio feito de cana de cevada". Possivelmente, dançava-se primitivamente, a caninha verde ao som dessa frauta singela.

Pesquisando, porém, as origens dessa dança, devemos também lembrar que a "cana verde" era uma peça lúdica, espécie de bastão ou cetro. Há uma cena, por exemplo, do antigo "Auto da muito dolorosa Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo", da autoria do padre Francisco Vaz de Guimarães (edição de Lisboa, 1783), onde pinta a zombaria dos judeus, quando prenderam e torturaram Jesus:

"Aqui açoutarão a Jesus, e como o açoutarão tira-lo-hão fóra, e assentado em huma cadeira com huma **cana verde** na mão, atroão todos em vozes: "Ave Rex Jodeorum" (obra citada, fls. 30).

Esta **cana verde** nada tem que ver com a **cana de açúcar.** Aliás, em linguagem, o vocábulo **cana** designa, antes de tudo, uma espécie de vara ôca por dentro, como a cana de cevada. Tanto isso é evidente, que os vocábulos **caneca** (vaso de barro ou madeira para vinho) e **canada** (medida para líquidos, a duodécima parte do almude) o confirmam.

Usava-se também êsse bastão lúdico, a cana verde, em muitos torneios equestres, que, por isso mesmo, eram chamados "jogos de canas".

Êsse "jôgo de canas", que consistia numa curiosa coreografia equestre levada a efeito por cavaleiros armados de canas, era conhecido em tôda a península ibérica e repercutiu tanto na América Espanhola como no Brasil.

Na região platina e na zona das Missões, Daniel Granada registrou a propagação dêsse jôgo:

"Entraban en el **juego de cañas** de que se trata, cuatro quadrillas: una de "galanes", y las restantes representando naciones de "indios", "turcos" y "africanos". Las cuadrillas de galanes, turcos é indios paramentadas con magnificencia à estilo y uso de sus respectivas nacionalidades; la de africanos, en traje y aspecto á más no poder risible, for-

mando gracioso contraste con la gallardia y lucimiento de sus contrarias. Apostadas en los cuatro ángulos de la plaza, enviaban sucessivamente un faraute, seguido de dos caballeros, á rendir pleito homenaje al primer gobernante de la provincia, ante cuyo palco se deteniám, pronunciando una arenga á nombre de sus gentes, en castellano, el galán y el turco, con su habitual chapurreo el africano, y el indio en la lengua de su nación. Las cabalgaduras, en el trayecto, levantaban y asentaban acompasadamente las manos al són de la música. Vuelto cada cual á su campo, desprendia una de las cuadrillas por el costado de la plaza á todo galòpe un jinete, que, al pasar por delante de la más immediata de sus contrarias, era perseguido por otro de ésta armado de **boleadoras de naranjas,** con las que se proponia aprisionarlo, arrojandoselas al cuerpo con maestría. El caballero perseguido, al llegar al puesto que ocupaba la cuadrilla subsiguiente, detenia-se saliendo de ella un tercero, que á sua vez perseguia de igual manera al perseguidor, y asi sucessivamente **hasta quedar situadas las cuadrillas en campos diametralmente opuestos á los que tenian al principio.** Salian después á la arena las cuatro cuadrillas, y se entremezclaban simulando una batalla y sorprendiendo á los espectadores embelesados, entre vitores y aplausos, con graciosas, dificiles y variadas evoluciones, ejecutadas ora al trote, ora á escape, ora al tranco del caballo." (Vocabulario rioplatense, Montevideo, 1890, pag. 139 a 141).

"En las antiguas y célebres misiones jesuiticas del Paraná y Uruguay (informa-nos ainda Granada), presentaban **otra forma,** no menos original, los juegos de cañas".

No Brasil, desde os tempos coloniais, os jogos de canas eram realizados.

Pedro Taques na "Nobiliarquia Paulistana", a êle se refere :

"Nas grandes e magníficas festas de **escaramuças, sertilhas, canas** e **encontroadas,** que se executaram com liberal despesa em aplauso de ter cantado missa nova o Reverendo Eusébio Barros de Leite,... levou Inácio Dias da Silva em tôdas as três tardes sempre os **prêmios de louvor** entre os muitos e destros cavaleiros daquela **função,** da qual foi êle o primeiro mantenedor e guia nas **escaramuças.**" (Nobiliarquia, pag. 107-107).

Por aí se vê que êsses jogos duravam vários dias.

Ao passo que, no Pampa, as canas foram substituidas por **"boleadoras de naranjas",** no Brasil não há notícia de nenhuma modificação do velho jôgo equestre peninsular.

Enquanto que o **jôgo de canas"** está quase obliterado e só no alto sertão há vestígios de "cavalhadas" (Goiaz), a **"caninha verde",** ao contrário, está ainda bem viva na tradição.

Por ventura, há alguma ligação temática entre o **jôgo de canas** (coreografia equestre) e a **caninha verde** (coreografia a pé) ?

Tanto num como noutro, encontramos alguns elementos temáticos que justificam um paralelismo.

Tanto no jôgo equestre como na dança, são **quatro pares** os figurantes essenciais.

Tanto no jôgo equestre como na caninha verde, os **pares se alternam,** colocando-se em situação **diametralmente oposta.**

Êsse alternamento, no jôgo, se faz após a corrida em volta da área, e na dança após os volteios coreográficos.

Teria a "cana verde", inicialmente, se inspirado no folguedo equestre ?

E' difícil responder, mas os pontos de semelhanças permitem uma inferência conjectural nesse sentido.

* * *

A **caninha verde** reinol adaptou-se facilmente no **meio rural** brasileiro, uma vez que a cultura da cana, tão generalizada em nossas zonas rurais, favoreceu (dada a identificação puramente verbal da "cana verde" com a "cana de açúcar") tôdas as "variantes" locais.

Guardamos assim, em nossas regiões canavieiras, uma tradição minhota, cujo significado europeu perdeu a sua razão de ser no cenário brasileiro. Para o nosso povo, a "cana verde" ou "caninha verde" é sempre uma alusão à cana de açúcar, e à própria cachaça chamam "caninha".

A aclimação dessa dança popular não foi dificultosa em virtude dêsses elementos verbais.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS — Jaime Cortesão, O que o povo canta em Portugal; Augusto C. Pires de Lima, Tradições populares de Santo Tirso (in Revista Lusitana, XVIII), A. Americano do Brasil, Cancioneiro de trovas do Brasil Central; Luciano Gallet, Estudos de folklore; Renato de Almeida, História da música no Barsil; Melo Morais Filho, Festas e tradições populares do Brasil; Gonçalves Viana, Apostilas aos dicionários portugueses (tomo I); Auto da Paixão, de Francisco Vaz de Guimarães, (edição 1783); Daniel Granada, Vocabulário rioplatense razonado; Pedro Taques, Nobiliarquia Paulistana; Dança e cantares portugueses (coletânea); J. de Sousa Conegundes, Serenata (coletânea).

# PARA ONDE VAI A FUMAÇA

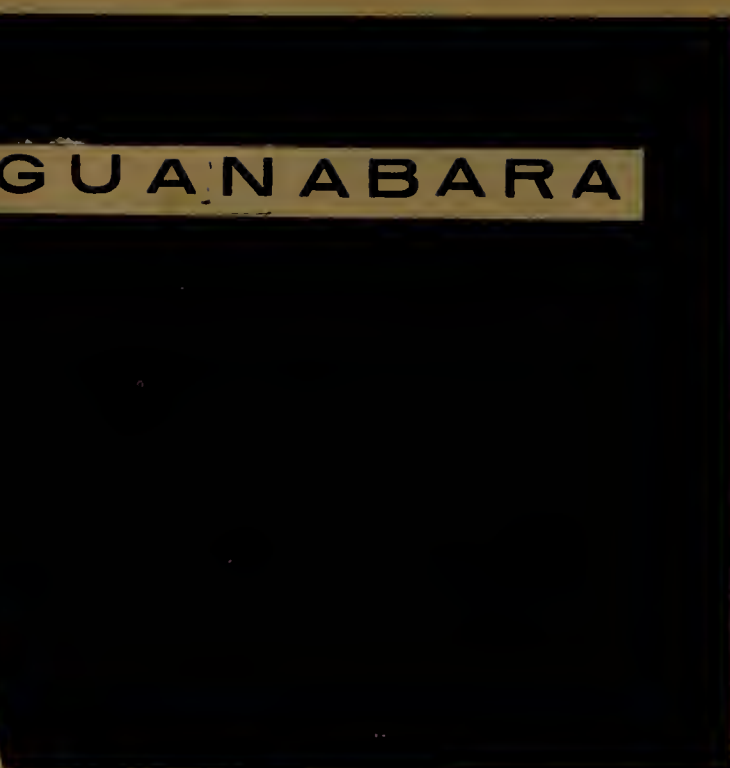
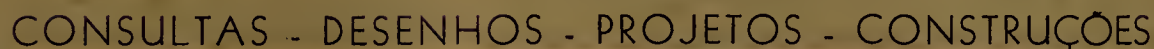
**Ademar Vidal**

Nem sempre o engenho tem fumaça clara. O bueiro costuma vomitar fumo escuro, rolos compactos. A fornalha está funcionando mal, queimando lenha ruim, em vista do que se faz necessário, senão urgente, que o mestre procure orientar o grau, segurando-o. Se a fumaça anda preta é por causa da lenha que não é boa. Por outras palavras: a digestão não está se fazendo dentro de regra. Uma providência não deve demorar muito — que venha logo.

E é assim que se procura "endireitar" a fumaça para que sejam evitados vários males. Mas não parece negócio fácil. Na várzea as matas escasseiam, não há madeira em abundância, pelo contrário, existe até muita necessidade. Tanto que sempre foram buscá-la fora, nos lugares conhecidos pela sua riqueza de florestas como, por exemplo, a opulenta região de Camaratuba. De modo que nos engenhos a medida que se apresenta é o aproveitamento imediato de tôda e qualquer espécie de lenha. Quase que não se escolhe. Foi lenha, serve para ser queimada. O mesmo que dizer: tudo que vem na rede é peixe. Daí a fornalha não poder funcionar com absoluta regularidade. Quando pega uma carga de madeira de primeira, o fumo fica fino, claro e gracioso; quando queima pau fraco, daquele que dá mais cinza do que braza, a fumaça não pode ser outra, tem que sair em borbotões negros e grossos. A pressão da caldeira não consegue subir muito, estaciona em certo ponto, não podendo ir além, fazendo-se, dêste modo, imprescindível que a fornalha engula mantimentos melhores, mais sólidos e mais ricos de seiva.

Tudo isto influi consideravelmente nos interesses econômicos do senhor (o pessoal dono de engenho passa bem, a barriga cheia, aprecia mesmo gastar com certa liberalidade, porém não pode nem sabe perder coisa nenhuma, tudo representa interesse e daí aquele "consideravelmente"), havendo, porém, uma outra parte que merece fixação, pois que esconde poesia de boa marca. A gente da casa grande não se conforma quando o bueiro está fumando preto. Aquilo se faz preciso modificar o mais depressa possível. Urge que a fumaça vire branca e fina. Há razões suficientes e aceitáveis para que se deseje essa transformação; razões fora do campo econômico e que dizem respeito a lirismo. Uma delas é que quando o bueiro vomita escuro, havendo moça na família do amo, e que esteja em ponto de casamento, arrisca-se a ficar solteira, titia velha para tomar conta dos sobrinhos ou de filhos adotivos; mas se a safra tôda fôr de fumaça branca há uma percentagem grande para que um matrimônio ande próximo e realizar-se. Entretanto essa história não parece andar muito na boca do povo. A outra, a que vai exposta adiante, tem maior circulação, revelando-se de um lirismo puro.

Vejam que o Cruzeiro do Sul conta com uma estrêla um tanto apagada, como que mal vestida, talvez a mais pobrezinha das quatro. Antigamente até nem costumava aparecer. Depois é que foi clareando mais e agora está se mostrando saliente, com roupa melhor e mais vistosa. Ainda assim de uma palidez de doente. A causa de seu gradativo aparecimento foi a fumaça dos engenhos da várzea paraibana. A limpeza processou-se com tamanho cuidado que a estrelinha foi surgindo da escuridão para uma vida melhor — tudo se devendo ao branco ralo do fumo que os bueiros exalam abundantemente sem demonstrações de cansaço. Se êle tem côr preta irá, como já se disse, concorrer para que a estrêla não brilhe muito quando se faz preciso brilhar cada vez mais e intensamente, entrando em fase de alternativas. A preocupação volta-se para que o Cruzeiro do Sul não permaneça defeituoso, apresente-se nítido, sustente as côres, as suas estrêlas cintilem bem, principalmente a mais apagada de tôdas, aquela que fica do lado da terra, aquela mais baixa e mais triste, recebendo fumaça de todos os engenhos mal dirigidos e que não se incomodam bastante com a sorte da pobrezinha. E' preocupação que vai conseguindo seus fins através dos anos — e a realidade é que hoje o Cruzeiro se apresenta mais composto na sua beleza.

Desde séculos que as fumaças são recolhidas carinhosamente para o polimento da estrêla suja e pálida. Agora ela emerge da noite já sem fazer vergonha às outras companheiras que formam a composição celestial, não tendo sido em vão o trabalho das fornalhas em produzir fumos finos, alvos e que sòmente as combustões regulares podem determinar.

# EU VI CACHAÇA SUBSTITUIR BUTANTAN

**Sodré Viana**

Bem sei que é muito outra a opinião dos doutores. E também já vou aprendendo que, se há máxima fatalmente condenada ao mais melancólico descrédito é aquela que assegura ser a voz do povo a voz de Deus.

Mas não posso extirpar de mim essa raiz jagunça que resiste a todas as capinas da leitura. Senhores, não tenho o direito de duvidar de certas virtudes curativas da cachaça!

Já vejo, senhor médico, o seu sorriso de imensa piedade. Todavia, se o senhor conhecesse o velho Sulampa provavelmente não encontraria na sua alma êsse pretensioso sarcasmo com que está recebendo a minha confissão de matuto.

Quero apresentar-lhe o velho Sulampa, senhor doutor.

* * *

Conheci-o na fazenda Vila Isabel, no sertão da Bahia, a poucas leguas da fronteira do Piauí. E devo tal importante conhecimento a uma minúscula, vibrátil, feminina jararaca-rabo-branco. Essa cobrinha, de pouco mais de um palmo de adulto, sobrara de uma queimada no roçado de algodão de meu tio, o coronel Antônio Honorato de Castro, ou, o que é mais crível, a êle chegara depois que as chamas tinham consumado o trabalho dos arados inexistentes — o que empresta à gleba uma fecundidade de mocó, mas a exaure com uma violência de paixão.

Camuflada nas cinzas das coivaras extintas — camuflagem é arte que os homens aprenderam com os bichos, senhor doutor — a jararaca aproveitou o primeiro calcanhar descalço que lhe passou ao alcance do batím, e injetou na carne desprotegida o **blitzkríguico** veneno botrópico.

Fôsse o calcanhar o de um trabalhador qualquer, e o episódio se teria resolvido com rezas. Resolvido, sim, porque por lá a morte é tambem uma solução. Mas era o calcanhar do Zé Felix, cria de estimação do fazendeiro e seu pagem de confiança no remexer e extrair lucros dos tremendos latifúndios.

Tornou-se assim indispensável a vinda do velho Sulampa, a maior autoridade regional em cura de mordidos de cobra. Um positivo partiu a tôda brida, estrompando um cavalo possante especialmente escolhido para a diligência. Entretanto, mal a poeira vermelha da boca da estrada tornou ao chão de onde se erguera, começaram os efeitos da peçonha inoculada. O doente, prostrado, arquejava e gemia, uma espuma rósea aflorando-lhe aos lábios entre-abertos. E entre as mulheres que rodeavam a esteira algumas já juravam que o pobrezinho estava suando sangue, que nem o Cristo da Verônica.

O sol ficou a pino, as ansiedades cresceram, cresceu o domínio do veneno sôbre o organismo do rapaz. E nada de Sulampa. Lá para as tantas, porém, um magote de bodes amalhado no alto do morro levantou-se de chôfre, orelhas em pé, e ganhou aos pinchos o tezo da caatinga. Um moleque, interpretando o fato, berrou a boa nova:

— Lá vem o véio Sulampa!

* * *

O velho Sulampa foi apeando do burro suado e pedindo desculpas pela demora. Custara tanto porque — e isso, com os diabos! era coisa que não se dava com êle havia um despotismo de anos! — vira-se, de repente, sem cachaça. De modo que tivera de fazer um rodeio, passar pela casa do Sulino para comprar dois litros. E onde estava o Zé Felix, coitado? Alí, naquela camarinha, e bem ruimzinho...

Então o estranho doutor ergueu para o céu sem nuvem um olhar de fé. Apertou nas palmas fortes as duas garrafas — como se apertasse duas irmãs do Santo Graal... E proferiu, numa voz trêmula de oráculo:

— Com a ajuda de Nossinhô e da Cachaça, nunca perdi mordido!

Caminhou a passos normais. Para êle não havia pressa. A morte, naquele páreo dilacerante, não passava de um pangaré irremediavelmente destinado a fechar a raia. Era esta a sua convicção. Mandou que os circunstantes se afastassem da esteira, fitou no moribundo uns olhos entendidos, depois desarrolhou com solenidade o primeiro litro.

— Nas hora de Deus, amen! — murmurou.

E meteu, quase à fôrça, por entre os queixos travados do enfermo, o gargalo de vidro. Zé Felix estrebuchou, tossiu uma tosse gosmenta e rouca. Num espasmo do estômago, expeliu as primeiras goladas da bebida, que escorreu pela palhinha do carnaúba, estravazou para o chão de barro batido, nele foi se embebendo laboriosamente, reduzindo-se afinal a uma vasta mancha negra.

— Já se buliu... Está salvo, Jesus querendo! — declarou o curandeiro, olhando para trás, por cima do ombro ossudo que um rasgão da camisa deixava nu.

* * *

Não quero encompridar inutilmente esta narração. Vamos reduzir todo o resto a umas poucas constatações. Zé Felix engoliu, no espaço de quinze ou vinte minutos, dois litros de aguardente. Vomitou como um olho dágua. E começou a falar coisas desconexas, a lingua pesando, as pálpebras semicerradas. Depois dormiu... Acordou... Dormiu... E entre cada sono e cada despertar foi se recuperando. Se os senhores passarem algum dia pela Vila Isabel, lá o encontrarão, já homem feito, provavelmente pai de filhos, mostrando a todo mundo a cicatriz da dentada.

* * *

Limito-me a narrar. Fujo ao perigo de explicar, tarefa que deixo aos entendidos em todos os assuntos, que se já eram muitos neste país, agora fervilham aos milhares, cada qual sobraçando o último número de alguma dessas enciclopédias brochadas que se encontram nas bancas dos jornaleiros...

---

## COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE SERGIPE LIMITADA

**Foi fundada em Aracajú, consoante telegrama recebido pelo presidente do I.A.A. a Cooperativa Mista dos Produtores de Açúcar de Sergipe Limitada, sendo aclamados os Srs. Gonçalo Rolemberg Prado, Paulo Amado, Afonso Melo Prado, Pascoal Sousa Ávila e Manuel Antônio Mendonça para Membros do Conselho Administrativo.**

**Naquele Estado já existe a Cooperativa dos Usineiros de Sergipe, com a qual o Instituto mantém relações, desde a fundação da mesma.**

# A CURVA DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MARANHENSE

**Jerônimo de Viveiros**

III

O decênio de 1875 a 1885 foi o período áureo da indústria açucareira do Maranhão.

Fazia anos que a sua produção tinha ultrapassado a meio milhão de sacos. Produzia-se para o consumo da província, abastecia-se Pará e Ceará, e exportava-se o excedente para a Inglaterra. Em 1882, só uma firma comercial, Almeida Junior & Cia., mandara para o estrangeiro quantidade superior a cem mil sacos. O açúcar sobrepujava o algodão, até então o principal produto.

Os promotores dessa riqueza formavam uma classe prestigiosa, que tinha o seu órgão no "O Jornal da Lavoura", dirigido por Teófilo Leal, Coqueiro e outros.

Nesse período, não se cogitaria mais do aumento da produção, que se sabia em progresso crescente. Nele seriam outras as aspirações da classe: instalações mais modernas e novos métodos de trabalho em **engenhos centrais.** O velho engenho a vapor não satisfazia mais ao lavrador maranhense.

Um invejável talento, servido por vasta e esmerada cultura científica, João Antônio Coqueiro, chefiou essa nova cruzada.

E' de 1876, o seu primeiro artigo sôbre os engenhos centrais, publicado no "O País", jornal proficientemente dirigido por Temístocles Aranha.

A exposição do doutor Coqueiro é digna de transcrição neste escôrço histórico do açúcar maranhense, visto como foi o primeiro passo para a fundação do maior estabelecimento agrícola da província, e, na época, quiçá do país.

Ouçamo-la, pois.

"Entende-se por engenho central a emprêsa que separando os dois ramos industriais da fabricação do açúcar — **lavoura** e **fabrico** — deixando sòmente aos lavradores o fornecimento da cana, e reservando para si a manipulação desta por meio de aparelhos aperfeiçoados e poderosos, permite interessar nela grande número de capitalista e lavradores, aquinhoando êstes com o dôbro dos respectivos rendimentos brutos, sem as despesas do próprio fabrico, que lhes absorviam todos — e àqueles dividendos certos e seguros, que até hoje têm variado de 16 a 48%, segundo as localidades."

"Estudemos em primeiro lugar os dados teóricos, obtidos por químicos notáveis, que se hão ocupado com esta matéria — entremos com êles no domínio da prática, estabeleçamos as diferentes comparações e deduzamos as necessárias consequências.

Teoricamente :

100 quilos de cana dão 90 de caldo ou garapa e 100 quilos de garapa dão 20 de açúcar, logo 100 quilos de cana contêm $\frac{90 \times 20}{100} = 18$ quilos de açúcar. Como uma carrada de canas pesa em média 70 arrobas ou 1.000 quilos, segue-se que ela tem $18 \times 10 = 180$ quilos de açúcar branco, que equivalem a $180 + \frac{180}{2} = 270$ quilos de açúcar bruto.

Praticamente :

Nos nossos engenhos de cana a vapor, não podemos extrair de 100 quilos de canas mais do que 50 quilos de garapa e de 100 quilos de garapa de 6,80 quilos de açúcar, de sorte que de 100 quilos de canas só tiramos $\frac{6{,}80 \times 50}{100} = 3{,}40$ de açúcar, e consequêntemente de uma carrada (1.000 quilos) não conseguimos mais do que 34 de açúcar branco ou sejam $34 + \frac{34}{2} = 51$ quilos de açúcar bruto.

Êste é, realmente, o **rendimento médio** do açúcar no comum dos engenhos da província, e alguns há que não o alcançam.

"Comparando agora o rendimento teórico (180 quilos de açúcar branco) de uma carrada de canas com o dos engenhos (34 quilos de açúcar branco), vê-se que com o processo, que adotamos, apenas conseguimos extrair

menos da quarta parte do açúcar que contém a cana, perdendo-se portanto mais de três quartos, que ficam no bagaço mal esmagado, nas escumas em consequência de imperfeitas defecações, e no melaço, que se desprende do açúcar nas nossas casas de purgar".

"Eis o nosso fabrico — e é o caso de dizer-se que somos antes **destruidores** do que **produtores:** para com muito custo obtermos de uma carrada de canas 34 quilos de açúcar desperdiçamos 146 ! !"

"Vejamos agora o que se passa em um engenho central: Nesses estabelecimentos 100 quilos de canas dão 70 a 80 de caldo, e 100 de caldo de 12,5 a 13 quilos de açúcar; de sorte que 100 quilos de canas poderão dar de

$$\frac{13 \times 70}{100} = 9{,}11 \text{ a } \frac{12{,}5 \times 80}{100} = 10 \text{ quilos de}$$

açúcar branco. Por conseguinte uma carrada de canas de 1.000 quilos dará 10 $\times$ 9 = 90 quilos de açúcar branco.

Tomando o mínimo — 90 quilos de açúcar para os engenhos centrais e aproximando os números análogos em outros sistemas, temos para 1.000 quilos de canas :

| | | |
|---|---|---|
| quimicamente | — | 180 quilos de açúcar |
| engenhos centrais | — | 90 " " " |
| engenhos | — | 34 " " " |

"Donde se conclui que o rendimento de 90 quilos de um engenho central é a metade do teórico e quase o triplo do ordinário dos nossos engenhos de açúcar".

"Não é tanto no aumento do rendimento que se resumem as vantagens dos engenhos centrais".

"Esta circunstância só por si já muito os recomenda, mas o que sobremaneira os encarece é a superior qualidade do açúcar produzido, e a importância que atinge a produção com despesas relativamente pequenas".

Depois de corroborar a sua opinião com extratos do jornal inglês **Super Cane** e de Mr. Dureau, assim termina o doutor Coqueiro a sua explanação :

"Das citações que vimos de fazer, se depreende que não exageramos uma linha em tudo quanto avançamos acêrca dos dados, que se tornam necessários para o desenvolvimento entre nós desta importantíssima indústria, que reunindo tôdas as condições prescritas pela ciência, como sejam divisão de trabalho, de responsabilidade e associação de capitais, é a solução racional, única e positiva do grave problema da lavoura da província".

"E tendo-se em vista que os lucros de semelhantes usinas estão numa razão muito superior a dos capitais nelas empregados, e a prova aí temos no engenho de **Arboussier** acima citado, não deve haver receio. Devemos, pois, montá-los com o maior capital possível — nunca inferior a 500 contos de réis cada um".

"Com o capital de 600 contos (inclusive 100 contos para as despesas do 1.º ano), pode-se estabelecer um engenho capaz de moer 30 mil carradas de cana de 1.000 quilos cada uma e produzir — admitindo-se o rendimento de 10% — 3.000.000 de quilos de açúcar de diversas cristalizações".

"E não se julgue exagerado o rendimento de 10% para as nossas canas, porque se sabe que em terras, como as do Pindaré, tem-se chegado a extrair com os nossos imperfeitos aparelhos 11% de açúcar do pêso delas e mesmo 12, o que se justifica, visto como a garapa marca nessas ocasiões de 13 a 14 graus Baumé !"

"Aceita esta base, eis o resumo do orçamento para um engenho central :

**Receita :**

| | |
|---|---|
| Importância de 3.000.000 de kg de açúcar a 200 réis...... | 600:000$000 |
| Idem 10%. de aguardente. ..... | 60:000$000 |
| | 660:000$000 |

**Despesa :**

| | |
|---|---|
| Compra de canas e despesas do fabrico. . . .................. | 395:000$000 |
| Ordenados a empregados. ..... | 40:000$000 |
| Eventuais. . . ............... | 12:000$000 |
| Seguro. . . ................... | 6:000$000 |
| Amortização. . . .............. | 60:000$000 |
| | 513:000$000 |
| Lucro líquido. . .......... | 147:000$000 |

que corresponde a um juro de 24,5% sôbre o capital de 600:000$000".

Para logo, a idéia de João Antônio Coqueiro teve adeptos e entusiastas, e dois dentre êles, Martinus Hoyer e José Moreira da Silva, que eram capitalistas de larga projeção na província, apresentaram-se como in-

corporadores de uma companhia, cujo objetivo seria o de instalar um engenho central e explorá-lo.

No artigo de apresentação, escreveram os dois ilustrados comerciantes esta grande verdade: "A província do Maranhão não pode deixar de ser agrícola; ou a agricultura ou nada, ou a vida com ela ou a morte com ela".

"O País", o jornal de maior circulação, exaltava as vantagens da emprêsa projetada, afirmando com a responsabilidade do seu redator-chefe — Temístocles Aranha, que era um grande nome na província: "Para tirar esta província do estado em que se acha, para salvar o Maranhão, só vemos dois meios — a oferta de capitais, a juro módico e prazos longos, e a introdução de grandes melhoramentos na lavoura".

Assim, a idéia foi ganhando corpo, foi-se tornando realidade.

Mais eis que surge uma dificuldade: onde encontrar lavradores que deixassem seus engenhos para fornecer canas ao engenho central?

Removeu-a o doutor Coqueiro com os seus cunhados, como se verifica da carta abaixo, por êles dirigida a Martinus Hoyer:

"Tendo em vista as vantagens, que proporcionam os Engenhos Centrais aos respectivos fornecedores de canas, vimos na qualidade de lavradores oferecer os nossos serviços à empresa que V. S.ª tenta criar nesta província, ratificando por esta forma com as nossas assinaturas o que já uma vez tivemos ocasião de dizer-lhe, isto é: que estamos resolvidos a abandonar os nossos engenhos, sacrificando assim um capital de cêrca de duzentos contos de réis, e ir estabelecer-nos de novo e à nossa custa nas terras circunvizinhas à usina, sob as seguintes condições: 1.º — que seja o Engenho Central levantado no vale do Pindaré; 2.º — os nossos contratos firmados de acôrdo com as bases, que junto lhe remetemos".

Se V. S.ª entender que oferecemos à companhia, que pretende incorporar para levar a efeito tão gigantesca idéia, a garantia precisa, pode dar à presente carta a necessária publicidade." Assinavam-na João A. Coqueiro, José Francisco de Viveiros e Jerônimo José de Viveiros.

Em 13 de setembro de 1876, Martinus publicava esta carta, afastando assim os temores dos capitalistas.

No escritório de Martinus & Ribeiro abriu-se a subscrição dos títulos — (6.000) — da emprêsa, que recebeu o nome de "Companhia Progresso Agrícola".

Mas não demoraria a aparecer novo estôrvo à marcha da companhia. Foi quando se tratou de localizar a fábrica. O engenheiro da fábrica francesa Cail & Cia. — Mr. A. Dolabaratz, havia recomendado a Coqueiro dois pontos primordiais:

1.º — que a fábrica ficasse próximo ao porto de embarque dos seus produtos;

2.º — que se não afastasse dos campos de cultura.

Com a primeira recomendação, visava o técnico francês um embarque fácil e pronto dos produtos, com a segunda, evitar uma linha férrea, o que, na sua opinião, viria sobrecarregar a emprêsa de um dispendio de 50.000 francos por quilômetros de linha férrea.

A preferência dos dirigentes da "Progresso Agrícola" pelas terras da antiga colônia São Pedro, à margem do rio Pindaré, as quais não satisfaziam aquelas condições, deu lugar a que João Antônio Coqueiro e seus cunhados se retirassem da emprêsa. Outros lavradores, porém, assumiram o compromisso do fornecimento das 30 mil toneladas de canas ao engenho: Ladislau da Silva Aranha, Cândido Ribeiro, Pedro Nunes Leal, além de outros.

Por 28.000 esterlinas foram encomendados aos fabricantes Fawcett, Preston & Cia., de Liverpool, os maquinismos, que foram montados sob a direção do engenheiro inglês Roberto Collard. Em 16 de agosto de 1884, inaugurou-se a fábrica, que ficou por 594 contos. O custo da via-férrea elevava-se a 240 contos. Total 834:000$000. Sôbre êste total a via-férrea pesava com 28%. Dolabaratz e Coqueiro tinham razão. Todavia, a lavoura maranhense realizara um dos seus ideais: estava provida de um engenho central. E o que teve era magnífico em eficiência e acabamento. Desde a sua iluminação elétrica — coisa que a capital da província ainda não possuia — até a sua oficina mecânica, donde sairam excelentes profissionais, tudo no São Pedro era perfeito e completo.

Não ficou só nesta realização o esfôrço da lavoura maranhense no decênio áureo de sua vida.

João Antônio Coqueiro transforma o seu

engenho numa miniatura do São Pedro. Ao fabricante inglês prefere o francês.

Five-Lille dota-lhe o estabelecimento com turbinas, esteiras, balança, gabinete de análise, etc.

O notável engenheiro compromete o patrimônio de sua família, porém, o Maranhão contou a sua segunda usina.

Poucos anos depois, José Castelo Branco da Cruz segue-lhe as pegadas, fundando a usina "Engenho d'Água", no município de Caxias.

Alexandre Teófilo de Carvalho Leal também reforma o seu engenho, cujo nome — **Pixanuçú** propusera Gonçalves Dias ao seu amigo fôsse substituido pelo de **Canduba**, designação da cana na língüa indígena.

Reformava-se, embora lentamente, a maquinaria dos velhos engenhos.

Faltava agora a dos métodos empregados nos campos de lavoura. Tentou-a, por essa mesma época, numa demonstração de inteligência e de energia, Joaquim Antônio Viana, fazendo a irrigação de sua lavoura por meio de uma admirável rede de canais. Reconhecera êle o valor da irrigação para a cultura dos campos, quando andou em estudos pela Holanda. De regresso à província natal, implantou-a no Pindaíba, propriedade que possuia no vale de Pericuman. Não lhe custara pouco o arrôjo, que, desviando cursos de rios e rasgando pauis, perdera dezenas de escravos e, afinal, a própria saúde.

Com iniciativas e realizações da natureza das acima referidas, é bem de ver quanto era brilhante a ascensão da vertical do diagrama da indústria açucareira maranhense. Parou essa ascensão em 1885. Mas parou numa apoteose, que outra coisa não foi senão isso a esplêndida exposição, que o Maranhão realizou, naquele ano, dos seus dois principais produtos: açúcar e algodão.

# PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES

(AÇÚCAR)

1941/42 — 1943/44

POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO

Unidade : saco de 60 quilos

| PERIODO | Estoque inicial | Produção | Importação | Exportação | Transformado em álcool | Consumo | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)** | | | | | | | |
| Fevereiro de 1944 | 4.962.661 | 1.744.403 | — | 199.000 | — | 1.964.961 | 4.543.103 |
| Fevereiro de 1943 | 5.248.899 | 1.571.527 | — | 90.000 | — | 1.566.631 | 5.163.795 |
| Fevereiro de 1942 | 5.906.581 | 1.646.214 | — | 199.113 | — | 1.904.918 | 5.448.764 |
| JUNHO/FEVEREIRO | | | | | | | |
| 1943/44 | 3.651.464 | 19.374.377 | — | 499.600 | 38.554 | 17.944.584 | 4.543.103 |
| 1942/43 | 2.538.324 | 19.769.234 | — | 327.741 | 37.669 | 16.778.353 | 5.163.795 |
| 1941/42 | 3.036.451 | 19.868.123 | — | 565.696 | — | 16.890.114 | 5.448.764 |
| **TIPOS DE USINA** | | | | | | | |
| Fevereiro de 1944 | 4.655.563 | 1.338.003 | — | 199.000 | — | 1.534.930 | 4.269.636 |
| Fevereiro de 1943 | 5.020.062 | 1.089.627 | — | 90.000 | — | 1.110.021 | 4.909.668 |
| Fevereiro de 1942 | 5.675.974 | 1.043.840 | — | 199.113 | — | 1.343.219 | 5.177.482 |
| JUNHO/FEVEREIRO | | | | | | | |
| 1943/44 | 3.408.514 | 13.215.077 | — | 499.600 | 38.554 | 11.825.801 | 4.259.636 |
| 1942/43 | 2.381.046 | 13.444.234 | — | 327.741 | 37.669 | 10.550.202 | 4.909.668 |
| 1941/42 | 2.839.268 | 13.251.465 | — | 561.996 | — | 10.351.255 | 5.177.482 |

# PRODUÇÃO TOTAL DE AÇÚCAR

**(Usinas e Engenhos)**
**MOVIMENTO DA SAFRA DE 1943/44**
(POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO DE 1944)

| ESTADOS | AÇÚCAR (saco 60 quilos) | | | | ÁLCOOL |
|---|---|---|---|---|---|
| | Produção Autorizada | Estimativa | Total das Usinas | Total das Usinas e Engenhos | (Litros) |
| Acre | 8.985 | 12.000 | — | 11.000 | — |
| Amazonas | 5.699 | 7.000 | — | 6.300 | — |
| Pará | 27.126 | 65.000 | 2.750 | 52.750 | 6.308 |
| Maranhão | 48.670 | 90.000 | 6.499 | 86.499 | — |
| Piauí | 96.849 | 62.500 | 1.500 | 61.500 | — |
| Ceará | 384.738 | 767.000 | 16.325 | 766.325 | 65.900 |
| Rio Grande do Norte | 164.778 | 200.000 | 54.499 | 159.499 | 16.640 |
| Paraíba | 594.592 | 720.000 | 430.064 | 740.064 | 843.950 |
| Pernambuco | 6.522.969 | 5.800.000 | 4.316.989 | 4.776.989 | 25.964.245 |
| Alagoas | 2.332.982 | 1.850.000 | 1.299.491 | 1.579.491 | 4.942.304 |
| Sergipe | 968.779 | 835.000 | 666.228 | 695.228 | 718.367 |
| Bahia | 1.102.167 | 1.500.000 | 636.087 | 1.166.087 | 383.510 |
| Espírito Santo | 86.292 | 220.000 | 35.168 | 195.168 | 81.717 |
| Rio de Janeiro | 2.745.070 | 2.900.000 | 2.303.306 | 2.483.306 | 17.828.249 |
| Distrito Federal | — | — | — | — | — |
| São Paulo | 2.807.852 | 3.600.00 | 2.958.030 | 3.358.030 | 37.296.288 |
| Paraná | 3.230 | 20.000 | — | 20.000 | — |
| Santa Catarina | 419.427 | 465.000 | 39.779 | 439.779 | 260.580 |
| Rio Grande do Sul | 24.805 | 70.000 | — | 70.000 | — |
| Minas Gerais | 2.747.655 | 3.100.000 | 418.051 | 2.518.051 | 3.813.708 |
| Goiaz | 176.577 | 150.000 | — | 150.000 | — |
| Mato Grosso | 41.318 | 38.000 | 30.311 | 38 311 | 219.742 |
| TOTAIS | 21.310.560 | 22.471.500 | 13.215.077 | 19.374.377 | 92.441.508 |

# ESTOQUE DE AÇUCAR

**DISCRIMINAÇAO POR TIPO E LOCALIDADE — 1944**

POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO

**Unidade : saco de 60 quilos**

| ESTADOS | Granfina | Cristal | Demerara | Somenos | Mascavo | Bruto | TOTAL | RESUMO POR LOCALIDADE — PRAÇA — Capitais | PRAÇA — Interior | Nas Usinas | Nas Dist. do I.A.A. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rio G. do Norte | — | 16.710 | — | — | — | 2.154 | 18.864 | 8.784 | — | 10.080 | — |
| Paraíba | — | 206.455 | — | — | — | 6.656 | 213.111 | 133.195 | 41.262 | 38.654 | — |
| Pernambuco | 169.702 | 1.779.112 | 4.328 | — | 6.006 | 206.276 | 2.165.424 | 1.871.301 | 200.000 | 94.123 | — |
| Alagoas | 31.859 | 258.302 | 178.199 | — | — | 66.081 | 534.441 | 438.003 | — | 96.438 | — |
| Sergipe | — | 538.066 | 13.165 | — | 13.115 | — | 564.346 | 381.647 | 107.788 | 74.911 | — |
| Bahia | — | 179.971 | — | — | — | 50 | 180.021 | 96.208 | — | 83.813 | — |
| Rio de Janeiro | — | 342.061 | 30.721 | — | — | — | 372.782 | 31.613 | — | 341.169 | — |
| D. Federal | — | 24.965 | — | — | — | 2.250 | 27.215 | 27.215 | — | — | — |
| São Paulo | — | 393.444 | 30.071 | 4.087 | — | — | 427.602 | 42.348 | 8.000 | 377.254 | — |
| Minas Gerais | — | 28.068 | 628 | — | 1.229 | — | 29.925 | 11.332 | — | 18.593 | — |
| Demais Estados | — | 9.372 | — | — | — | — | 9.372 | — | — | 9.372 | — |
| BRASIL | 201.561 | 3.776.526 | 257.112 | 4.087 | 20.350 | 283.467 | 4.543.103 | 3.041.646 | 357.050 | 1.144.407 | — |

# ESTOQUE DE AÇÚCAR

**1942 - 1944**

POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO

**Unidade : saco de 60 quilos**

| ESTADOS | TODOS OS TIPOS — 1942 | TODOS OS TIPOS — 1943 | TODOS OS TIPOS — 1944 | TIPOS DE USINA — 1942 | TIPOS DE USINA — 1943 | TIPOS DE USINA — 1944 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Rio Grande do Norte | 4.250 | 13.931 | 18.864 | 4.250 | 13.931 | 16.710 |
| Paraíba | 142.707 | 71.460 | 213.111 | 138.836 | 69.583 | 206.455 |
| Pernambuco | 2.353.073 | 2.504.755 | 2.165.424 | 2.214.507 | 2.337.814 | 1.959.148 |
| Alagoas | 414.858 | 628.970 | 534.441 | 319.643 | 560.330 | 468.360 |
| Sergipe | 401.907 | 539.522 | 564.346 | 401.907 | 539.522 | 564.346 |
| Bahia | 215.727 | 250.746 | 180.021 | 215.340 | 250.746 | 179.971 |
| Rio de Janeiro | 853.519 | 424.690 | 372.782 | 858.519 | 424.690 | 372.782 |
| D. Federal | 43.772 | 42.908 | 27.215 | 35.414 | 41.987 | 24.965 |
| São Paulo | 812.289 | 543.552 | 427.602 | 787.404 | 527.804 | 427.602 |
| Minas Gerais | 178.083 | 116.775 | 29.925 | 178.083 | 116.775 | 29.925 |
| Demais Estados | 23.579 | 26.486 | 9.372 | 23.579 | 26.486 | 9.372 |
| BRASIL | 5.448.764 | 5.163.795 | 4.543.103 | 5.177.482 | 4.909.668 | 4.259.636 |

# COTAÇÃO DE AÇÚCAR

**(POR SACO DE 60 QUILOS)**

**1942 - 1944**

Valor em Cruzeiros

FEVEREIRO

## 1. TIPO DE USINAS

| PRAÇAS | CRISTAL | | | | | | | | | DEMERARA | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MAXIMA | | | MINIMA | | | MEDIA | | | MAXIMA | | | MINIMA | | | MEDIA | | |
| | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 |
| João Pessoa | 65,0 | 73,0 | 82,0 | 60,0 | 73,0 | 82,0 | 60,2 | 73,0 | 82,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Recife | 60,0 | 70,0 | 82,0 | 59,0 | 68,0 | 82,0 | 59,5 | 68,8 | 82,0 | 41,2 | — | — | 41,2 | — | — | 41,2 | — | — |
| Maceió | 54,0 | 67,6 | 79,0 | 54,0 | 67,6 | 79,0 | 54,0 | 67,6 | 79,0 | 48,0 | 56,6 | 69,0 | 46,0 | 56,6 | 69,0 | 46,1 | 56,6 | 69,0 |
| Aracajú | 60,0 | 67,0 | 82,6 | 49,0 | 65,0 | 82,6 | 51,1 | 66,0 | 82,6 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Salvador | 60,0 | 68,6 | 82,6 | 60,0 | 68,6 | 82,6 | 60,0 | 68,6 | 82,6 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Campos | 65,0 | 86,0 | 89,0 | 59,0 | 81,0 | 88,0 | 63,4 | 83,6 | 88,5 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| D. Federal | 70,0 | 70,0 | 70,0 | 65,0 | 67,0 | 68,0 | 67,5 | 68,5 | 69,0 | 60,0 | 60,0 | 60,0 | 56,0 | 58,0 | 58,0 | 58,0 | 59,0 | 59,0 |
| São Paulo | 74,0 | 93,0 | N/ | 71,0 | 93,0 | N/ | 72,0 | 93,0 | N/ | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Belo Horizonte | 72,0 | 96,6 | 120,0 | 72,0 | 96,6 | 120,0 | 72,0 | 96,6 | 120,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |

## 2. TIPO DE ENGENHO

| PRAÇAS | BRUTO | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MAXIMA | | | MEDIA | | | MINIMA | | |
| | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 |
| João Pessoa | 45,0 | 68,0 | 69,0 | 35,0 | 58,0 | 69,0 | 42,7 | 58,8 | 69,0 |
| Recife | 27,2 | 66,4 | 79,0 | 26,0 | 48,0 | 77,0 | 26,6 | 63,8 | 78,0 |
| Maceió | 24,0 | — | — | 18,0 | — | — | 21,0 | — | — |
| Aracajú | 39,5 | 39,5 | 78,6 | 18,0 | 39,5 | 78,6 | 21,9 | 39,5 | 78,6 |
| Salvador | 32,0 | 50,0 | 50,0 | 30,0 | 50,0 | 50,0 | 31,7 | 50,0 | 50,0 |
| Campos | 43,0 | — | — | 41,0 | — | — | 41,7 | — | — |
| D. Federal | 54,0 | 54,0 | 54,0 | 44,0 | 52,0 | 52,0 | 49,0 | 53,0 | 53,0 |
| São Paulo | 55,0 | N/ | N/ | 52,0 | N/ | N/ | 53,0 | N/ | N/ |
| B. Horizonte | — | — | — | — | — | — | — | — | — |

**ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA**
Chefe da Secção de Estatística

# A HABITAÇÃO NAS ZONAS CANAVIEIRAS DO BRASIL

**Vasconcelos Torres**

I

A casa sempre foi um complemento indispensável à vida do homem. A necessidade de abrigo e de alimentação determinam o trabalho, que outra coisa não é senão o meio pelo qual o indivíduo assegura a sua subsistência e o seu lar. A casa, porém, não possui a finalidade única de abrigar o homem ou de pô-lo a salvo do ataque de animais ferozes. A casa é, na verdade, a modeladora do caráter. Assim, a promiscuidade nos dormitórios gera uma situação pouco aconselhável. Crianças que dormem nos mesmos compartimentos dos pais recebem, forçosamente, uma educação inadequada. É na casa que a criança forma a sua mentalidade e tem a sua primeira escola.

O **jus** regaleano estabelecia que todo homem tinha direito a um pedaço de terra para construir sua casa. Nos dias de hoje, a terra existe, mas, na maioria das vezes, o homem não pode construir a sua casa, falto que é de recursos monetários. A impossibilidade do financiamento da construção de uma casa é um dos ângulos do problema da habitação.

**Fachada de um tipo de casa para trabalhador canavieiro (S. Paulo)**

A casa influi na vida do indivíduo e, de certo modo, reflete o grau de prosperidade de um país. Se uma nação tem boas casas para o seu povo, não pode deixar de ser adiantada. As habitações africanas traduzem a civilização do continente negro.

A habitação é um dos importantes aspectos do padrão de vida. Carl Taylor diz que ela tem sido, provavelmente, o ponto mais fraco no padrão de vida material rural. Varia de acôrdo com as regiões, mas em todos os paises americanos é deficiente. "Até certo ponto, escreve o Prof. Delgado de Carvalho (1), a casa pode ser considerada como um produto do solo ambiente, pois é no meio físico que são encontrados os materiais que servem à sua construção: barro, pedra ou madeira; sapé, telhas ou ardósias. O clima também é fator que influi, exigindo certas disposições da casa como refúgio e proteção. Por fim, os **recursos vegetais** da região ditam a forma e a estrutura da casa como centro de ocupações, segundo o gênero da atividade dos que nela habitam". A habitação, segundo Krebs, é condicionada por três fatores: o físico, o econômico e o cultural.

As condições dos alojamentos dos trabalhadores na América do Sul são impróprias e desconfortáveis. O mesmo se verifica, em menor escala, em paises que têm um bom índice de vida. Um inquérito realizado em 1937, no Dominio do Canadá, sôbre 1.376 habitações operárias em Montreal e Verdun, apurou que 30% das habitações não eram adequadas (2). Nos Estados Unidos (3), um interessante estudo sôbre oito milhões de habitações urbanas e grupos de habitações, re-

vela que em 15 a 40% das que foram pesquisadas faltavam comodidades sanitárias; que 5% do total das famílias estavam morando em habitações destinadas a uma só família, sendo que, em Nova York, 16% das habitações podiam ser dadas como inabitáveis.

O Sr. Rubens Porto, uma das nossas autoridades em matéria de habitação, representou o Brasil no 1.º Congresso Pan-Americano de Vivenda Popular, realizado na capital portenha em 1939. Visitou êste técnico alguns bairros de Buenos Aires e as organizações construtoras de casas econômicas, observando, então, que o problema da vivenda popular, naquela cidade, ainda estava por ser resolvido. "As 5.333 casas individuais construidas ou encampadas pela Municipalidade, longe estão de ser o tipo adequado. Do custo de 13.000 pesos argentinos (cêrca de Cr$ 45.000,00 em moeda nacional), acham-se muito além das possibilidades dos operários argentinos cujo salário é em média de 109 pesos argentinos mensais, aquivalendo a..... Cr$ 545,00, mais ou menos, conforme se apreende do Censo Industrial da Nação (Censo Profissional), e as amortizações alcançam 66,95 p.a., ou seja cêrca de Cr$ 335,00" (4). O conclave a que nos referimos chegou a interessantes conclusões sôbre o tipo de habitação rural, recomendando como útil e prático o sistema da **granja popular**, na qual os membros da família rural e seu próprio chefe, no período de desocupação, possam contribuir com rendimento da sua pequena exploração para os gastos do lar". O Congresso recomendou ainda sôbre a necessidade da educação alimentar, bem como sôbre os mobiliários das residências.

**Casa de trabalhador canavieiro (Engenho Camboim Muricí, Alagoas)**

Um dos meios para a fixação do homem ao solo é conceder-lhe uma habitação confortável.

Nas zonas rurais, a habitação carece dos requisitos de higiene e de comodidade; nos centros onde o padrão de vida é baixo o problema da habitação agrava-se. "A maioria das casas no Brasil rural, escreve ainda o autor da Sociologia Educacional, são feitas de barro. No Nordeste, os esteios, pontaletes, caibros, frechais, cumieiras, são de carnaubeira. Em seguida é feito um traçado de ripas, amarradas com cipós sôbre o qual é feita, a sopapo, a taipa que forma o muro. O exterior pode ser rebocado a cal. O teto é formado de telha, de casca de árvore, de folhas de palmeira uricuri ou de catolé. Muitas vezes, em vez de taipa, são feitos tijolos crús ou largos chamados adobe, repousando sôbre uma fundação de pedra sêca" (5). O contraste entre a habitação rural e a urbana foi cientificamente estudado na Europa, no século XIX, por Meitzen.

**Outra vivenda canavieira**

Roberto Simonsen (6) diz que a casa moderna é uma verdadeira instituição biológica. "Com o conceito do direito da vida, continúa a escrever o ilustre economista patrício, que tem de ser por tôda a parte generalizado, a moradia para o ser humano. precisa conter um número mínimo de atributos e proporcionar elementos essenciais de confôrto. Essa casa tem que possuir as indispensáveis condições higiênicas, tem de assegurar o abrigo e o repouso aos componentes da família, tem que proporcionar o aparelhamento necessário ao preparo e serviço das refeições, tem que facilitar a criação e educação conveniente da prole, e, finalmente, tem que possibilitar um mínimo de distrações para os seus habitantes, de tôdas as idades". Infelizmente, porém, a casa no Brasil não possui êsses requisitos ideais. Arturo Goyeneche observa que **não é com a má qualidade dos materiais que se consegue o barateamento da construção, e sim com estruturas simples, formadas com bom e sólido material, que facilita a construção es aumenta a duração dos imóveis.**

Nosso inquérito sôbre a habitação nas zonas canavieiras do Brasil abrangeu cinco Estados e foi realizado em diferentes épocas. Reunimos dados sôbre o título de domínio dos moradores, cobertura e piso, sendo que em algumas usinas tomamos as dimensões das residências dos trabalhadores. No proximo número iremos estudar a casa do obreiro e a usina, publicando os resultados da nossa investigação.

---

### NOTA BIBLIOGRAFICAS


1 — Delgado Carvalho — Geografia Humana — Pg. 95 — S. Paulo.

2 — Montreal Metropolitan Commission, Department of Planning and Research, Report N.º 1 of a Cross Section Survey of Working Class Dewllings in the City of Montreal and Verdun — Montreal — 1937.

3 — Urban Housing — a summary of real property inventories, conducted as work projects Administration — Washington, D.C. — 1938.

4 — Rubens Porto — O Problema da Vivenda Popular — Bol. M.T.I.C. — Pg. 245.

5 — Ob. cit. — Pg. 112.

6 — Roberto Simonsen — Jornada da Habitação Econômica — Bol. M.T.I.C. N.º 85 — Pg. 284.


### ALIMENTAÇÃO E OUTRAS QUESTÕES DAS ZONAS CANAVIEIRAS

Numa das reuniões semanais, realizadas em sua sede pelo Conselho Nacional de Geografia, o Sr. Vasconcelos Torres, colaborador de "Brasil careiro", realizou uma palestra sôbre "A alimentação e outros aspectos da geografia humana nas zonas canavieiras".

A reunião, presidida pelo Embaixador Macedo Soares, teve lugar a 1.º de fevereiro último, a ela comparecendo grande número de estudiosos e especialistas, que, finda a conferência, fizeram várias perguntas ao Sr. Vasconcelos Torres, que explicou, nas respostas, certas minúcias do amplo tema abordado.

O conferencista ocupou-se de início com o êxodo rural, consequência dos melhores salários no litoral e do amparo da legislação trabalhista, em contraposição com o abandono, a servidão e hostilidade ambiente nas zonas agrícolas. Se o salário baixo, as endemias, a habitação e a atração dos grandes centros do litoral cooperam para agravar essa tendência rurífuga do trabalhador do campo — fenômeno que já vem de uma boa dezena de anos — a ausência do espírito de solidariedade social por parte dos patrões, notadamente os grandes industriais, ainda reforça tais impulsos.

O Sr. Vasconcelos Torres estudou as várias classificações de trabalhador rural; concordou em que o operário da usina desfruta situação bem melhor em confronto com seu companheiro de trabalho de campo; abordou a margem de salários e sua relação com o padrão mínimo de vida compatível com a própria essência da dignidade humana; atacou o problema da instrução, mostrando que, só nas entre-safras, é possível frequência animadora dos filhos dos trabalhadores, que se vêem forçados, mal atingem as crianças os 10 anos, a empregá-las no campo, para aumentar a receita do orçamento doméstico. O aguardentismo, cujas causas estão a merecer análise mais profunda, alicerçada por inquéritos de larga envergadura, também ocupou boa parte da palestra, tendo o conferencista exibido várias das fichas que sôbre êsse flagelo social vem organizando nas suas pesquisas sôbre o trem de vida do nosso homem de campo, a serviço do açúcar.

O Sr. Vasconcelos Torres, ao terminar sua conferência, advertiu os presentes sôbre a amplitude do perigo da sub-nutrição, fenômeno que não se acha adstrito ao campo. Nas escolas do Distrito Federal disse S. S. há 75% de sub-nutridos.

# AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FAZENDAS CANAVIEIRAS DE HAVAÍ

*As fazendas canavieiras de Havaí podem orgulhar-se de oferecer aos seus trabalhadores condições sanitárias invejáveis. E' o que se lê em uma correspondência de Honolulu, divulgada na revista "Sugar" e na qual são resumidos os dados apresentados em recente relatório da Hawaiian Sugar Planter's Association, após cuidadoso trabalho de pesquisa nos centros de cultivo de cana do arquipélago. "Os resultados demonstram que a vida nas fazendas de cana é mais segura, mais sadia e prolongada do que nas outras partes de Havaí", diz o relatório. E acrescenta: "Ao que sabemos, nenhuma outra comunidade rural do mundo pode apresentar condições sanitárias tão favoráveis".*

*Os resultados apresentados no relatório compreendem os seguintes itens :*

*MORTALIDADE INFANTIL — O Japão, que goza da fama de ser o país mais limpo do Oriente acusou em 1937 (últimas cifras conhecidas) uma mortalidade infantil de 115 por mil. Nas fazendas canavieiras de Havaí, a taxa de mortalidade infantil em 1942 foi de 16 por mil nascimentos. Em todo o território houve no mesmo ano 44 mortes por mil nascimentos e nos Estados Unidos 46. Êsses bons resultados são devidos em grande parte aos cuidados dispensados às gestantes e aos recem-nascidos pelas clínicas especializadas existentes na zona canavieira. Noventa por cento das mulheres domiciliadas nas fazendas tiveram as suas* delivrances *em hospitais.*

*TUBERCULOSE — Em 1937, as mortes por tuberculose em Tóquio foram 292,4 por 100 mil habitantes; em Kobe, a taxa de mortalidade pela mesma moléstia foi de 343,2. Em Manilla, a tuberculose matou 350,6 pessoas por 100 mil, em 1938. Nas plantações canavieiras de Havaí, a taxa de mortalidade por tuberculose caiu de 200 por 100 mil em 1935 para 100 em 1942.*

*VIAS RESPIRATORIAS — De 1935 para 1942 houve um considerável decréscimo nas moléstias das vias respiratórias, que foram naquele ano em número de 25.784 e neste 11.967.*

*SAUDE MENTAL — As boas condições de saúde mental encontradas na zona canavieira traduz-se no pequeno número de suicídios (7 por 100 mil nas plantações contra 24 em Honolulu e 14,2 nos Estados Unidos). Os homicídios foram em número de 3,5 por 100 mil contra 8,3 nos Estados Unidos.*

*CIRURGIA — A taxa de mortalidade por apendicitomia foi de 1,2 por 100 mil, sendo a dos Estados Unidos de 10,8.*

*ACIDENTES — Os acidentes de trabalho que exigiram hospitalização dos trabalhadores vitimados foram, em Oahu, em número de 930, no ano passado. Em 1937, êsses acidentes se elevaram a 2.450. A diminuição resultou dos cuidados adotados no sentido de prevenir os acidentes. A taxa de mortalidade por acidentes na indústria foi de 9,6 contra 51,3 nos Estados Unidos.*

*HOSPITAIS — Os hospitais existentes nas fazendas canavieiras fornecem mais leitos do que se considera necessário em muitas comunidades norte-americanas; em média, apenas 41 por cento dos leitos são ocupados, quando se considera boa uma percentagem de 80 leitos ocupados. Em consequência, há leitos disponíveis para pessoas que não estão ligadas às fazendas.*

*MEDICINA — As populações das fazendas desfrutam as mais modernas conquistas da ciência médica. Isso se verifica pelo uso da sulfapiridina. Um ano antes de se generalizar o uso dêsse moderno medicamento a taxa de mortalidade por pneumonia foi de 21,6 por 100 mil. Um ano depois desceu para 8 por 100 mil.*

*MORTALIDADE — A taxa de mortalidade nas fazendas é de 529 por 100 mil, anualmente. Nos Estados Unidos essa taxa é de 800. Além das medidas de caráter sanitário, cada plantação dispõe de uma escola primária e uma escola secundária, accessiveis a qualquer criança nela residente. Em Honolulu existe uma universidade, que pode ser frequentada livremente pelos rapazes e moças das plantações, desde que revelem aptidões para os estudos superiores. Aos trabalhadores garante-se acupação durante todo o ano.*

# APOSENTADORIA PARA OS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DE CUBA

*Segundo informa a revista "Cuba Económica y Financiera", número de novembro, o ministro do Trabalho, falando à imprensa, anunciou, a 18 daquele mês, que o presidente da República assinara um decreto, regulamentando a lei de aposentadoria na indústria açucareira.*

*A citada revista assim comenta o ato do presidente Batista :*

*"Nos círculos açucareiros causou surpresa essa informação, pois não se tinha notícia de que o Congresso houvesse votado uma lei criando a aposentadoria para os empregados na indústria do açúcar, embora êsse assunto constasse da agenda de problemas a tratar pelo Legislativo, a qual foi enviada ao Congresso pelo Presidente da República na sua mensagem de 10 de julho passado.*

*Procuramos investigar o assunto e verificamos que o poder executivo, lançando mão de uma fórmula que os produtores e juristas qualificam de sofistica, interpretara como preceito legal criador da aposentadoria a disposição contida na lei n. 20, de 21 de março de 1941, que destinou meios para a formação de um fundo de aposentadoria, mas sem criar a Caixa nem obrigar as partes interessadas a contribuir para sua formação, nem determinar as bases econômicas da mesma nem a proporção e a forma de distribuir os seus benefícios. Tudo isso, aliás, sòmente se poderá fazer legalmente e em forma obrigatória, mediante uma lei".*

*Cuba Económica y Financiera" acrescenta :*

*"Essa forma irregular de criar uma Caixa de Aposentadoria causou alarme nos círculos interessados na sua fundação, não obstante constituir uma aspiração geral de patrões e trabalhadores da indústria açucareira contar com um seguro dêsse tipo, pois o que se deseja é uma instituição com estabilidade jurídica e fôrça legal para exigir contribuições e não uma organização de bases periclitantes, sujeitas a serem declaradas nulas pela Justiça por motivos intrínsecos ou alegado prejuízo da parte interessada".*

*A "Asociación Nacional de Hacendados de Cuba", no mesmo dia em que se anunciou o decreto presidencial, deliberou tornar pública a sua satisfação pela forma moderada por que foi regulada a aposentadoria na indústria do açúcar. De sua parte, a "Associação de Colonos" não aceitou as bases estabelecidas pelo govêrno para fundação da Caixa e resolveu outorgar poderes ao seu Comité Executivo para tomar tôdas as medidas legais cabíveis contra o decreto. A atitude da "Asociación de Hacendados", diz a revista já aludida, foi interpretada, nos círculos econômicos, não como acatamento de uma imposição e sim como um desejo de contribuir voluntariamente e na proporção que lhe foi designada para os fundos da Caixa.*

# O COMÉRCIO INTERIOR DO AÇÚCAR NA VÉSPERA DA GUERRA MUNDIAL

O último número da "Revista Brasileira de Estatística", n. 16, Ano IV, de outubro-dezembro de 1943, publica, sob o título acima, o estudo, que, data vênia, transcrevemos a seguir:

As diferentes estatísticas econômicas que estão sendo levantadas pela administração pública não representam as partes, mutuamente coordenadas, de um único plano orgânico de apuração, destinado a fornecer a visão do conjunto da economia nacional e a permitir ao mesmo tempo a percepção dos seus aspectos particulares.

Ésses inquéritos, pelo contrário, surgiram em correspondência a exigências diversas, em épocas diferentes e por iniciativa de órgãos que agiam independentemente uns dos outros.

Assim, as estatísticas do comércio exterior foram, no início, apenas apurações de registros de controle fiscal das trocas com paises estrangeiros; as do comércio interior que por via marítima e fluvial nasceram da fiscalização da navegação de cabotagem; as da produção agrícola em parte derivaram da necessidade em que se achavam os govêrnos de conhecer, pelo menos aproximadamente, as disponibilidades de gêneros indispensáveis para a própria existência do povo, e em parte — e mais tarde — foram promovidas pela organização da disciplina de mercados internacionais e nacionais; as da produção industrial tiveram origem na aplicação das providências para a tutela dos recursos do sub-solo e a vigilância da sua exploração, na apuração da produção de gêneros submetidos ao imposto de consumo, nas exigências da defesa nacional; as dos consumos industriais e individuais foram instrumentos, respectivamente, da política econômica e da social.

A própria multiplicação de inquéritos econômicos estreitamente relacionados entre si, embora procedentes de órgãos diversos, pôs em evidência a oportunidade de uma coordenação recíproca entre êsses inquéritos, coordenação essa que, de outro lado, desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi uma das tarefas fundamentais previstas no programa de ação dêste órgão regulador e destinadas a se realizar no menor prazo possível

O Instituto não sòmente está cuidando do aperfeiçoamento e da coordenação das estatísticas existentes, como também está procurando preencher as lacunas que se observam no quadro estatístico da economia nacional, mediante a realização de novos inquéritos.

Entre êstes, um dos mais notáveis e úteis é o referente ao comércio interior por via terrestre, iniciado em 1939 e continuado e melhorado nos anos seguintes, apesar das dificuldades inerentes à própria natureza dêsse domínio de pesquisa.

Até 1938 as trocas de produtos entre as diversas Unidades da Federação eram conhecidas sòmente na parte realizada pela navegação de cabotagem; escapavam a tôda estatística as consideráveis trocas efetuadas por via terrestre; ficavam portanto ignoradas — se não na sua própria existência, na sua quantidade — grandes correntes comerciais que seguem esta via. Estados inteiros, inclusive o de Minas Gerais, com economia ampla e multiforme, não apareciam, em virtude da sua situação geográfica, na estatística geral do comércio interior.

A partir de 1939, tornou-se possível, mercê dos novos levantamentos iniciados pelo Instituto, uma visão quase completa das correntes do comércio interior, como consta, num exemplo particular, dos dados referidos no comunicado n.º 5 da série "Estudos especializados de interêsse para a defesa nacional", acêrca da circulação do algodão em pluma.

Outro exemplo será oferecido no presente comunicado, com referência ao comércio interior de outro importante produto brasileiro, o açúcar. O objetivo do estudo é determinar a situação do comércio interior na véspera da segunda guerra mundial, seja para preparar elementos destinados a integrar um próximo estudo sôbre a produção, circulação e consumo do açúcar no Brasil, paralelo ao já realizado, e citado acima, referente ao algodão; seja para predispor convenientes referências para o estudo das perturbações que a guerra trouxe nas correntes do comércio açucareiro.

Os dados que serão expostos foram obtidos mediante coordenação das informações contidas na estatística do comércio de cabotagem, compilada pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, na estatística do comércio interestadual por via terrestre, compilada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e no **Anuário Açucareiro**, compilado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool.

A Estatística do comércio de cabotagem discrimina as trocas interestaduais de açúcar segundo a procedência e segundo o destino, separadamente. A quantidade total registrada em 1939 é de 426.408 toneladas.

O **Anuário Açucareiro** dá, para o mesmo ano, um total de 418.179 toneladas exportadas por via marítima e fluvial, que difere apenas de 4% do total da cabotagem. Também na discriminação das procedências as diferenças entre as duas fontes não são relevantes, como consta da seguinte comparação, limitada às procedências principais:

| PROCEDENCIA | EXPORTAÇÃO (em toneladas) | |
|---|---|---|
| | Estatística da cabotagem | Anuário Açucareiro |
| Pernambuco | 251.137 | 247.603 |
| Alagoas | 106.825 | 102.603 |
| Sergipe | 28.818 | 28.610 |
| Distrito Federal | 10.550 | 10.448 |
| Bahia | 9.088 | 9.066 |
| Rio de Janeiro | 8.852 | 9.270 |
| Paraíba | 5.231 | 5.292 |

No **Anuário Açucareiro** não sòmente estão especificadas as procedências e os destinos das exportações, mas também aparece a discriminação do comércio interior segundo essas circunstâncias combinadas, que não consta dos dados publicados da estatística da cabotagem. Para aproveitar essas valiosas informações, adotamos os dados do **Anuário** em substituição aos da estatística da cabotagem, julgando lícito êste arbítrio em vista das pequenas divergências entre as duas fontes.

No que diz respeito ao comércio por via terrestre, na estatística de 1939, compilada pelo Instituto, faltam os dados referentes às exportações do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Para estas duas Unidades da Federação adotamos os dados contidos no **Anuário Açucareiro**. Introduzimos uma considerável retificação nos dados da referida estatística para o Estado de Alagoas, reduzindo de 21.549 à 1.470 toneladas a exportação por via terrestre; a diferença corresponde a quantidades que saem de Alagoas por via férrea e rodoviária, sendo depois embarcadas, pela maior parte, no Recife, para outros destinos e aparecendo na estatística da cabotagem como procedentes de Alagoas, de modo que a sua inclusão no comércio terrestre determinaria um duplo cômputo. Para os demais Estados aceitamos, sem modificações, os dados da referida estatística. (1)

Tanto esta como o **Anuário** Açucareiro discriminam as exportações por via terrestre segundo a procedência combinada com o destino.

Ficamos, portanto, habilitados a organizar os dois quadros gerais que figuram nas tabelas I e II.

A tabela I dá, para cada Unidade da Federação, as exportações, descriminando-as segundo o destino.

A tabela II dá, para cada Unidade da Federação, as importações, discriminando-as segundo a procedência.

E' claro que os elementos das duas tabelas são os mesmos, mas diversamente grupados; e justamente a diferença do critério de grupamento atribui valor informativo próprio a cada uma das duas tabelas.

Na tabela III, os dados da I e da II estão resumidos segundo as regiões fisiográficas e para o conjunto do Brasil.

Na tabela IV indica-se, para cada Unidade ou região, a exportação, a importação e a diferença entre esta e aquela.

Como consta da tabela III, o total das trocas de açúcar entre as Unidades da Federação, em 1939, ascendeu a cêrca de 556.000 toneladas, que correspondem a pouco mais que a metade da produção normal do Brasil no período considerado.

| PROCEDENCIA | EXPORTAÇÃO (em toneladas) | |
|---|---|---|
| | Estatística do comércio interestadual | Anuário Açucareiro |
| Minas Gerais | 27.812 | 3.007 |
| São Paulo | 25.527 | 13.926 |
| Pernambuco | 4.037 | — |
| Santa Catarina | 3.282 | — |
| Espírito Santo | 2.488 | |

(1) Adotamos os dados da estatística do comércio interestadual, de preferência aos referidos no **Anuário Açucareiro**, porque nos pareceram mais completos. Veja-se a seguinte comparação:

A estatística do comércio interior, mostrando-nos que uma fração muito considerável da produção total de açúcar é transferida para Unidades da Federação diversas das produtoras, dà-nos uma idéia adequada da importância destas correntes comerciais na economia do país. E justamente essa importância valoriza, por sua vez, a respectiva estatística.

Depreende-se do exame da tabela III que a principal região exportadora é a do Nordeste, com cêrca de 338.000 toneladas de excedente das exportações sôbre as importações. Nas demais regiões, as importações excedem as exportações; o maior excedente de importação é o do Sul, que atinge 241.000 toneladas; é notável também o do Leste com 72.000; são relativamente pequenos os excedentes do Norte, de 18.000 toneladas, e do Centro-Oeste, de 7.000. (2)

A tabela I permite localizar as Unidades da Federação exportadoras de açúcar e verificar os rumos das suas exportações.

No Nordeste, os grandes exportadores são os Estados de Pernambuco, com 252.000 toneladas de exportação e 250.000 de excedente da exportação sôbre a importação, e de Alagoas, com 104.000 toneladas de exportação, e com o excedente da exportação sôbre a importação, quase nulo.

No Este encontram-se dois notáveis Estados exportadores, o do Rio de Janeiro com uma exportação de 63.000 toneladas e um excedente da exportação sôbre a importação de 34.000, e o de Sergipe, com uma exportação de 30.000 toneladas e um excedente da exportação sôbre a importação de 30.000. A exportação do Estado de Minas Gerais ascende a 28.000 toneladas, mas é excedida pela importação; a do Distrito Federal a 27.000, mas é também, e em medida muito maior, excedida pela importação.

No Sul o único Estado com exportação notável, 26.000 toneladas, é o de São Paulo, que, entretanto, recebe uma importação muito maior.

Considerando, em ordem decrescente de importância, as principais Unidades exportadoras, discriminamos, a seguir, a exportação por via terrestre :

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | Exportação (Toneladas) | |
|---|---|---|
| | Total | Via terrestre |
| Pernambuco | 251.640 | 4.037 |
| Alagoas | 104.012 | 1.470 |
| Rio de Janeiro | 62.502 | 53.232 |
| Sergipe | 29.800 | 1.190 |
| Minas Gerais | 27.812 | 27.812 |
| Distrito Federal | 27.323 | 16.875 |
| São Paulo | 25.527 | 25.527 |

Em conjunto, a exportação por via terrestre constiui cêrca de um quarto do total da exportação interior (138.042 sôbre 556.221 toneladas; veja-se a tabela III). Mas para algumas Unidades da Federação representa a totalidade ou a maior fração da exportação. Sem a estatística do comércio por via terrestre, ficariam totalmente desconhecidas as importantes correntes de exportação mineira e paulista e seria conhecida apenas uma pequena fração da corrente fluminense, ainda mais importante.

A tabela II permite localizar as Unidades da Federação importadoras de açúcar e verificar as procedências das suas importações.

No Norte, o principal Estado importador é o Pará, com 12.000 toneladas de importação e 11.000 de excedente da importação sôbre a exportação.

No Este, o grande importador é o Distrito Federal, com 142.000 toneladas de importação e 115.000 de excedente da importação sôbre a exportação; é também forte importador o Estado de Minas Gerais, com 43.000 toneladas de importação, mas com apenas 15.000 de excedente da importação sôbre a exportação. O Estado do Rio de Janeiro importa 29.000 toneladas, mas exporta muito mais.

No Sul, o maior importador é o Estado de São Paulo, com 161.000 toneladas de importação e 136.000 de excedente da importação sôbre a exportação, mas é grande importador também o Rio Grande do Sul, com 77.00 toneladas de importação e de excedente da importação sôbre a exportação (sendo esta quase nula). O Paraná

---

(2) Os saldos regionais, referidos no texto em forma aproximada, são especificados com maior precisão na tabela IV, que indica também o saldo para cada Unidade da Federação.

tem uma importação pouco superior a 29.000 toneladas e um excedente da importação sôbre a exportação pouco inferior a essa cifra.

Considerando, em ordem decrescente de importância, as principais Unidades importadoras, discriminamos, a seguir, como foi feito em referência à exportação, a importação por via terrestre :

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | Importação (Toneladas) | |
|---|---|---|
| | Total | Via terrestre |
| São Paulo | 161.157 | 17.675 |
| Distrito Federal | 142.240 | 30.062 |
| Rio Grande do Sul | 77.093 | 80 |
| Minas Gerais | 42.720 | 42.445 |
| Paraná | 29.470 | 9.627 |
| Rio de Janeiro | 28.622 | 21.991 |
| Pará | 12.347 | — |

A via terrestre tem uma função importante no abastecimento não sòmente dos Estados mediterrâneos como Minas Gerais, mas também de outras Unidades, como em particular os Estados do Rio de Janeiro e do Paraná e o Distrito Federal.

De acôrdo com o objetivo principal do presente estudo, que é o de ilustrar a utilidade da estatística do comércio interior, achou-se interessante construir, com base nos dados das tabelas I e II, a tabela V, que indica o saldo do comércio interior de açúcar nas trocas entre duas quaisquer Unidades da Federação.

Em cada coluna desta tabela estão indicados os saldos verificados nas trocas entre a Unidade especificada no cabeçalho da própria coluna e as Unidades especificadas no início das diferentes linhas do quadro. Por exemplo, a indicação — 87.975 no cruzamento da coluna de Pernambuco com a linha de São Paulo, significa que as trocas entre os dois Estados deixam um saldo passivo (excedente de exportação) de 87.975 toneladas para Pernambuco O mesmo resultado está exposto em forma complementar no cruzamento da coluna de São Paulo com a linha de Pernambuco, onde a indicação + 87.975 significa que as trocas entre os dois Estados deixam um saldo ativo (excedente de importação) de 87.975 toneladas para São Paulo.

Em baixo de cada coluna, a soma algébrica dos saldos da coluna dá o excedente de exportação (valor negativo) ou de importação (valor positivo) da respectiva Unidade. Por exemplo, na coluna de Pernambuco, o saldo é de 250.265 toneladas (excedente de exportação); na de São Paulo, é de + 135.630 toneladas (excedente de importação).

E' quase supéfluo advertir que os excedentes da importação interior não correspondem sempre a quantidades destinadas para o consumo dos Estados em que aparecem êsses excedentes. Em parte, e às vezes na totalidade, podem corresponder a quantidades destinadas para a exportação exterior, como será mostrado em próximo estudo sôbre a produção, a circulação e o consumo do açúcar no Brasil.

No domínio particular das estatísticas referentes ao açúcar e ao álcool, o Instituto do Açúcar e do Álcool realizou obra altamente meritória, trabalhando para a coordenação e a integração dos dados fornecidos por diversas fontes, e efetuando, de sua parte, novos levantamentos.

O aperfeiçoamento da estatística do comércio interior está tornando mais profícuo êsse trabalho permitido melhor contrôle recíproco dos dados de várias fontes e fornecendo maiores informações.

Quando, por outro lado, essa estatística fôr verdadeiramente completa, tornar-se-á possível efetuar pesquisas, como a exemplificada no presente estudo, em relação a muitos produtos, essenciais para a existência e a defesa nacional, cujas trocas interiores foram até agora conhecidas apenas em parte, com grandes lacunas, prejudiciais ao desenvolvimento das atividades econômicas e administrativas.

# LUISIANA E A LAVOURA CANAVIEIRA

**Paulo Parísio**

— VI —

Dentro de poucos dias, estaremos em outubro, o mês que marca o início da moagem da safra, avaliada pelas repartições técnicas competentes em 450.000 toneladas de açúcar.

Vai então, o Estado de Luisiana registrar a sua maior produção de todos os tempos, produção essa bem maior do que a que Pernambuco moeu durante o ano pasado: 5.000.000 de sacos, ou sejam 300.000 toneladas de açúcar.

O incentivo da parte do govêrno, de um lado, e a regularidade das condições climatéricas, de outro, foram os fatores principais da marcação dêsse expressivo **goal** êste ano.

Eu avalio, então, como será o aspecto das plantações nos anos em que aquelas tão propícias condições de clima não ocorrem. Isto porque, por mais que procurasse melhorar a minha impressão, andando nos canaviais de Luisiana, não cheguei ao efeito desejado.

O verde escuro dos nossos canaviais, demonstrando a saúde das plantações e o emaranhado dos colmos, revelando o viço de seu crescimento, não os vi uma só vez, por mais que os procurasse aqui. De qualquer maneira, espera o Estado colhêr a sua maior safra.

Essa safra de açúcar de cana, somada com a de açúcar de beterraba, produzida nos Estados do norte, atinge uma cifra bem significativa, quase igual a 2.000.000 de toneladas.

Mesmo assim, o consumo norte-americano está em falta de mais de 2.000.000 de toneladas, que são importadas da América Central, Cuba, Porto Rico, Havaí, etc.

A atual safra, que se poderia chamar de espetacular, será moida nas 65 usinas do Estado e essas usinas estão agrupadas em quatro diferentes classes, de acôrdo com a sua capacidade de produção. Assim temos:

Classe I — 7 usinas.
Classe II — 22 usinas.
Classe III — 12 usinas.
Classe IV — 24 usinas.

Na última safra, o rendimento das usinas, por tonelada moida, (açúcar "demerara, raw sugar") foi o seguinte, de acôrdo com as diferentes classes: Classe n.° 1 — 151 libras ou 68,5 quilos; classe n.° II — 168,77 libras, ou 72 quilos, classe n.° III — 176,75, ou 80,1 quilos; classe n.° IV — 174 libras ou 79,0 quilos.

Lembrei-me de passar para aqui o quadro de rendimento acima, para que os nossos usineiros tenham uma idéia bem real da indústria açucareira em Luisiana. Aqui está, ao meu ver, a maior prova quanto à impropriedade das condições ambientes locais para a cultura canavieira. A cana de açúcar, aqui, não dispõe de tempo suficiente para completar o seu ciclo evolutivo, sacrificado pelos três meses de inverno. Mas não digam isso ao usineiro de Luisiana, porque êle sofisma imediatamente e de uma maneira inteligente, acrescentando: — "Proporcionalmente, o nosso rendimento é o melhor do mundo, porque nós só dispomos de nove meses, enquanto que vocês têm o ano todo, ou mais ainda, para as canas amadurecerem..."

Tenho tido contacto com os usineiros do Estado, com quem sempre estou trocando idéias a respeito de nosas condições de produtores, recíprocamente. Numa dessas conversas, perguntei a um dêles: chamada zona canavieira local, poderiam os senhores produzir outras culturas em melhores condições? — Sim, respondeu-me, mas a cultura da cana de açúcar já se tornou um hábito, entre nós, e o senhor sabe quanto é poderosa a fôrça do hábito... — Era realmente isso o que queria saber, pois não compreendia como era possível a manutenção de uma indústria, cujo rendimento de usinas de 3.500 toneladas de capacidade, equivale ao dos nossos velhos "banguês". Só mesmo a valorização e proteção do govêrno, da maneira que é feita aqui, permitem a sua sobrevivência. Tenho mesmo vontade de dizer que só mesmo a valorização permite o luxo de uma indústria que não encontra condições naturais firmes. Mas vamos ser francos, êles podem manter o luxo... e, na presente situação de grande falta do produto, 450.000 toneladas de açúcar constituem uma preciosa contribuição para as necessidades do consumo nacional.

Estou sempre abordando nessas minhas reportagens, sôbre a lavoura canavieira em Luisiana, as condições naturais do ambiente que não são satisfatorias, mas, também, não me esqueço de referir aquelas que, por sua vez, o são. Por exemplo: a questão do transporte das canas. Ele que é um problema angustioso para as usinas de Pernambuco, porque exige grande empate de capital na construção de estradas de ferro, na aquisição de material rodante e, notadamente na sua conservação permanente, aqui não preocupa o usineiro. As estradas de cimento, asfalto ou empedradas, são construidas e mantidas pelos poderes públicos. O material rodante é barato e a sua manutenção e combustível muito acessível. Outra grande vantagem com que o usineiro conta é, por exemplo, a da habitação operária. Em Pernambuco, a usina é uma pequena cidade. Ela precisa construir consideravel número de casas para o seu operariado, inclusive os de categoria. Isto demanda um empate de capital vultoso. Aqui o operariado e empregados de campo residem nas povoações próximas, que em vista da facilidade de transporte e das magníficas estradas, popularizando o uso do automovel, podem vir trabalhar nos campos e fábricas situados a regular distância.

# O BAGAÇO DA CANA DE AÇUCAR NA PREPARAÇÃO DO HUMUS (*)

A necessidade de aplicar adubos orgânicos aos campos, dos quais se deseja obter culturas em geral, e em particular quando se trata de terrenos regados, é tal que não se pode exagerar. Os resíduos dos próprios campos, assim como dos estábulos de gado e, em determinados casos, até os detritos das povoações, são recolhidos e aproveitados para o adubo. Estas substâncias, porém, devem ser submetidas a fermentação antes de aplicadas ao terreno de cultura. O processo mais comum e corrente de preparar substâncias orgânicas para o **humus** é o método chamado de fosso ou rêgo, que consiste em depositar em fossos as substâncias, para que neles se opere a fermentação. A umidade requerida para a fermentação é geralmente produzida pela água das chuvas. As substâncias básicas, por conseguinte, recebem umidade sòmente durante uns quatro meses, ficando em estado de secamento o resto do tempo. Assim, ao fim do ano só uma porção das ditas substâncias terá fermentado o bastante para seu emprêgo no campo, enquanto a maior porção ficará só em parte decomposta ou completamente inalterada. O "método do fosso", devido a seu lento processo de decomposição limita, é claro, o emprêgo de resíduos de substâncias orgânicas. Para utilizar por completo tôda substância acessível, é indispensável que o processo se pratique continuamente e que a decomposição no grau mais extenso possível tenha lugar no mais breve espaço de tempo. Isto implica o emprêgo de um sistema em virtude do qual o processo se possa repetir mais de uma vez por ano em um lugar adequado, do qual se possa tirar o adubo já pronto para renovar o trabalho com novas substâncias.

Trabalhos experimentais sôbre a formação de **humus**, que se vêm levando a cabo na Estação Experimental de Cana de Açúcar, de Bombaim, na Índia, a partir de 1933, têm dado como resultado o desenvolvimento de um processo simples, que se está adotando em grande escala na dita Estação e do qual se obtêm bons resultados quanto à fermentação completa das substâncias no espaço de cinco meses sem se ter que recorrer aos fossos.

## AS SUBSTÂNCIAS E O METODO

A substância empregada foi o bagaço de cana de açúcar misturado com cinza e uma pequena quantidade de esterco e resíduos dos estábulos de gado, que se obtiveram do da própria Estação. O bagaço é dotado de grande resistência à decomposição, devido a sua parte exterior se achar encerrada, resultando que o período requerido para sua fermentação possa ser calculado como suficiente para completar um processo semelhante, com os resíduos dos estábulos de gado. Mais adiante se descreve êste processo em poucas palavras.

As substâncias a empregar para a formação de **humus** foram recolhidas e depositadas em um lugar ao qual a água se tornava acessível. O ponto onde se deviam levantar os montões foi aplanado, procurando eliminar-se tôdas as perdas. Feito isto, espalharam-se as substâncias formando uma camada de uns 30 cm. de espessura. Depois cinzas, estêrco de vaca e terra, tudo misturado com água, sôbre a referida camada, procurando saturar tôda esta massa com água. A seguir, bateu-se bem o montão para torná-lo compacto, reduzindo assim o número de buracos por onde pudesse entrar o ar, afim de evitar que secasse ràpidamente. Então espalhou-se sôbre a primeira outra camada semelhante, para o que se empregou o mesmo processo. Dêsse modo colocaram-se com êxito quatro ou cinco camadas, uma sôbre a outra, de sorte que a elevação total do montão chegou a ser de 1 a 1,2 metros. Se não se dispõe de cinzas e estêrco em quantidade suficiente, pode recorrer-se ao emprêgo da terra comum. Tanto as cinzas como o estêrco ou a terra absorvem a umidade e aderem à superfície das substâncias, contribuindo, pois, para conservar úmidas e acelerar a fermentação. Se não fôsse assim a água tenderia a escorrer e concentrar-se no fundo do montão deixando as substâncias das camadas superiores em estado sêco.

As dimensões do montão são de tôda importância. A largura deverá ser de 1,80 a 2,40 m., a altura de 1 a 1,2 m., enquanto o comprimento poderá ser o conveniente. Deve facilitar-se uma moderada circulação de ar para a decomposição aeróbica. Se a largura e elevação forem excessivas, o interior do montão não poderá obter a adequada ventilação, dando lugar a um estado anti- aeróbico. Se estas dimensões se tornaram demasiado reduzidas, a porção superior e os lados do montão secarão muito depressa, deixando ùnicamente uma pequena parte interior onde a decomposição

(*) Do Departamento de Agricultura de Bombaim, Índia.

---

Para mim, é um tanto, estranho vêr trabalhadores de campo fazendo uso de automovel, mesmo sendo êle quase "ferro velho", fubica ou "calhambeque", como aí se chama e realmente o é.

Isto me enche de inveja, também, tanto desejo tenho de vêr as nossas condições de vida se aproximarem, o máximo possivel, das verificadas neste admiravel país.

("Folha da Manhã", Recife, 14-11-43.)

# CALDAS DAS USINAS

**Agamenon Magalhães**

Estamos acompanhando com interêsse a marcha dos trabalhos da comissão de técnicos, incumbidos pelo govêrno do Estado de oferecer uma solução para o problema do despejo das caldas das usinas de açúcar nos rios do litoral. A comissão reune-se tôdas as semanas, noticiando os seus estudos e pesquisas. A aparelhagem necessária para a experiência dos processos de tratamento das caldas já está sendo instalada. Só temos motivos, pois, de confiar na equipe de homens sérios e de ciência que, sem remuneração nem vantagens de ordem material, se empenham em resolver um problema de higiene, que é, pela sua extensão, um caso de salvação pública. Raro é o dia em que não recebo carta dos habitantes ribeirinhos do Capibaribe, do Jaboatão, do Una e do Serinhaem, clamando contra o despejo das caldas das usinas. Aproxima-se, porém, o fim do sofrimento dessas populações. Aguardamos a conclusão dos técnicos para adotá-la compulsòriamente. Não se explica que na zona da mata, onde há trabalho e riqueza, o homem continue dente, atacado por tantas moléstias, umas endêmicas e outras resultantes da falta de educação e higiene. O govêrno e as emprêsas precisam organizar um plano de larga envergadura, em que todos os meios sejam coordenados para modificar as condições de insalubridade, saneando, tratando, instruindo e recuperando a terra e o homem.

Já fizemos hospitais, lactários, postos de saúde em tôdas as zonas agrícolas do Estado. Isso, po-

---

poderá tomar o curso desejado. A proporção de substâncias sêcas e por decompor será, pois, muito grande e o montão demorará muito mais em fermentar por completo.

### REVOLVIMENTO

A temperatura do montão começa a subir passados uns sete dias. Ascenderá até 30°C. após o primeiro e segundo revolvimento, até 40°C. e 45°C. depois do terceiro e quarto, devendo ficar a êste nível durante umas três semanas. Depois começa a baixar. A ascenção e descida da temperatura podem calcular-se apròximadamente introduzindo a mão no montão. Quando tenha descido, o montão estará pronto para o revolvimento. O tempo necessário para que o móntão esteja pronto para o primeiro revolvimento é de umas cinco semanas. A operação deverá iniciar-se numa das extremidades do montão. As substâncias sêcas em cima e dos lados deverão remover-se primeiro e espalhar-se no solo a uma distância aproximada de 1,2 a 1,5 m. do montão a borrifar com água. A segunda camada de cima do montão deverá espalhar-se logo sôbre esta, e assim, até que a primeira camada inferior fique em cima do novo montão. Dêsse modo, deverá trabalhar-se de cada vez uma secção de 1,2 a 1,5 m. até se inverter o montão completamente. Com êste método economiza-se muito espaço, visto que o montão revolvido ocupa a mesma área que o primeiro, além de se estender em comprimento a uma distância de 1,2, a 1,5 mts. Já que o comprimento e largura do montão são fatores de importância, teremos que observar que cada vez que se revolve o montão se o mantenha sempre igual. À medida que as substâncias diminuiam de tamanho por efeito da decomposição, teremos que reduzir o comprimento ou que combinar um ou mais dos montões primitivos. Outra precaução, que devemos observar a tempo de revolver a terra, é a de recolher todo o material frágil, tal como cinza, estêrco ou terra que se possam desprender do resto do montão durante o manejo e espalhá-lo sôbre o novo montão. Geralmente é necessário revolver a terra quatro vezes para a completa desintegração das substâncias. O montão estará disposto para o segundo revolvimento ao cabo de um mês, aproximadamente. Depois disto não é preciso geralmente aplanar o montão. De modo que o tempo total necessitado para todo o processo é de uns 4 1/2 meses. O material acabado deverá amontoar-se todo em um lugar e utilizar seu espaço para novos montões.

Na Índia, o tempo mais propício para iniciar o preparo de **humus** do bagaço de cana é o mês de junho. O material amontoado em junho estará pronto em fins de outubro. Nêste espaço de tempo, os montões recebem grande parte das chuvas do monção, que os ajudam a conservarem-se úmidos, reduzindo assim a quantidade de água que se deveria acrescentar-lhes ao revolvê-los. Temos a notar que a quantidade de água necessária para demolhar o bagaço é igual ao pêso do mesmo quando sêco, porém a que se precisa para ser aplicada em revolvimentos subsequentes é menor. A quantidade total de água, que se necessita desde o princípio até o fim do processo, é de umas 1,5 a 2 vezes o pêso do material usado, quando os montões se dispõem durante o período do monção.

Em muitos canàviais o abastecimento de estêrco de estábulo é insuficiente, e se se emprega bagaço para preparar **humus**, é possível obter dez toneladas de **humus** de cada hectare de cana. Isto satisfará quase a metade do adubo que é necessário para a cultura sucessiva da cana. Geralmente êste bagaço é queimado como combustível nos fornos, porém onde o estêrco de estábulo fôr caro, e é difícil obtê-lo em quantidades suficientes, a utilização de uma porção de bagaço para a fabricação de **humus**, segundo os princípios acima indicados, será econômica e vantajosa.

# LEGISLAÇÃO E ATOS DO EXECUTIVO

## DECRETO-LEI N.º 6.357 — De 21 de março de 1944

**Dispõe sôbre a obtenção de licenças e prioridades para a importação de materiais destinados às repartições civis federais, autárquias e entidades paraestatais**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º — As solicitações de licenças e prioridades para a importação de materiais destinados às repartições civis federais, autárquias e entidades paraestatais serão dirigidas às Carteiras de Exportação e Importação do Banco do Brasil por intermédio do Departamento Federal de Compras (D. F. C.) do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º — As atribuições conferidas ao D. F. C. se estendem a todos os materiais de importação cuja despesa corra por dotação orçamentária ou adicional, qualquer que seja a forma de aquisição ou o órgão comprador, inclusive nos casos de aplicação de adiantamentos.

Art. 3.º — O D. F. C. fica autorizado a investigar da necessidade dos materiais, rejeitar os pedidos, ou reduzir sua quantidade.

Art. 4.º — O Diretor Geral do D. F. C., o Presidente do Banco do Brasil e o Diretor da Carteira de Exportação e Importação do mesmo Banco, baixarão, em conjunto, as instruções que julgarem úteis para solução dos casos omissos, evitar duplicidade de pedidos de prioridade e assegurar ao serviço público civil o abastecimento regular de materiais que dependam de importação.

Art. 5.º — Êste Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
**A. de Sousa Costa.**

("D. O.", Rio, 23-3-1944.)

---

## DECRETO-LEI N.º 6.389 — De 30 de março de 1944

**Declara isenta de limitação a produção de rapaduras e dá outras providências**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º — A produção de rapadura, em todo o território nacional, não está sujeita a limitação.

Art. 2.º — Fica suprimida a taxa de estatística sôbre a rapadura, criada pelo Decreto-lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939, mantida, porém, a obrigação de inscrição no Instituto do Açúcar e do Álcool e a declaração de produção anual, nos têrmos da legislação em vigor.

---

rém, é o começo. E' uma preparação. O nosso crescimento econômico está acusando um grande deficit. Deficit de homens, deficit de braços. As gerações que foram dizimadas pelo impaludismo, a verminose e a sífilis estão nos fazendo falta irreparável. As riquezas sem o potencial humano, que as transforme, não acompanharão o progresso, que se assinala por uma maior produção e um maior consumo. O homem são é energia física e moral. E' iniciativa e crença. E' desejo de viver. O homem doente é depressão e decadência.

Só o negro resistiu às febres e endemias da zona da mata. Está nos olhos de todo mundo que o mestiço, apesar de suas qualidades excepcionais de adaptação, vem definhando no eito. Ou condições de salubridade e renascimento ou assistiremos a um sombrio fim de raça.

Temos, pois, que estudar e refletir bem sôbre essa situação, empregando meios enérgicos e adequados, para sair dela com urgência e decisão.

("Folha da Manhã", Recife, 15-2-44.)

Art. 3.º — Considera-se a rapadura, para os efeitos do presente Decreto-lei, exclusivamente, o açúcar de tipo inferior, produzido sob a forma de tijolos ou blocos de qualquer formato.

Art. 4.º — Fica o Instituto do Açúcar e do Álcool autorizado a empregar em donativos a instituições de caridade, nos Estados produtores de rapadura, o produto da taxa a que se refere o artigo 2.º do presente Decreto-lei.

Art. 5.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
**Apolônio Sales.**

("D. O." — Rio, 1-4-1944.)

## URUGUAI

O govêrno do Uruguai baixou o seguinte decreto:

"Art. 1.º — Fica o Banco da República encarregado de importar, por conta e ordem do Estado, 150 mil sacos de açúcar cristal, de 60 quilos, de acôrdo com o convênio celebrado entre o Poder Executivo e o Instituto do Açúcar e do Álcool do Brasil, em 27 de outubro de 1942, ao preço de 4 dólares e 60 centésimos, Fob Recife.

Art. 2.º — Cabe ao Banco da República financiar e executar a operação principal e as accessórias.

Art. 3.º — O Banco da República fará, na Alfândega, a transferência da mercadoria aos adquirentes locais, mediante exibição prévia da ficha de importação, devidamente autorizada pelo Controlador de Exportações e Importações e pago o valor do produto de acôrdo com o preço que o Poder Executivo oportunamente estabelecerá.

Art. 4.º — O Banco da República abrirá uma conta especial, na qual debitará as quantias correspondentes ao pagamento da mercadoria a importar e as despesas inerentes à importação, inclusive aquelas que o próprio Banco fizer, e os seguros que deverão ser contratados com o Banco de Seguros do Estado. Nessa conta o Banco da República creditará as importâncias que receber em virtude do cumprimento das disposições dêste Decreto.

Art. 5.º — Uma vez liquidada esta operação, o Banco da República passará ao Ministério das Indústrias e Trabalho a correspondente liquidação, sendo facultado creditar ou debitar na conta "Tesouro Nacional" a importância do excedente ou **deficit** que resultar, devendo o saldo destinar-se ou ser satisfeito, segundo o caso, pela conta "Ministério das Indústrias e Trabalho, Estabilização do Preço do Açúcar", criada pelo artigo 4.º do decreto datado de 15 de julho de 1942".

## "O ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA E SUA INTERPRETAÇÃO"

**"Cuba Económica y Financiera", número de janeiro último, publica a seguinte nota sôbre o livro "O Estatuto da Lavoura Canavieira e sua interpretação", do dr. Chermont de Miranda, chefe da Secção Jurídica do I.A.A.:**

**"Análise interpretativa e documentária do Estatuto da Lavoura da Cana de Açúcar, promulgado no Brasil em 21 de novembro de 1941, e pêlo qual vinculou-se o lavrador de cana à terra, regulando-se ainda suas relações com a indústria, todo o processo de cultivo da cana, a produção e o comércio de açúcar.**

**Esta obra descreve o sistema brasileiro de organização da produção do açúcar e estuda tôdas as providências legais relacionadas com a matéria, entre elas tudo concernente ao pagamento de canas, às colônias agrícolas e aos engenhos. O livro representa um trabalho verdadeiramente interessante para os que se dedicam ao negócio do açúcar em qualquer país produtor do referido artigo e um repositório útil para o estudo da regulamentação das lavouras chamadas básicas."**

# ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, despachou os seguintes processos :

**ESTADO DE ALAGOAS :**

1.619/43 — Climério Vanderlei Sarmento — S. Luiz do Quitunde — Pede restituição da taxa de Cr$ 3.10, paga s/350 scs. de açúcar na safra de 941/42 — Aprovado, em 29-2-44.

6.569/40 — Edivard Mendonça e outros — Porto das Pedras — Transferência do engenho de Antônio Aguiar — Deferido, em 29-2-44.

2.353/41 — João Nogueira e Cia. — Maceió — Incorp. de quota e transf. de maquinaria p/o engenho Sta. Justina — Mun. de Camaragibe — Deferido, em 29-2-44.

**ESTADO DA BAHIA :**

6.815/41 — Asdrubal Machado de Oliveira — Esplanada — Transf. de engenho para João Argolo. Anexo n.º 4.382/40 — Aprovado, em 29-2-44.

2.851/38 — Manuel da Silveira Cruz — São Filipe — Cancelamento de inscrição — Arquive-se, em 29-2-44.

466/36 — Miguel Cardoso de Jesus — Lages — Inscrição de fábrica de aguardente — Arquive-se, em 29-2-44.

2.575/43 — Robert Durand & Cia. — Consulta s/fornecimento de cana — Aprovado, em 29-2-44.

1.213/43 — Temístocles Sousa Azevedo — Rio Real — Comunica não haver produzido na safra de 1942/43, por motivo de sêca — Deferido, em 29-2-44.

720/36 — Olímpio Joaquim de Macedo — Paramirim — Baixa de engenho — Arquive-se, em 13-3-44.

**ESTADO DO CEARÁ :**

7.130/40 — Angelo do Vale — Ipú — Aumento de limite de engenho rapadureiro — Aprovado, em 29-2-44.

629/41 — Clementino Rodrigues Campelo — Maranguape — Aumento de quota de rapadura — Aprovado em 29-2-44.

4.431/40 — Francisca Nepomuceno Castelo Branco Campelo — Pacotí — Reconsideração de despacho — Aprovado, 29-2-44.

4.432/40 — Francisca Nepomuceno Castelo Branco Campelo — Pacotí — Aumento da quota de rapadura — Anexo 1.855/38 — Aprovado, em 29-2-44.

2.876/42 — Francisco Bezerra Campelo — Quixadá — Modificação de Mun. para o de Baturité — Deferido, em 29-2-44.

4.642/40 — Francisco Pereira Araujo — Iguatú — Aumento de quota de rapadura — Aprovado, em 29-2-44.

511/43 — José Solon de Oliveira — Itapipoca — Comunica não produzirá na safra 1942/43 — Arquive-se, 29-2-44.

1.844/38 — Julio Uchôa Cavalcanti — Canindé — Inscrição de engenho — Anexo n.º 3.628/39 — Arquive-se, em 29-2-44.

4.485/40 — Luiz Cícero Sampaio — Baturité — Transferência de Felinto Holanda Vasconcelos e aumento de quota de rapadura — Deferido, em 29-2-44.

4.486/40 — Luiz Pacífico Caracas — Baturité — Aumento de quota de rapadura — Aprovado, em 29-2-44.

4.986/40 — Zacarias Pereira de Sousa — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 29-2-44.

5.939/40 — Miguel Ximenes do Prado — Ibiapina — Transferência de engenho de Lucas Ferreira Manso — Deferido, em 13-3-44.

6.620/41 — Valdemar Teixeira de Albuquerque — Sobral — Transf. para João Carneiro de Aragão — Deferido, em 13-3-44.

**ESTADO DO ESPIRITO SANTO :**

4.620/43 — Secretaria da Fazenda — Vitória — Consulta acêrca do pagamento do Imposto sôbre Vendas e Consignações — Aprovado, em 29-2-44.

**ESTADO DE GOIAZ :**

7.483/40 — Antônio Carlos de Araujo — — Corumbaíba — Transferência para Narciso Lemos da Fonseca — Arquive-se, em 29-2-44.

284/41 — Antônio Peixoto Gondim — Herd. — Corumbaíba — Transferência para Wilson Barnabé — Aprovado, em 29-2-44.

6.909/41 — Aurelina Pereira de Carvalho — Corumbaíba — Comunica paralização do engenho — Arquive-se, em 29-2-44.

5.695/41 — João Gomes Monteiro — Rio Verde — Transferência para Aildo Ferreira — Deferido, em 29-2-44.

1.940/41 — José Lourenço Primo — Campo Formoso — Transferência para Joaquim Martins Pereira — Deferido, em 29-2-44.

5.813/40 — Sebastião Teixeira da Silva — Goiania — Transferência do engenho de Antônio Alves Carvalho — Deferido, em 29-2-44.

2.022/35 — Antônio Manuel da Silva — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquive-se, em 13-3-44.

2.657/35 — Eliezer Teodoro Soares — Morrinhos — Solicita permissão para montar fábrica de rapadura — Arquive-se, em 13-3-44.

2.074/35 — Aprígio Alves Morais — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquive-se, em 13-3-44.

3.165/39 — Lúcia Quirino do Espírito Santo — Santa Luzia — Transferência para Francisco Pereira dos Santos — Deferido, em 13-3-44.

**ESTADO DO MARANHÃO:**

1.395/35 — Acrísio de Sousa Mendonça — Viana — Registro de engenho — Anexo número 1.593/43, do mesmo — Arquive-se, em 13-3-44.

**ESTADO DE MINAS GERAIS:**

1.663/41 — Adriano Justiniano Ferreira — Conceição — Transferência do engenho de Aurélio Lacerda e Silva — Deferido, em 29-2-44.

1.778/40 — Alcides Alceu de Morais — Uberaba — Transferência de engenho para Sebastião Morais — Arquive-se, em 29-2-44.

3.790/40 — Altivo da Silva Barreto — Tarumirim — Inscrição de engenho de aguardente — Anexo 3.827/39 — Arquive-se, em 29-2-44.

407/37 — Álvaro Moreno Diniz — Santa Luzia — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 29-2-44.

3.025/41 — Antônio Avelino Cota e Irmãos — Rio Piracicaba — Isenção de taxa — Deferido, em 29-2-44.

900/39 — Antônio Joaquim de Macedo — Prata — Transferência para Vicente Rodrigues de Macedo — Deferido, em 29-2-44.

6.615/41 — Antônio de Pinho — Palma — Inscrição de eng. de açúcar — Arquive-se, em 29-2-44.

6.631/40 — Arminda Carolina de Jesus — Carangola — Transferência para Zimer de Sousa — Arquive-se, em 29-2-44.

1.362/40 — Arminda Evarista dos Santos — Conceição — Modificação de registro — Indeferido, em 29-2-44.

643/38 — Artur Pena — Raul Soares — Transferência para Dr. Armando Sodré — Anexo 1.606/41 — Deferido, em 29-2-44.

5.332/42 — Claudino Pereira Lemes — Cachoeiras — Permissão para continuar com o seu eng. registrado — Arquive-se, em 29-2-44.

2.053/38 — Daví Assis Alves de Oliveira — Tocantins — Transferência do eng. de Guilherme Soares de Sousa Lima — Deferido, em 29-2-44.

873/39 — Domingos Coelho Vieira — Virginópolis — Transferência do eng. de Maria Madalena de Oliveira — Arquive-se, em 29-2-22.

3.771/41 — Eliseu Benedito de Araujo — Patos — Transferência de Antônio Amâncio de Araujo — Deferido, em 29-2-44.

976/37 — Emílio José de Freitas — Rio Branco — Transferência de eng. de Orozimbo de Paula Nascimento. Anexo 1.421/41 — Arquive-se, em 29-2-44.

4.031/40 — Felix José de Sousa — Paracatú — Montagem de eng. de açúcar — Arquive-se, em 29-2-44.

2.311/42 — Geraldo Feliz de Oliveira — Sabinópolis — Transferência e modif. de inscrição — Anexo 7152/35 — para José Vicente Gonçalves — Deferido em 29-2-44.

2.813/43 — Irmãos Resende — Carandaí — Permissão para o comércio de Álcool Motor — Restitua-se, em 29-2-44.

4.038/41 — João Dias de Oliveira — Mercês — Transf. p/Galdina Cândida de Jesus — Deferido, em 29-2-44.

6.010/40 — João da Silva Furtado — Argirita — Fixação de quota de rapadura — Deferido, em 29-2-44.

5.759/40 — Joaquim Mariano da Silva — Borda da Mata — Baixa de inscrição — Arquive-se em 29-2-44.

149/38 — José Antônio Monteiro de Barros — Leopoldina — Transferência da fábrica de Paulo Batista e Irmão — Deferido, em 29-2-44.

4.898/40 — José Mendes — Cataguazes — Aumento de quota de rapadura — Aprovado, em 29-2-44.

586/38 — Limírio Alves Pereira — Patos — Baixa de inscrição — Anexo 4391/35 — Aprovado, em 29-2-44.

3.050/43 — Manuel Marinho Camarão & Cia. — Ponte Nova — Açucareira Vieira Martins — Pedem vista de diversos processos — Anexo 3020/43 — Aprovado, em 29-2-44.

3.096/42 — Maria Sebastiana de Jesus — Piumhi — Transferência para José Martins Lopes — Arquive-se, em 29-2-44.

2.585/40 — Mario do Nascimento Botelho — Paracatú — Transferência para Rodolfo Adjuto — Anexo n.º 1.767/35 — Deferido, em 29-2-44.

3.989/41 — Miguel de Paula Gontijo — Dores do Indaiá — Transferência para Joaquim Francisco de Morais — Deferido, em 29-2-44.

5.771/40 — Pedro Alberto de Melo — Herds. — Mercês — Baixa de inscrição — Anexo Lr. n.º 7.653/40 — Arquive-se, em 29-2-44.

1.956/41 — Raimundo Gomes Andrade — Minas Novas — Instalação de engenho de rapadura — Arquive-se, em 29-2-44.

3.925/43 — Societé Sucrière de R. Branco S/A. — Rio Branco — Alega que está isenta imposto vendas e consignações s/álcool anidro — Arquive-se, em 29-2-44.

1.123/40 — Justino Lisbôa Carneiro — Santa Catarina — Transferência do eng. de Francisco Inácio de Magalhães — Anexo n.º 6.519/41 — Deferido, em 29-2-44.

4.376/40 — Afra de Oliveira Barreiros — Vva. — Paracatú — Transferência para Raul de Sousa Dias — Deferido, em 13-3-44.

2.870/43 — Carlota Maria de Sousa — Viçosa — Transferência para Bertoldino Pereira da Silveira — Deferido, em 13-3-44.

1.202/43 — Cornélio Francisco de Sales — Guaranésia — Transferência para Nelson Francisco Militão — Deferido, em 13-3-44.

3.844/43 — Irmãos Carneiro — Ponte Nova — Transferência para Comp. Açucareira Vieira Martins — Arquive-se, em 13-3-44.

2.261/43 — Ivo Lourenço Freitas — Tarumirim — Transferência para Antônio Anastácio de Paula — Arquive-se, em 13-3-44.

3.798/42 — João Maria Evangelista — Matias Barbosa — Solicita o cancelamento de débito de Cr$ 180,00, existente neste Inst. — Anexo 2.560/38 — Deferido, em 13-3-44.

3.631/39 — José Gomes de Andrade — Minas Novas — Cancelamento de inscrição — Arquive-se, em 13-3-44.

2.549/41 — José Vilela Pereira — Carmo do Rio Claro — Retificação de cobrança da taxa — Deferido, em 13-3-44.

1.338/42 — Manuel Alves Duarte — Cataguazes — Solicita a remessa dos talões ref. ao seu engenho "Tirol" — Aprovado, em 13-3-44.

5.733/40 — Manuel José dos Santos — Botelhos — Baixa de inscrição — Arquive-se, em 13-3-44.

6.302/40 — Maria Luiza Oliveira — Mercês — Transferência do engenho de Luiz Alves — Oliveira — Deferido, em 13-3-44.

6.039/40 —Maria Madalena Meireles — Vva. — Varginha — Isenção de taxa do engenho de Luiz Gonzaga Meireles — Aprovado, em 13-3-44. 13-3-4.

334/39 — Orlando Domingos dos Santos — Borda da Mata — Baixa provisória — Arquive-se, em 13-3-44.

4.013/40 — Sérgio Vieira da Silva —Para catú — Transferência para José Lima Ferreira — Indeferido, em 13-3-44.

## ESTADO DA PARAIBA:

3.967/43 — João Duarte dos Santos Lima — Guarabira — Transferência para Maria Amélia Duarte Lima — Deferido, em 29-2-44.

## ESTADO DO PARANA':

890/43 — Borges & Cia. — Paranaguá — Inscrição de engenho de aguardente — Arquive-se, em 13-3-44.

## ESTADO DE PERNAMBUCO:

317/42 — Joaquim Marques de Lima — Triunfo — Transferência para João Irineu de Sousa — Anexo 330/42 — Arquive-se, em 29-2-44.

4.017/44 — José Carlos Pereira Dantas e Irmãos — Salgueiro — Transferência para Manuel Carlos Pereira Dantas — Arquive-se, em 13-3-44.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

898/43 — Áureo de Araujo — S. José do Mipibú — Transferência de engenho de aguardente e açúcar — Deferido, em 29-2-44.

6.746/40 — Francisco Antônio da Silva — Macaíba — Transferência para Pedro Simeão Leal e Antônio Ferreira de Melo e aumento de quota — Aprovado, em 13-3-44.

887/39 — Miguel Ferreira da Silva — São Gonçalo — Baixa de inscrição — Deferido, em 13-3-44.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

4.666/43 — Afonso Alves da Silva — Itaocara — Liberação de aguardente — Aprovado, em 29-2-44.

2.889/42 — Cornélio Anomal — Campos — Reclamação do fornecedor — Arquive-se, em 29-2-44.

784/41 — Henrique Curty e Filhos — Vva. — Carmo — Transferência do eng. de José Bard e outros e permissão para fabricar aguardente — Anexo 3.438/35 — Deferido, em 29-2-44.

5.383/35 — José Correia Vaz — Sapucaia — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 10-3-44.

1.594/43 — Aristides Veiga Ururaí — Angra dos Reis — Transferência para Soc. Agro Pecuária Industrial Ltda. — "Sapil" — Deferido em 10-3-44.

9.355/44 — Macarino Garcia de Freitas — Distrito Federal — Certidão s/revenda de açúcar de um para outro município — Deferido, em 10-3-44.

## ESTADO DE SÃO PAULO:

4.323/40 — B. Sasso e Irmãos — Lençóis — Transf. para Carlos Giacometti e Irmãos. Anexo 3.228/40 — Deferido, em 29-2-44.

1.337/42 — Cassiano Pinheiro Maciel — São Paulo — Pede certidão da publicação da tabela de preços para os fornecimentos de cana — Arquive-se, em 29-2-44.

4.275/43 — Ferazzo & Cia. — Jundiaí — Liberação de aguardente requisitada — Aprovado, em 29-2-44.

487/44 — João Bovi e Cia. — Limeira — Solicita permissão para venda de 50% sua produção de aguardente — Novembro de 1942 — Aprovado, em 29-2-44.

4.599/44 — João Junqueira Franco — Bebedouro — Consulta sôbre limitação da produção — Aprovado em 29-2-44.

1.958/44 — Luiz Schiavon & Irmãos — Rio das Pedras — Restituição da taxa para sôbre 19.500 lts. de aguardente — Restitua-se, em 29-2-44.

6.834/40 — Moisés José da Silva — Cajurú — Transferência e remoção do engenho de Aarão — José da Silva. Anexos 2.799/38 e 3.851/38 Deferido, em 29-2-44.

4.267/43 — Pedro Silotto & Filhos — Serra Negra — Liberação da aguardente requisitada — Aprovado, em 29-2-44.

2.162/42 — Sebastião Justino — Salto Grande —Inscrição de engenho de açúcar — Arquive-se, em 29-2-44.

108/34 — Antônio Castelucci — Itapetininga — Inscrição de fábrica — anexo — 2.699/40 de Hermelindo Duarte — Aprovado, em 13-3-44.

4.276/43 — João Accorsi — Santa Adélia — Liberação de aguardente requisitada mediante pagamento da taxa — Aprovado, em 13-3-44.

4.419/41 — Manuel Benedito dos Santos — Redenção — Transferência para José Dantas — Deferido, em 13-3-44.

3.898/35 — Pedro Lúcio Celestino — Assis — Inscrição de engenho — Deferido, em 13-3-4.

5.047/42 — Mário Salem — Penápolis — Devolução de Cr$ 5.950,00 que depositou, referente a Auto de Infração — Aprovado, em 14-3-44.

# COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

**Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na secção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.**

## 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Álvaro Simões Lopes, Cassiano Pinheiro Maciel, João Soares Palmeira, Moacir Soares Pereira, José Carlos Pereira Pinto e Aderbal Novais.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Financiamento** — Aprova-se a proposta da Gerência, referente ao pedido de aumento de verba de financiamento para mais 110 mil sacos de açúcar bruto, apresentado pela Cooperativa dos Banguezeiros de Pernambuco.

**Produção de açúcar** — Resolve-se permitir o embarque de açúcar novo da Paraiba para o sul, em vapores que não possam destinar a praça para embarques de açúcar em Recife, Maceió ou Aracajú.

— De acôrdo com as informações prestadas pelo auxiliar de Fiscalização Nerino de Almeida sôbre a produção de açúcar da Usina Bandeirante do Paraná Ltda., afim de ser liberado o respectivo produto, resolve-se pôr à disposição da Comissão de Abastecimento do Estado do Paraná o açúcar daquela fábrica, mediante o pagamento à mesma de 96 cruzeiros por saco.

— Aprova-se o relatório da Secção de Estudos Econômicos, no qual se declara que a parcela a ser acrescida ao limite da Usina Salgado, em Pernambuco, é de 2.695 sacos.

**Exportação** — Solucionando dois pedidos de autorização para exportação de açúcar para os Estados Unidos e a Argentina, a C.E., dadas as informações apresentadas pela Gerência, resolve não permitir, por ora, nova venda para o exterior.

— Aprova-se a venda de 150 mil sacos de açúcar cristal para o Uruguai, por intermédio das firmas E .G. Fontes & Cia., e Norton Megaw & Cia., por conta da quota de convênio estabelecido com aquele país.

**Venda de usina** — Aprova-se o parecer emitido pela Secção Jurídica, em resposta a um requerimento da firma proprietária da Usina Pedrão, Minas Gerais.

**Alteração de maquinaria** — Despachando um requerimento do Sr. Cirilo Bortoleto, solicitando autorização para instalar um jôgo de moendas de cinco rôlos no engenho de sua propriedade, em São Carlos, Estado de São Paulo, a C.E., considerando a possibilidade do aproveitamento de novas moendas para fabricação de aguardente ou álcool, resolve mandar examinar, prèviamente, as possibilidades de produção de aguardente e a exequibilidade de uma distilaria de álcool.

**Apreensão de açúcar** — O fiscal Carlos F. Martins, do interior de São Paulo, consulta sôbre a maneira de proceder, no caso de apreensão de açúcar não acompanhado de notas de entrega ou de remessa, embora não em trânsito nem em estabelecimento comercial. Por proposta do Sr. Presidente, resolve-se dar vista do processo ao Sr. Castro Azevedo.

**Incorporações de quotas** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, referente ao pedido de incorporação da quota do engenho da Sra. Maria Augusta Vieira Campos ao limite da Usina Pedrão, em Minas Gerais.

— Nos termos do parecer da Secção Jurídica, aprova-se a ransferência da quota do engenho de Cândido Lucas de Sena ao limite do engenho de Jorge Silos, Rio Grande do Norte.

— Aprova-se ainda a incorporação da quota do engenho de Domingos Teodoro dos Santos ao limite do engenho de Martinho João dos Santos, em Santa Catarina.

## 6.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Arnaldo Pereira de Oliveira, Moacir Soares Pereira, Álvaro Simões Lopes, Cassiano Pinheiro Maciel, João Soares Palmeira e Aderbal Novais.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Produção de açúcar** — Resolve-se encaminhar à Coordenação da Mobilização Econômica um telegrama dos produtores de açúcar de Rio Branco, Minas Gerais, a propósito do êxodo de trabalhadores rurais daquela região açucareira.

**Bonificação** — A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco pleiteia o pagamento pelo I.A.A. do **deficit** resultante do excesso de frete pago aos vapores estrangeiros sôbre o açúcar transportado do Recife para o Rio Grande do Sul; êsse **deficit** se eleva a Cr$ 76.351,80. De acôrdo com a proposta do Sr. Presidente, autoriza-se o pagamento da referida importância.

**Financiamento** — Aprova-se o parecer da Gerência, emitido a propósito de uma consulta da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, referente ao financiamento de açúcar extra-limite das usinas daquele Estado.

**Reajustamento de vencimentos** — A propósito da reclamação feita por diversos funcionários, relativamente ao reajustamento dos seus vencimentos, é lido e debatido o parecer do Sr. Otávio Milanez, resolvendo-se, por proposta do Sr. Presidente, ouvir o DASP sôbre o assunto.

**L. B. A.** — Aprova-se o parecer da Secção

Jurídica, no sentido de que devem ser suspensos os descontos de meio por cento nos vencimentos dos funcionários, em benefício da Legião Brasileira de Assistência.

**Comissão Executiva** — Aprova-se a redação final da resolução que dispõe sôbre a organização das listas para escolha dos representantes da Comissão Executiva.

**Montagem de novas usinas** — Desde que mereça a aprovação do Sr. Ministro da Agricultura, a C.E. concorda com a proposta do Sr. Jair Meireles referente à verba para aquisição de material destinado aos engenhos a serem instalados nos núcleos coloniais daquele Ministério.

**Incorporação de quota** — Resolve-se autorizar o aproveitamento de 50 por cento da quota do Engenho "Paraiso", Alagoas, pela Usina Santo Antônio.

**Paralização de usina** — Tendo o Sr. Leôncio de Araujo, proprietário da Usina Capibaribe, solicitado transferência para a referida fábrica das quotas de fornecedores da Usina São João da Várzea, que se acha paralizada, a C.E. resolve conceder a incorporação pedida, a título provisório, de conformidade com o parecer da Secção de Assistência à Produção.

---

## 7.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM EM 2 DE FEVEREIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho Otávio Milanez, Arnaldo Pereira de Oliveira, Castro Azevedo, Luiz Dias Rolemberg, José Carlos Pereira Pinto, Moacir Soares Pereira J. Bezerra Filho, Álvaro Simões Lopes, Cassiano Maciel, João Soares Palmeira e Aderbal Novais.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Comissão Executiva** — O Sr. Presidente dá conhecimento à Casa do ato do chefe do govêrno que concedeu exoneração ao Sr. Manuel Francisco Pinto do cargo de representante dos fornecedores de cana na Comissão Executiva do I.A.A.

— De acôrdo com a proposta do Presidente, aprova-se a seguinte resolução: "No caso de decisão ou resolução da Comissão Executiva, as representações só poderão ser admitidas quando encaminhadas pelos funcionários aos chefes de serviço e por êstes ao presidente da Comissão Executiva."

**Produção de açúcar** — Por proposta do Sr. Castro Azevedo, aprova-se uma resolução, prorrogando por 30 dias, contados desta data, o prazo a que se refere o art. 3.º da Resolução 74/43, de 7-11-43.

**Preços legais** — Aprovam-se as tabelas de preços para a venda de açúcar nos centros produtores, devendo as mesmas ser submetidas às Comisões de Racionamento e Tabelamento dos diversos Estados.

**Caixa do Álcool** — Aprova-se o parecer apresentado pelo Sr. Moacir Soares Pereira, a propósito do seu trabalho relativo às bonificações concernentes à safra 1942/43, a pagar aos produtores de álcool de São Paulo.

**Incorporações de quotas** — Resolve-se aprovar a proposta da Secção de Fiscalização, no sentido de se permitir a cobrança da taxa de engenhos paralizados por motivo de incorporação de suas quotas a usinas, pela respectiva lotação, quando não fôr conhecida a sua produção real.

— Com fundamento nos votos relatados pelo Sr. Castro Azevedo, anexos aos processos abaixo relacionados, a Comissão Executiva profere os seguintes despachos:

**Deferidos** — De Engenhos a Usinas:

À Usina Ana Florência — Minas Gerais — 2.625/42 — Engenho de Dirceu Duarte Braga e ainda inscrito neste Instituto em nome de Mauro Roquette Pinto, situado em Matias Barbosa, limitado em 300 sacos. À Usina São João — Minas Gerais — 6.718/40 — Engenho de Raimundo Nonato, Cota, situado, em Mariana, limitado em 50 sacos. À Usina Pontal — Minas Gerais — 5.863/41 — Engenho de Antônio Ferreira de Moura Teles, situado em Uberaba limitado em 174 sacos. À Usina Jatiboca — Minas Gerais — 2.180/42 — Engenho de João Raimundo Quitão, em Conceição, 100 sacos. À Usina Adelaide — Santa Catarina — 5.957/41 — Engenho de Euclides Custódio, situado em Itajaí, limitado em 50 sacos. À Usina N. S. Aparecida — São Paulo — 3.627/42 — Engenho de Joaquim C. de França, em Mogí-Guassú, limitado em 50 sacos. À Usina Campo Verde — Alagoas — 303f41 — Engenho de Benon Maia Gomes e ainda inscrito no I.A.A. em nome de Aristides Rocha Cavalcanti, situado em União, limitado em 1.926 sacos. À Usina Lindoia — Minas Gerais — 1.839/42 — Engenho de José Martins da Costa, situado em Monte Santo, limitado em 240 sacos.

**Indeferido**: À Usina Jatiboca — Minas Gerais — 2.865/42 — Negar provimento ao recurso interposto pela Cia. Agrícola Pontenovense na decisão de processo 2.865/42, de interêsse de Francisco Borges Pereira. À Usina Lindoia — Minas Gerais — 2.216/42 — Negar provimento ao recurso interposto por J. C. Belo Lisboa, arquivando-se o processo. À Usina Camaragibe — Alagoas — 6.799/41 — Engenho de Artur de Pereira Morais, situado em Pilar. Indeferida a pretensão da inicial. À Usina União e Indústria — Engenho São Caetano — Pernambuco — 3.620/43 — Em requerimento de 1-9-43, Amaro Cavalcanti solicita ao I.A.A. o aproveitamento da quota do Engenho São Caetano, de sua propriedade, situado em Vitória, e limitado em 3.267 sacos, mediante o fornecimento de canas à Usina União e Indústria. Aprovado o voto do Sr. relator, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo deferimento da inicial mediante o aproveitamneto até 1.800 toneladas de canas pela Usina União e Indústria, a qual ficará autorizada a produzir até 2.700 sacos de açúcar, na base do rendimento industrial de 90 quilos por tonelada de cana e sòmente na safra em curso, 1943-44.

**Fixação de média de produção** — Aprova-se o parecer da Gerência, emitido a propósito de uma representação de Edmundo de Oliveira Freire, referente ao critério para fixação da média de produção das fábricas para estabelecimento dos seus limites.

**Majoração de 20 por cento** — De acôrdo com os pareceres, resolve-se conceder o aumento de 20 por cento sôbre o limite inicial à Usina Unussú, Alagoas.

**Inscrição de fábrica** — Manda-se inscrever como fabricante de rapadura, com limite de 50 cargas, o engenho de Alcides Rodrigues da Cunha situado em João Ribeiro, Minas Gerais.

---

## 8.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luiz Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Safra fluminense** — O Sr. José Carlos Pereira Pinto pede ao Presidente uma providência no sentido de regularizar a situação das usinas do Estado do Rio, no tocante ao cancelamento das vendas de açúcar feitas para o Estado de Minas Gerais. O Presidente faz a respeito sugestões, com as quais concorda a C.E.

**Exportação** — De acôrdo com o parecer da Gerência, resolve-se atender ao pedido da firma Netherlands Purchasing Comission, que solicitou autorização para comprar, mensalmente, 10 mil quilos de açúcar refinado para os prisioneiros de guerra, por intermédio da Cruz Vermelha.

**Estatuto da Lavoura Canavieira** — Aprova-se a redação final da Resolução que dispõe sôbre a criação de comissões de conciliação.

**Caixa de álcool** — O Sr. Moacir Pereira apresenta um relatório acêrca do pagamento de bonificações sôbre álcool aos produtores de Pernambuco, na safra 1942/43. O relatório é discutido e aprovado em suas linhas gerais.

**Montagem de engenho** — O Sr. Rui Alcides de Carvalho pede permissão para instalar em Carolina, Maranhão, uma fábrica de açúcar. com capacidade para 3 mil sacos anuais, por conta dos 20.000 sacos estabelecidos para aquele Estado pela Portaria n.º 17 da Coordenação da Mobilização Econômica e concedidos pelo Instituto ao Ministério da Agricultura. Em face dos pareceres, resolve-se deferir o pedido, fixada uma quota de 2 mil sacos.

**Averbações** — Com fundamento nos pareceres da Secção Jurídica, anexos aos processos abaixo relacionados, a Comissão Executiva profere os seguintes despachos:

**a) — Inscrição e Transferência de Proprietários** — 7.914/35 — de José Augusto da Silva — Itaocara — Estado do Rio. Aprovada a inscrição do engenho de rapadura com o limite de 50 cargas fazendo-se a inscrição inicialmente em nome de Jacinto Augùsto da Silva (Espólio) e, em seguida, averbando-se a transferência para o nome do interesado.

5.854/35 — de José Augusto Pessoa — São Miguel — Rio Grande do Norte. Idem, idem em nome de Hilderico F. Pessoa e, idem para o nome do interessado.

2.459/39 — de Marcionílio Cândido do Nascimento — Lençóis — Bahia. Idem, idem, idem em nome de Naziozeno dos Santos e, idem, idem.

2.474/38 — de Sebastião Rodrigues da Silva — Lençóis — Bahia. Idem, idem, idem em nome de Hipólito Rodrigues da Silva, idem, idem.

7.877/35 — de José Calazans Barbosa — Alegre — Espírito Santo. Idem, idem, idem, em nome do requerente, averbando-se em seguida para o atual proprietário Adrião Raimundo.

1.453/41 — de Miguel Ferreira dos Santos — Bomfim — Minas Gerais. Aprovada a inscrição do engenho de rapadura com o limite de 50 carcas, fazendo-se a inscrição em nome de Maria L. Floripes, averbando-se em seguida, a tranferência de inscrição para o nome do requerente, devendo a Fiscalização promover a desinterdição da maquinaria do engenho do interessado, verificando ainda se a maquinaria do engenho de Maria L. Floripes se acha realmente inutilizada. Procs. anexos 2.852/40 e 2.585/38.

2.764/39 — de José Pereira dos Santos — Planaltina — Goiaz. Idem, idem, idem em nome de Antônio Gomes Rabelo, averbando-se, em seguida, a transferência para o nome do requerente.

931/38 — de Manuel Bráulio Wermelinger — Duas Barras — Estado do Rio. Mandando arquivar o presente processo em que o requerente solicita inscrição de um engenho e mais tarde transferido para Luiz Gonzaga Wermelinger e por ter êste desistido do pedilo de inscrição.

**b) — Transferência de Proprietários:**

3.269/38 — de Jorgelino José Bernardino — Itaperuna — Estado do Rio. Aprovada a averbação de transferência do engenho de propriedade do Sr. José Carlos Pereira para o nome do interessado, observadas as formalidades usuais e feitas as comunicações de praxe.

3.573/42 — de Justino Luiz Alves Pereira — Miraí — Minas Gerais. Mandando arquivar o presente processo em que os herdeiros de Justino Alves Pereira pedem a averbação da transferência da inscrição de seu engenho para o nome dos mesmos e a Secção de Estatística informar que já se acha feita a referida averbação de inscrição.

**c) — Aumento de Limite e Transferência de Proprietários** — 4.297/41 — de Severino Gonçalves Magalhães — Senador Pompeu — Ceará. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a averbação da transferência da inscrição do engenho do nome do ex-proprietário Raimundo Bezerra de Figueiredo para o do requerente e negado o pedido de aumento de quota do referido engenho, competindo à Fiscalização verificar a efetiva remoção da maquinaria do mesmo.

1.240/42 — de João Martins Leite Monteiro — Sapucaia — Estado do Rio. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a averbação da transferência da inscrição do nome de Antônio Neves Filho para o do requerente, negando-se, todavia, o aumento de limite

solicitado na inicial, devendo o requerente satisfazer o pagamento do débito com êste Instituto. Proc. anexo 5.397/35.

4.897/40 — de Pedro Causin (Espólio) — Cataguazes — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a averbação da transferência da inscrição do nome de Pedro Causin para o de seu filho José Ramos Causin com elevação do limite para 250 cargas de rapadura, procedendo-se às comunicações de praxe e devolução do depósito.

7.300/40 — de Joaquim Martins Chaves — Cascavel — Ceará. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a averbação da transferência de inscrição do nome de Moisés Martins Ventura para o do requerente com elevação da quota para 200 cargas, feitas as comunicações de praxe.

**Inscrição de fábricas** — Aprovando os pareceres da Secção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas dos interessados abaixo relacionados:

Fábricas de rapadura — de Miguel Arcanjo Soares, Waldimir Soares da Silva, Milton Lima, Luis Fernandes de Vasconcelos (Herds.), Cícero Bento Fernandes, Miguel Bevilaqua, Carlos Gomes de Sousa, Miguel Francisco de Novais, Fulgêncio Pereira de Aguiar, Maximiniano José de Sousa, Marcelino José da Silva, José Silvéstre da Costa, Pedro Cattein, Sebastião Acacio de Melo, Lourenço Barbosa de Oliveira, Roberto José de Morais, Antônio Zampirolli, Manuel Eustáquio, Honorio Cruz Pinheiro, Francisco Merenda, José Lucindo de Farias, Antônio Correia Rocha, Manuel Gonçalves Gomes, José Mariano da Silva, Luís Alcanta, José de Sousa Cardoso, Manuel Domingos Correia, João Moreti, Antônio Moreira Cabral, Antônio Pereira dos Santos, José Masini, José Serra, Ângelo Gonçalves dos Santos, Francisco Bon, Antônio Bernaddes Diniz (An. 1.640/38), João Antônio da Costa, José Bernardino de Oliveira, Fancrisco de Paula Melo (An. 346/40), Antônio José da Fonseca.

Fábricas de açúcar — de Salvador de Sousa Barreto, Rufino José de Freitas, Maria Luisa da Conceição, Previsto Morais dos Santos.

— A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução 38/42, de 5/8/42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente e álcool dos interessados abaixo relacionados:

Fábricas de aguardente — de Hassan Sabry, Julia Duarte Lopes Lima e Filhos (herds.), Justo da Silva Santos Filho, Gillist Peçanha Dutra, Antônio Gomes de Aguiar, Salim Simão, Sebastião Bueno, Mário Wanderley da Costa, Emílio Mundstock, Mário Murta.

Fábricas de álcool — de José Maria Álvares da Silva, Distilaria de Álcool Alvinopolós Ltda., Vva. Salomão & Filhos.

Fábrica de álcool carburante e potável — da Cia. Industrial Jequirense S. A.

Fábrica de álcool e aguardente — de Olívio José da Silva.

**Aumento de limite** — Com fundamento nos pareceres da Secção Jurídica, anexos aos processos abaixo relacionados, a Comissão Executiva resolve conceder os seguintes despachos:

Fábricas de rapadura — de Estanislau Ricardo de Oliveira (herds.), Joaquim Fernandes Teles (devendo liquidar o débito com êste Instituto) — deferido.

Recurso denegado — João Evangelista de Melo.

Fábricas de açúcar — de José Sabino de Oliveira Filho, José Xavier de Araujo, Joaquim Luiz da Silva, Julio Cesar de Mendonça Uchôa, a engenhos — Utinga e Conceição — (Aumentos subordinados ao pagamento da taxa de defesa), José Lourenço de Freitas.

Recursos denegados — Ormindo Monte, José Tomaz da Silva Nonô.

---

## 9.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Arnaldo Pereira de Oliveira, J. Bezerra Filho, Moacir Soares Pereira, Luiz Dias Rolemberg, Aderbal Novais, João Soares Palmeira e Cassiano Maciel.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Usina Camaragibe** — Relativamente a uma diligência fiscal, realizada na Usina Camaragibe, Alagoas, é lido e aprovado um parecer da Secção Jurídica.

**Reclamação de fornecedor** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, emitido no processo referente à reclamação formulada pelo fornecedor de cana, Sr. Atílio Balbo, contra a Usina Albertina, em São Paulo.

— Dá-se vista ao Sr. Arnaldo Oliveira dos processos referentes às reclamações formuladas pelos fornecedores herdeiros de Maria Luisa Wanderley de Araujo Pinho e Joaquim Wanderley de Araujo Pinho contra a Usina Paranaguá, Bahia.

**Quota do Distrito Federal** — A Delegacia Regional da Bahia informa que o Sindicato da Indústria do Açúcar da Bahia confirma a negativa da entrega da quota do Distrito Federal, alegando falta de disponível, em função do aumento do consumo do Estado. O assunto é debatido, sendo afinal aprovada uma proposta do Presidente, no sentido de ser mantida a quota do Distrito Federal para os usineiros baianos, proibida qualquer retirada de açúcar para fora do Estado, antes de satisfeita a referida quota.

**Produção de açúcar** — Os usineiros e exportadores do Estado da Paraíba pleiteam a obtenção de transportes para exportação de açúcar para os mercados do sul do país. A Gerência presta informações a respeito, resolvendo a C.E. não permitir novas saídas de açúcar da Paraíba para os mercados do sul ou para o estrangeiro.

— A firma Vilanova, Torres & Cia., proprietária da Usina Ressaca, no município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, informa ao Instituto que contra a mesma foi requerido um sequestro, como medida preparatória de uma ação judicial, o qual

já foi realizado. O parecer da Secção Jurídica, no sentido de que o I.A.A. não tem qualidade para intervir no feito, é aprovado pela C.E.

**Preços legais** — Aprova-se a proposta da Gerência, relativa à fixação dos preços "cif" Santos e Rio para os açúcares dos tipos demerara, mascavo e somenos.

—A Gerência apresenta uma proposta, afim de reajustar o preço "cif" do açúcar embarcado para os portos do Rio Grande do Sul, por motivo de descarga frequente em pôrto que não o do destino. A proposta é aprovada.

**Produção de aguardente** — De acôrdo com o parecer da Secção de Estudos Econômicos, é indeferido o requerimento da firma proprietária da Usina Peixe, em Alagoas, solicitando autorização para reiniciar o fabrico de aguardente.

**Usina Monte Alegre** — Aprova-se a fórmula proposta pelo Presidente para pagamento das indenizações devidas pela firma proprietária da Usina Monte Alegre, São Paulo, aos colonos que foram pela mesma injustamente despedidos.

**Requisição de aguardente** — De acôrdo com com os pareceres, indefere-se o requerimento do Sindicato da Indústria da Cerveja e Bebidas em Geral de São Paulo, solicitando dispensa da taxa de 60 centavos sôbre litro de álcool.

**Instalação de usina** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, respondendo a uma consulta do prefeito de Muriaé, Minas Gerais, sôbre a possibilidade de instalação de uma usina naquele município.

**Aumento de limite** — Resolve-se aceitar o requerimento do Sr. Antônio Esmeraldo, solicitando aumento de limite para um engenho de rapadura de sua propriedade. localizado em Joazeiro, Ceará, deliberando-se ainda mandar tomar as providências cabíveis no caso.

**Reconhecimento de firma** — Respondendo a uma consulta da Secretaria da Presidência do I.A.A., a Secção Jurídica declara que a exigência do reconhecimento da firma do requerente, em petição inicial, poderá ser suprida em qualquer fase do processo. A C.E. aprova o parecer.

**Transformação de engenho em usina** — Aprova-se o parecer emitido pela Gerência, a propósito de uma consulta do procurador regional de Pernambuco a respeito do funcionamento do engenho "Duas Unas".

**Liberação de aguardente** — De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, é indeferido o requerimento do Sr. Vicente Alves Nilo, solicitando liberação de 30.000 litros de aguardente que haviam sido requisitados.

**Incorporação de quotas** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, emitido no processo em que a Cia. Açucareira Vieira Martins, de Ponte Nova, Minas Gerais, solicita reconsideração de despachos proferidos em processos de incorporação de quotas de interêsse da mesma.

— Com fundamento nos votos do relator, constantes dos processos abaixo, profere a Comissão Executiva os seguintes despachos :

**Incorporações deferidas** — À Usina Pedrão — Minas Gerais — 1.667/42 — Engenho de Antônio Francisco Oliveira, situado em Varginha, limitado em 654 sacos de açúcar.

À Usina Pontal — Minas Gerais — 6.414/41 — Engenho de Ponciano Ferreira de Sá, situado em Conceição, limitado em 50 sacos de açúcar. 6.421/41 — Engenho de Antônio Correia, situado em Conceição, limitado em 50 sacos de açúcar. 6.419/41 — Engenho de Juvenal Lacerda de Queiroz, situado em Conceição, limitado em 50 sacos de açúcar.

À Usina Monte Alegre — Minas Gerais — 6.877/41 — Engenho de José Moreira de Figueiredo, sucessor de Marcos Alves de Figueiredo, situado em Campestre, liimtado em 67 sacos de açúcar.

Ao Engenho São Sebastião — Minas Gerais — 6.703/41 — Engenho de Artur Dias Ladeira, situado em São João Nepomuceno, limitado em 50 sacos de açúcar.

6.697/41 — Engenho inscrito em nome de Oton Diniz Manso Monteiro, hoje de propriedade de Augusto da Silva Ferreira, situado em Além Paraíba, limitado em 110 sacos de açúcar.

**Incorporações indeferidas** — À Usina Adelaide — Santa Catarina — 5.968/41 — Engenho de Rufino Agostinho Anacleto.

Ao Engenho São Pedro — Rio Grande do Norte — 5.936/41 — Engenho São Pedro de Ursina Ribeiro Dantas (herdeiros).

---

## 10.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira. Luiz Dias Rolemberg, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Por proposta do Presidente aprova-se um voto de pesar pelo falecimento do industrial pernambucano, dr. José Henrique Carneiro da Cunha; é lido um telegrama da Skoda Brasileira S. A.., comunicando ter saido a empresa do regime de administracão; é lido um ofício da diretoria do Hospital São João Batista, de Paranhos, Minas Gerais, agradecendo um donativo.

**Escoamento da safra paraibana** — Resolve-se autorizar os produtores da Paraíba a embarcar para o sul do país uma partida de 30.000 sacos de açúcar.

**Financiamento** — Atendendo às razões invocadas pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, resolve a C.E. reduzir de 6 para 3 por cento os juros cobrados sôbre o financiamento do açúcar granfina, de Pernambuco e Alagoas.

— Resolve-se conceder um empréstimo de Cr$ 1.500.000,00 à Cooperativa Mista dos Fornecedores de Cana da Bahia.

**Fornecimento** — Resolve-se homologar a conciliação entre o fornecedor Bertoldo de Sousa Tavares e a Usina São José, do Estado do Rio.

**Usina Monte Alegre** — A C.E. aprova o ato

do Presidente que mandou pôr à disposição do procurador regional em São Paulo o depósito adicional de Cr$ 27.890,20, feito pela Usina Monte Alegre, São Paulo, para pagamento de indenizações devidas a colonos injustamente despedidos.

**Incorporação de quota** — Aprova-se, na íntegra, a exposição da Secção de Assistência à Produção, a propósito da transferôncia da quota da Usina São João da Várzea para a Usina Trapiche, Pernambuco.

— Aprovado o parecer da Secção Jurídica, resolve-se manter o despacho que indeferiu o pedido de incorporação da quota do engenho de D. Etelvina Fiais de Jesus para a Usina Lindoia, Minas Gerais. — Resolve-se adiar o julgamento do recurso interposto pela Usina Lindoia do despacho que indeferiu o pedido de incorporação da quota do engenho de José Chaves Junior ao limite daquela fábrica.

**Processo fiscal** — Aprova-se o parecer da Gerência, emitido no processo referente ao pagamento das quotas partes devidas aos fiscais do Imposto de Consumo, Srs. Afrodísio Borba Filho e Antônio J. Ribeiro Pinto, no auto de infração lavrado em junho de 1939 contra a Usina Volta Grande, Minas Gerais.

**Aumento de limite** — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, contrário ao pedido do Sr. Antônio Gabriel Junqueira, de quotas de 600 sacos de açúcar e 300 cargas de rapadura para o engenho de sua propriedade, em Leopoldina, Minas Gerais.

**Inscrição de fábrica** — Autoriza-se o registro das seguintes: de rapadura — de Astor Goulart de Moura, Minas Gerais; Joaquim Ramos de Oliveira, Rio de Janeiro; Francisco Bahia de Macedo, Ceará; Gabriel Gomes de Aguiar, Rio de Janeiro. De aguardente — de Lourenço de Sousa e Silva, Pernambuco; Irmãos Tonidandel, Minas Gerais. De açúcar e álcool — de Irmãos Paulini, Minas Gerais. De aguardente e rapadura — de Francisco Eduardo Rangel Torres, Mato Grosso; Antônio José de Fontes, Rio Grande do Norte.

**Recursos denegados** — Autoriza-se a devolução do depósito no processo de interêsse de Aurora Lima Pontes, Minas Gerais; negado provimento ao recurso de Torquato Franco de Campos.

**Redução de limite** — Joaquim Pereira Júnior, Ceará, reduzido o limite do seu engenho para 100 cargas; Amador da Costa e Silva, Minas Gerais, idem para 100 cargas; José da Costa Lago, Minas Gerais, idem para 100 cargas.

---

## 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIADA EM 1 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luiz Dias Rolemberg, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Constou do seguinte: telegrama do Sr. J. Bezerra Filho, agradecendo o voto de pesar, inserto em ata da Comissão Executiva, pelo falecimento do Dr. José Henrique Carneiro da Cunha; telegrama da Administração do Hospital Amparo Mauá, Sergipe, agradecendo um donativo de 3 mil cruzeiros que lhe fez o I.A.A.

**Férias de funcionários** — A propósito de assunto idêntico ao tratado em sessão anterior, relativamente à conversão de férias em indenização ou à acumulação do período de férias, lê o Sr. Presidente o seguinte despacho do Sr. Ministro do Trabalho, recentemente publicado na imprensa: "Requer o Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro a êste Ministério que sejam extensivos aos estabelecimentos de gêneros alimentícios as disposisições do decreto-lei n.º 4.868, de 23 de outubro de 1942. Indefiro o pedido, de acôrdo com o parecer do Departamento Nacional do Trabalho. A finalidade do referido diploma legal é, essencialmente, permitir um perfeito desenvolvimento do esfôrço de guerra, mediante o adiamento da concessão de férias ou a sua conversão em indenização, com referência aos empregados nos estabelecimentos, cujas atividades estejam diretamente ligadas aos interesses da defesa ou produção nacional e, assim, os seus dispositivos sòmente têm aplicação a êsses estabelecimentos, efetuada a necessária constatação da necessidade dessa aplicação. E para isso, basta que fique devidamente provado o que alegar cada requerente nos casos concretos ,independente da natureza específica do estabelecimento."

**Nota de entrega** — Contra o voto do Sr. Ar-Arnaldo Pereira de Oliveira, a C.E. resolve restabelecer a nota de entrega para melhor fiscalização do regime de racionamento.

**Estatuto da Lavoura Canavieira** — E' lido um ofício do Banco do Brasil em Piracicaba, comunicando que o Departamento Estadual do Trabalho, Divisão Regional de São Carlos, depositou naquele Banco, à ordem do I.A.A. e em nome dos colonos dispensados da Usina Monte Alegre, a quantia de Cr$ 150.933,90. O Sr. Presidente declara que a importância depositada no Banco do Brasil em Piracicaba corresponde exatamente às quantias pagas pelo Instituto aos colonos da Usina Monte Alegre, por antecipação, e que a mesma será oportunamente levantada.

**Alteração de maquinaria** — Antônio dos Santos Cabral — São João da Boa Vista — São Paulo. Deferido.

**Fixação de quota** — Joaquim Ferreira de Amorim — Rio Branco — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo arquivamento do processo.

**Tabelamento de cana** — Emílio Barbosa — Ponte Nova — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que propõe o arquivamento do processo.

**Venda de maquinaria** — Jair Francisco Diniz — Itapecerica — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo deferimento do pedido.

**Inscrição de engenhos** — De açúcar — José Rodrigues Pereira — Carangola, Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, para o

fim de arquivar o processo. Engenho Laranjeiras, de Tomaz da Silva Nonô — Atalaia — Alagoas. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, para o fim de indeferir o pedido.

**De rapadura** — Artur Brugger — Leopoldina — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo arquivamento do processo.

**Aumento de limite** — Antônio Andrade Ribeiro — Leopoldina — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, para o fim de indeferir os pedidos.

**Tributação** — Antônio Augusto Magalhães — Acarape — Ceará. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, para o fim de ser arquivado o processo.

**Averbação** — Eurico Henrique — Guará — São Paulo. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, que conclui pelo arquivamento do processo.

**Incorporação de quota** — Maria Luisa de Morais — Mar de Espanha — Minas Gerais. A Comissão Executiva resolve retificar a decisão tomada em sessão de 27-10-43, para o fim de ser indeferido o pedido.

---

## 12.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Alvaro Simões Lopes, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luiz Dias Rolemberg, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Constou do seguinte: telegrama do Sr. João Cleofas de Oliveira, agradecendo a comunicação de ter sido lançado na ata dos trabalho da C.E. um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Henrique Carneiro da Cunha.

Exportação de rapadura — E' lida uma carta da "Corporación Paraguaya de Alcoholes", estabelecida em Assunção, consultando o I.A.A. sôbre a possibilidade de aquisição dos excessos da produção de rapadura dos engenhos brasileiros. A Gerência informa que a situação da produção de rapadura no Brasil não apresenta qualquer indício de super-produção, não comportando a possibilidade de exportação para o exterior. A C.E. concorda com a informação da Gerência e manda que se dê resposta à "Corporación Paraguaya de Alcoholes", de acôrdo com a mesma.

**Produção de açúcar** — E' lido um telegrama da Delegacia Regional em Aracajú, comunicando que recebeu da Cooperativa dos Usineiros de Sergipe informação de que os banguezeiros do Estado solicitam a inclusão, nos embarques para a Bahia, via Estrada de Ferro, do açúcar mascavo da safra corrente, afim de escoá-lo, pelo porto de Salvador, para os mercados do sul do país. A colocação do açúcar nos referidos mercados ficaria a cargo da Cooperativa dos Usineiros, consultando esta, entretanto, se ao açúcar mascavo em questão estenderia o Instituto a bonificação de 9 cruzeiros, por saco, de que goza o açúcar cristal, para compensar as despesas com o transporte ferroviário, de Sergipe para a Bahia. A informação da Gerência, contrária à pretensão dos banguezeiros de Sergipe, é aprovada pela Comissão Executiva.

— O Sr. Arnaldo Pereira de Oliveira apresenta o seu parecer relativo à proposta da Secção de Fiscalização, no sentido de voltarem as usinas a numerar os sacos nas notas de remessa de açúcar. A Comissão Executiva, em vista de abranger o parecer matéria de interpretação legal, resolve ouvir a respeito a Secção Jurídica.

**Transporte** — Aprova-se o parecer da Secção Técnica, referente à proposta da Fábrica Nacional de Vagões S. A. para o fornecimento de 50 vagões-tanques para álcool, bem como a sugestão da Gerência sôbre o mesmo assunto.

**Requisição de melaços** — Aprova-se a proposta do Sr. Arnaldo Pereira de Oliveira, no sentido de se autorizar a Standard Brand of Brasil Inc., de Petrópolis, a adquirir uma quantidade de melaço, destinada à fabricação de fermentos, igual à compra efetuada o ano passado.

**Limitação** — Aprova-se o parecer do Sr. Castro Azeevdo, emitido a propósito de uma consulta da Cooperativa Central dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana de Pernambuco, relativa às medidas capazes de determinar aos engenhos a perda dos seus limites, de conformidade com as leis e regulamentos do I.A.A.

**Fornecimento de cana** — De acôrdo com os pareceres da Secção Jurídica, a C.E. resolve fixar as seguintes quotas de fornecimento de cana, junto à Usina Paranaguá: herdeiros de Maria Luiza Wanderley de Araujo Pinho, 2.842,642 toneladas; Joaquim Wanderley de Araujo Pinho e outros, 3.560,092 toneladas.

**Montagem de novas fábricas** — De acôrdo com a proposta do Sr. Presidente, dá-se vista ao Sr. José Bezerra Filho do parecer da Secção Técnico-Industrial a propósito da intalação da distilaria de Morretes.

— Dá-se vista ao Sr. Castro Azevedo de um telegrama da Coletoria Federal de São João Evangelista, Minas Gerais, consultando se é permitida a intalação de novas fábricas de aguardente, açúcar e rapadura e, em caso afirmativo, qual a documentação que devem os interessados juntar aos seus requerimentos.

**Alteração de maquinaria** — Luiz Silveira — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, autorizando o assentamento de mais uma tacha no engenho de açúcar do requerente, cumpridas as demais exigências contidas no referido parecer.

**Inscrição de fábricas** — Aprovando os pareceres da Secção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas dos interessados abaixo relacionados:

**Fábricas de rapadura** — de Pedro Umbelino, Miguel Rodrigues, Fortunato Cardoso da Rocha, José Tenório Neto — an. 2.703/36, Felix José dos Santos, Salustiano José Pereira, Gastão Gonçalves Jardim, Joaquim Mesquita — an. 7.858/35, Antônio Augusto Damasceno Ribeiro, Antônio Xavier de Almeida, José Ferreira Borges, Teodoro

# DECISÕES ADMINISTRATIVAS

## INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

PROVIMENTO N.º 1/44 — De 13 de março de 1944

**Dispõe sôbre a ampliação e restrição das áreas de ação das Procuradorias Regionais e dá outras providências.**

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições e em observância ao disposto nos arts. 2.º, parágrafo único da Resolução 56/43 e 4.º da Resolução n.º 78/44 da Comissão Executiva, respectivamente de 1 de março de 1943 e 8 de fevereiro de 1944 e tendo em vista a necessidade de fazer coincidir as áreas de ação das Procuradorias Regionais com as das Comissões de Conciliação correspondentes, resolve :

I — A área de ação da Procuradoria Regional de São Paulo compreende, além de todo o território do respectivo Estado, mais os municípios de Boa Esperança, Campestre, Campos Gerais, Monte Belo, Nepomuceno, Passos, Pedra Branca, Três Pontas, Conquista e Uberlândia do Estado de Minas Gerais, bem como todo o território dos Estados de Goiaz, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

II — As atribuições do Procurador Regional de São Paulo, dentro dos limites territóriais dos municípios do Estado de Minas referidos no item anterior, ficam limitadas à

---

Paraiso, Saturnino Ângelo da Silva, Artur Generoso da Silva, Perilo Elpídio dos Santos, José Cândido de Oliveira, Ragosino Pereira do Amaral.

**Fábricas de açúcar** — de Maria Francisca do Rego, José Américo da Anunciação, Modesto José Gomes.

— A Comissão Executiva resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente e álcool dos interesados abaixo relacionados :

**Fábricas de aguardente** — de Bernardino Francisco Muniz, Manuel Francisco Angeiras, Bemvindo Fontes de Faria, Ettore Campo Dalorto, Constantino Colodeti, Gilberto de Paula Antunes e João de Paula Antunes, Vicente Ribeiro, da Silva, Domingos Braghini, Francisco José de Lara Campos, Levy & Levy, Waldemar Antônio de Queiroz, Sociedade Industrial de Bebidas Café e Fumos Pelotense Ltda., Alfredo G. Peretti, Cesário Agostini.

**Fábrica de álcool** — de José Mariano de Assunção.

**Fábrica de álcool e aguardente** — de Francisco Assis de Oliveira.

**Aumento de limite** — Leopoldo de Paula Vieira — Paraguassú — São Paulo. Indeferir as petições constantes do processo supra, nos termos do parecer da Secção Jurídica.

Lafayette Cordeiro Filho — Pitanguí — Minas Gerais. A Comisão Executiva resolve denegar, por falta de apôio legal, o pedido de aumento de quota de produção.

**Aumento de limite e montagem de alambique** — João Pagliuchi — São Paulo. Elevada a limitação da fábrica de rapaduras para 3.500 cargas anuais e autorizada a instalação do alambique, tudo nos termos do parecer da Secção Jurídica.

**Modificação de espécie e aumento de limite** — Áureo Paiva — Rio Grande do Norte. Indeferir as petições de fls. 2 e fls. 9, relativas à fabricação simultânea de açúcar e de rapaduras e aumento de limite, pelas razões constantes do parecer da Secção Jurídica.

**Modificação de espécie e averbação de transferência** — Paulo Soares Araujo — Pirassununga — São Paulo. Deferida em parte a petição inicial, para o fim de ser averbada a inscrição da fábrica do nome de Luisa Conceição para o nome de Paulo Soares Araujo, permitido o fabrico de rapadura, com limitação mínima.

**Fornecimento de cana** — João Batista Sversut — São Paulo. Indeferida a pretensão inicial, pelas razões contidas no parecer da Secção Jurídica.

**Processo fiscal** — Tavares Oliveira & Cia. — Pernambuco. Não tendo havido recurso voluntário, a autoridade de 2.ª instância fica impedida de julgar o mérito da decisão proferida nos autos — por isso que com ela se conformou a firma autuada. Arquive-se o processo.

---

### 13.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira, Pinto, Arnalodo Pereira de Oliveira, Belo Lisboa, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Nesta sessão, foi discutido o plano de defesa da safra 1944/45.

apreciação e instrução dos processos de natureza fiscal e dos compreendidos no disposto nos arts. 107 e 136 do Decreto-lei n.º 3.855.

III — A área de ação da Procuradoria Regional com sede em Ponte Nova, se restringirá aos municípios do Estado de Minas Gerais, não incluídos nas áreas da sétima e oitava Comissões de Conciliação, mas a competência do respectivo Procurador, no que tange aos processos de natureza administrativa, se estenderá a todo o território do Estado.

IV — A área de ação da Procuradoria Regional do Estado do Rio, sediada em Campos, compreenderá os territórios dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

V — A área de ação da Procuradoria Regional da Paraíba, sediada em João Pessoa, compreenderá os territórios dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

VI — O presente Provimento entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União.

**Barbosa Lima Sobrinho**, Presidente.

("D. O.", Rio, 18-3-1944).

---

PROVIMENTO N.º 2/44 — De 15 de março de 1944

**Dispõe sôbre a inobservância às tabelas oficiais de preços e dá outras providências**

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve :

Art. 1.º — Os funcionários do Instituto do Açúcar e do Álcool, quando, no exercício de suas funções, tiverem conhecimento ou constatarem pessoalmente, infração às tabelas oficiais de preço, por parte dos produtores ou comerciantes de açúcar, álcool ou aguardente, intermediários ou terceiros interessados na produção ou no comércio dêsses produtos, diligenciarão no sentido de ser apurada a infração, lavrando, para êsse fim, o competente têrmo de verificação e constatação, nos têrmos dêste Provimento.

Art. 2.º — Nos têrmos a que se refere o artigo anterior o funcionário deverá informar :

a) — o local e data da lavratura do têrmo de verificação e constatação ;

b) — o nome e a atividade industrial ou comercial do estabelecimento, emprêsa ou firma acusada de inobservância às tabelas oficiais em vigor ;

c) — o nome do proprietário ou diretor responsável pela firma infratora ;

d) — o nome do administrador ou preposto da emprêsa, presente na ocasião da lavratura do têrmo ;

e) — a natureza da violação à lei, mencionando os elementos que serviram de base à constatação da fraude e as circunstâncias em que a mesma se verificou ;

f) — as operações comerciais que motivaram a infração, e a diferença do preço verificada entre a tabela oficial e o que serviu de base à transação ;

g) — o preço legal da tabela, para o produto objeto da transação na data em que a mesma se efetivou ;

Art. 3.º — Os funcionários, depois da lavratura do têrmo a que se refere o art. 1.º, deverão tomar por têrmo as declarações dos responsáveis pelas emprêsas ou firmas infratoras ou as de seus prepostos, procurando, da melhor maneira, esclarecer e documentar a natureza da fraude e da violação à lei.

Parágrafo único — No caso em que os responsáveis pelas emprêsas ou firmas infratoras, ou seus prepostos, se recusem a prestar declarações, ou se neguem a assiná-las, o funcionário mencionará essa circunstância, no próprio têrmo, fazendo-o assinar, em seguida, pelas testemunhas presentes, se fôr o caso.

Art. 4.º — Afim de que se possa apurar devidamente a infração, deverá o funcionário apreender todos os documentos que possam caracterizar a falta, lavrando, para êsse fim, o respectivo têrmo de apreensão, uma vez autenticados os mesmos pelos responsáveis pelas emprêsas ou firmas ou pelos que os tenham em seu poder.

§ 1.º — Tratando-se de documentos, cuja autenticidade não possa ser posta em dúvida, torna-se dispensável a autenticação dos mesmos pelos indiciados.

§ 2.º — No caso em que os responsáveis pelas firmas ou emprêsas infratoras, ou seus prepostos, se recusem a autenticar os documentos que motivaram a inobservância à lei, deverão os funcionários lavrar o competente têrmo de apreensão, fazendo-o, em seguída, assinar pelas testemunhas presentes.

Art. 5.º — Todos os documentos a que se referem os artigos anteriores deverão ser encaminhados pelo funcionário à Secção de Fiscalização e Arrecadação, acompanhados de um relatório, no qual o funcionário fará uma exposição dos fatos e circunstâncias que digam respeito à infração.

Art. 6.º — A Secção de Fiscalização e Arrecadação, de posse dêsses documentos, os encaminhará, em seguida; à Seção Jurídica, acompanhados de um breve relatório, no qual, em relação a cada caso, mencionará :

a) — se o infrator ou infratores se acham inscritos no Instituto, e, em caso positivo, qual a natureza da fábrica, sua quota de produção e seus antecedentes fiscais ;

b) — se o infrator ou infratores já foram anteriormente acusados de inobservância às tabelas oficiais dos preços de açúcar, álcool ou aguardente, e o que a respeito ficou apurado ;

c) — qualquer outro fato do seu conhecimento e que julgue de interêsse à instrução do processo.

Art. 7.º — A Seção Jurídica, de posse dêsses documentos, depois de numerá-los e organizar o respectivo **dossier**, encaminhá-los-á à Seção de Comunicações, afim de que os mesmos, devidamente autuados, sob a denominação de **"Inobservância às Tabelas de preços"**, sejam, em seguida, devolvidos à Seção Jurídica, no prazo de 8 dias.

Art. 8.º — A Seção Jurídica, após apreciação do processo assim constituido, emitirá seu parecer a respeito, no prazo de 8 dias, historiando a natureza da fraude e os dispositivos legais infringidos, propondo as medidas legais aplicáveis ao caso.

Art. 9.º — O processo, com o parecer da Seção Jurídica, será encaminhado, através da Seção de Comunicações, à consideração da Presidência do Instituto.

Art. 10.º — As providências ulteriores, derivadas do despacho proferido pelo Presidente, serão cumpridas pela Seção Jurídica, à qual o processo será devolvido.

Art. 11.º — O presente provimento entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União.

**Barbosa Lima Sobrinho,** Presidente.

("D. O.", Rio, 20-3-1944).

---

## MINISTERIO DO TRABALHO INDUSTRIA E COMERCIO

### Expediente do Sr. Ministro

130.050 (P. 84) (A. 151.1) (D 29-2) — O Sindicato da Indústria do Açúcar do Rio de Janeiro consulta se a elevação do horário de trabalho para dez horas, permitida pelo Decreto-lei n.º 4.639, alcança também os menores de 18 anos. O Decreto-lei n.º 4.639, de 31 de agôsto de 1942, não dispõe de maneira especial sôbre o trabalho de menores, cuja prorrogação da duração é regulada pelo artigo 413 da Consolidação: "Art. 413 — E' vedado prorrogar a duração normal do trabalho aos menores de 18 anos, salvo, excepcionalmente: a) quando, por motivo de fôrça maior, que não possa ser impedido ou previsto, o trabalho do menor fôr imprescindivel ao funcionamento normal do estabelecimento; b) quando, em circunstâncias particularmente graves, o interêsse público o exigir; c) quando se tratar de prevenir a perda de matérias primas ou de substâncias perecíveis." A faculdade para o trabalho durante dez horas, pois, não se estende ao menor de 18 anos nos casos previstos no artigo 413, ouvida sôbre o assunto a Divisão de Higiêne e Segurança do Trabalho, dêste Miinstério, pelo que, ao requerer a prorrogação da duração do trabalho nos têrmos do Decreto-lei n. 4.639, deverão os interessados, se tiverem empregados menores e desejarem que os mesmos sejam incluidos na prorrogação, mencionar essa circunstância, para a prévia audiência daquela Divisão. Isto posto, transmita-se e arquive-se. (AMF).

("D. O.", Rio, 23-3-44.)

---

N.º 172.537 (P. 84) (A. 012) (D. 9-3) — Atendendo ao que requereu a Associação Profissional

dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, de Alagoas, com sede em Maceió, registrada na Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Alagoas, na conformidade do art. 558 da Consolidação das Leis do Trabalho, pleiteando reconhecimento sindical, tendo sido cumpridas as exigências legais e regulamentares nos têrmos do parecer do Departamento Nacional do Trabalho, de acôrdo com os dispositivos da referida Consolidação das Leis do Trabalho e instruções contidas na Portaria Ministerial SCm-337, de 31 de julho de 1940, reconheço a Associação Profissional requerente sob a denominação de "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, no Estado de Alagoas", como representativo da correspondente categoria profissional, compreendida no 1.º Grupo — Trabalhadores na Indústria da Alimentação — do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, aprovado pela Consolidação das Leis do Trabalho, na base territorial do Estado de Alagoas, aprovados os respectivos Estatutos com as emendas propostas pelo mesmo Departamento, devendo ser submetida à minha assinatura a competente carta de reconhecimento, depois de pago o devido sêlo. (São de teor seguinte as emendas a que alude o despacho supra: "a — no art. 9.º eliminar a expressão: "ou para a repartição... Federal"; — b — acrescentar ao parágrafo único do art. 55 a expressão: "afim de ser transferida para o Sindicato que vier a ser constituido como representante de categoria".) (A.M.F.).

("D. O.", Rio, 13-3-44.)

---

## COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONOMICA

### Setor Abastecimento

### PORTARIA N.º 18

O Chefe do Serviço de Abastecimento, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 153, de 5 de novembro de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, resolve:

designar o Sr. Luiz Dubeux Júnior para representante da Cooperativa de Usineiros do Estado de Pernambuco junto à Comissão criada pela Resolução n.º 16, de 20 de janeiro de 1944, no que concerne ao abastecimento feito pelo mesmo Estado ao Distrito Federal, Minas Gerais e norte de São Paulo.

Em 8 de março de 1944. — **Ernani do Amaral Peixoto.**

---

### PORTARIA N.º 19

O Chefe do Serviço de Abastecimento, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 153, de 5 de novembro de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, resolve:

designar o Sr. Jaime Salazar para substituto eventual do Sr. Luiz Dubeux Júnior, representante da Cooperativa de Usineiros de Pernambuco junto à Comissão criada pela Resolução n.º 16, de 20 de janeiro de 1944, no que concerne ao abastecimento feito pelo Estado de Pernambuco ao Distrito Federal, Minas Gerais e norte de São São Paulo.

Em 8 de março de 1944. — **Ernani do Amaral Peixoto.**

---

### PORTARIA N.º 20

O Chefe do Serviço de Abastecimento, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 153, de 5 de novembro de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica resolve:

designar o Sr. João Colares Moreira para representante da Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas junto à Comissão criada pela Resolução n.º 16, de 20 de janeiro de 1944, no que concerne ao abastecimento feito pelo mesmo Estado ao Distrito Federal, Minas Gerais e norte de São Paulo.

Em 8 de março de 1944. — **Ernani do Amaral Peixoto.**

("D.O.", Rio, 11-3-44.)

---

## SÃO PAULO

### COMISSÃO DE ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO

### RESOLUÇÃO N.º 59, DE 31 DE JANEIRO DE 1944

O Superintendente da Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o item II, da Portaria n.º 114, de 24 de julho de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, e

Considerando o que lhe foi representado pelo Controle e Distribuição de Açúcar;

Considerando a necessidade de reduzir ainda mais, no momento, o consumo de açúcar no Estado, em virtude de haver se acentuado a escassez nas estradas do artigo do Norte do País;

Resolve:

Reduzir de 50% (metade) as quotas de açúcar de todos os municípios do Estado, ficando o Controle e Distribuição de Açúcar encarregado de diminuir, naquela proporção, as quantidades constantes em tôdas as guias que se achem em seu poder ou forem apresentadas, para serem liberadas.

Esta Resolução entrará em vigor em 1.º de fevereiro, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 31 de janeiro de 1944.

**Carlos de Sousa Nazareth** — Superintendente.

(D. O., S. Paulo, 2-2-44.)

---

Ainda pelas portarias ns. 69, 70, 78 e 79, a referida superintendência determinou as quotas a vigorarem para o mês de março, discriminando o mecanismo de distribuição do produto.

Em virtude das dificuldades de transporte, escassearam as entradas de açúcar durante o perodo aludido, de modo que continuou em vigor a mesma quota reduzida de 50%, estabelecida na resolução n.º 59, daquele órgão de controle.

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

## BALANCETE EM 29 DE FEVEREIRO DE 1944

### ATIVO

| | Cr$ | Cr$ |
|---|---|---|
| **Ativo Fixo** | | |
| Biblioteca do Instituto | 101.610,50 | |
| Imóveis ("Edifício Taquara") | 4.711.679,90 | |
| Laboratórios — Recife — Aparelhos e Utensilios | 68.982,30 | |
| Móveis e Utensílios | 2.308.897,30 | |
| Títulos e Ações | 10.707.000,00 | 17.898.170,00 |
| **Empréstimos** | | |
| Adiantamentos sôbre Açúcar de Engenhos | 3.860.000,00 | |
| Caixa de Empréstimos a Funcionários | 169.726,20 | |
| Custeio de Refinarias | 13.564.299,90 | |
| Empréstimos a Banguezeiros e Fornecedores de Cana | 5.629.665,00 | |
| Empréstimos a Produtores de Açúcar | 13.048,10 | |
| Financiamento a Distilarias | 21.927.579,57 | |
| Financiamento a Fornecedores de Cana | 11.000.000,00 | 56.164.318,77 |
| **Despesas** | | |
| Diversos | 2.476.147,30 | |
| Defesa do Açúcar | 2.301.470,50 | 4.777.617,80 |
| **Contas de Resultado** | | |
| Anuário Açucareiro | 3.490,00 | |
| Compras de Açúcar C/Retrovenda | 83.994.928,40 | |
| Livros e Boletins Estatísticos | 1.354.895,10 | |
| Revista "Brasil Açucareiro" | 7.349,30 | 85.360.662,80 |
| **Devedores Diversos** | | |
| Contas Correntes — Saldos Devedores | 59.268.819,76 | |
| Instituto de Técnologia c/Subvenção | 25.405,93 | |
| Letras a Receber | 296.613,00 | 59.590.838,69 |
| **Caixas e Bancos** | | |
| Caixa — Sede do Instituto | 237.390,50 | |
| Fundos no Banco do Brasil | 87.635.245,00 | |
| Delegacias Regionais C/Suprimentos | 45.530.709,40 | 133.403.344,90 |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO | | 121.672.248,30 |
| DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Ativo | | 84.199.518,26 |
| SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Ativo | | 6.826.642,59 |
| | | 569.893.362,11 |

## PASSIVO

| | | |
|---|---|---|
| **Fundos Acumulados** | | |
| Arrecadações de Taxas de Defesa | 251.005.498,52 | |
| Arrecadações Diversas | 12.466.287,50 | |
| Taxa S/Aguardente | 794.532,90 | |
| Taxa S/Alcool | 23.467.566,10 | |
| Taxa S/Fornecimento de Cana | 1.677.003,80 | 289.410.888,82 |
| **Reservas** | | |
| Juros Suspensos | 698.629,60 | |
| Locação de Vagões-Tanques | 150.000,00 | |
| Reserva para Depreciações | 1.643.415,00 | 2.492.044,60 |
| **Despesas** | | |
| Açúcar c/Despesas — Safra 1943/44 | | 86.596,30 |
| **Contas de Resultado** | | |
| Juros | 341.387,40 | |
| Multas | 53.592,20 | |
| Rendas do "Edificio Taquara" | 908.189,90 | |
| Vendas de Açúcar | 673.050,40 | 1.976.219,90 |
| **Obrigações :** | | |
| Banco do Brasil c/Financiamento | 67.356.473,90 | |
| Contas Correntes — Saldos Credores | 30.695.750,45 | |
| Depósitos Diversos | 6.465.726,25 | |
| Ordens de Pagamento | 36.523.800,30 | 141.041.750,90 |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO C/O ATIVO | | 121.672.248,30 |
| DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Passivo | | 796.767,20 |
| SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Passivo | | 12.416.846,09 |
| | | 569.893.362,11 |

**LUCIDIO LEITE**
Contador

### PROFESSOR PIERRE MONBEIG

**Em carta dirigida ao presidente do I.A.A., o Professor Pierre Monbeig comunicou ter voltado de sua excursão ao Nordeste Brasileiro, agradecendo, em seu nome e no de seus companheiros de excusão, os profesores Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira, o apôio prestado pelo Instituto para a realização da viagem. Logo que esteja organizada a documentação reunida pelos excursionistas mencionados, sôbre a região percorrida, e estejam publicados os resultados da viagem, serão os mesmos enviados ao Instituto.**

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

## ORÇAMENTO PARA 1944 — POSIÇÃO EM 29 DE FEVEREIRO DE 1944

| Nos. | VERBAS | Duodécimo | Saldo anterior | Quota mensal | Despesas Mês: Fevereiro | Total Despesas | Média mensal | Crédito anual | Saldo do créd. anual |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PESSOAL: | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| 1 | Comissão Executiva | 31.900,00 | 9.500,00 | 41.400,00 | 20.100,00 | 42.500,00 | 21.250,00 | 382.800,00 | 340.300,00 |
| 2 | Sede do Instituto | 268.710,00 | 6.877,30 | 275.587,30 | 232.327,70 | 494.160,40 | 247.080,20 | 3.224.520,00 | 2.730.359,60 |
| 3 | Fiscalização Tributária | 161.250,00 | 125.650,00 | 286.900,00 | 75.650,00 | 111.250,00 | 55.625,00 | 1.935.000,00 | 1.823.750,00 |
| 4 | Delegacias Regionais | 140.060,00 | 131.524,00 | 271.584,00 | 43.750,00 | 52.286,00 | 26.143,00 | 1.680.720,00 | 1.628.434,00 |
| 5 | Verba para Substituições | 10.000,00 | —,— | 10.000,00 | —,— | —,— | —,— | 120.000,00 | 120.000,00 |
| 6 | Despesas de Viagem | 103.500,00 | 63.029,20 | 166.529,20 | 54.040,00 | 94.510,80 | 47.255,40 | 1.242.000,00 | 1.147.489,20 |
| 7 | Diárias | 92.066,00 | 69.164,00 | 161.230,00 | 41.313,00 | 64.215,00 | 32.107,50 | 1.104.792,00 | 1.040.577,00 |
| 8 | Gratificações: | | | | | | | | |
| | Pró-Labore | 102.583,33 | 94.593,13 | 197.176,46 | 1.200,00 | 9.190,20 | 4.595,10 | 1.231.000,00 | 1.221.809,80 |
| | Gratificações Diversas | 58.183,33 | 40.963,33 | 99.146,66 | 41.648,30 | 58.868,30 | 29,434,15 | 698.200,00 | 639.331,70 |
| | MATERIAL: | | | | | | | | |
| 1 | Material de Consumo | 47.500,00 | 31.251,00 | 78.751,00 | 42.306,60 | 58.555,60 | 29.277,80 | 570.000,00 | 511.444,40 |
| 2 | Material Permanente | 34.166,65 | 27.231,65 | 61.398,30 | 39.272,00 | 46.207,00 | 23.103,50 | 410.000,00 | 363.793,00 |
| 3 | Diversas Despesas | 182.725,00 | 182.725,00 | 233.975,50 | 37.585,90 | 268.760,40 | 134.380,20 | 2.192.700,00 | 1.923.939,60 |
| | | 1.232.644,31 | 651.034,11 | 1.883.678,42 | 729.193,50 | 1.300.503,70 | 650.251,65 | 14.791.732,00 | 13.491.228,30 |

Rio, 29/2/44

**LUCIDIO LEITE, Contador.**

# INAUGURADA A NOVA SANTA CASA DE CAMPOS

Realizou-se a 12 de março passado a cerimônia da entrega do novo edifício da Santa Casa de Campos à Provedoria daquela instituição de beneficência.

O ato foi festivo e contou com a presença de autoridades estaduais e municipais, elementos de projeção no comércio e na indústria do Estado do Rio, além de grande parte da população da importante cidade fluminense.

O novo edifício representa um gesto invulgar de generosidade de um cidadão para com a coletividade. O industrial José Carlos Pereira Pinto, membro da Comissão Executiva do I.A.A., arcou com tôdas as despesas da construção, que ascendeu a alguns milhões de cruzeiros, como uma prova de gratidão — acentuou em seu discurso — à terra e ao povo, colaboradores na formação do seu hoje inestimável patrimônio.

**O novo edifício da Santa Casa de Campos**

Durante a solenidade, fizeram-se ouvir vários oradores: o Sr. José Carlos Pinto, fazendo entrega do edifício; o Sr. Sílvio Tavares, em nome da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia; o Sr. Adelmo Mendonça, representante do interventor federal. Encerrando a cerimônia, o padre Jomar, representante do bispo de Campos, procedeu à benção do prédio.

## O COOPERATIVISMO ENTRE OS PLANTADORES DE CANA EM SANTA CATARINA

**Dalmiro Almeida**

Nossa permanência em Santa Catarina deu-nos oportunidade de verificar o surto que naquele Estado sulino vai tendo o cooperativismo, entre os lavradores que se dedicam ao cultivo da cana de açúcar. Duas são as Cooperativas de Plantadores de Cana, devidamente registradas no Serviço de Economia do Ministério da Agricultura: uma com sede em Pedreira, localidade afastada cêrca de 15 quilômetros de Joinville, e outra em Gaspar, município vizinho de Blumenau. A Cooperativa de Plantadores de Cana da Pedreira, que reune número superior a duas centenas de associados, é proprietária de uma pequena usina, destinada a beneficiar exclusivamente as canas cultivadas em terras de seus componentes. Apesar de bastante exíguo o limite de produção atribuido a essa usina e de não serem as condições de aproveitamento da matéria prima isentas de reparos, é digna de francos louvores a iniicativa dêsses lavradores, congregando-se em tão numeroso grupo para realização do verdadeiro ideal de engrandecimento e progresso da lavoura — o cooperativismo. Em palestra que mantivemos com o Senhor Eugenio Gilgen, Diretor da Cooperativa, ouvimos elogiosas referências à atuação do funcionário do I.A.A. encarregado de enquadrar a organização então existente dentro dos moldes de

# OS FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLITICA DO AÇÚCAR

O último número da "Revista Brasileira de Estatística", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, correspondente a outubro-dezembro de 1943, publicou a seguinte nota:

"À frente do Instituto do Açúcar e do Álcool, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho não se mostra apenas o administrador eficiente de um dos principais ramos da economia dirigida no país, mas também o publicista fecundo, enriquecendo sempre mais a bibliografia referente aos diversos aspectos da produção açucareira e alcooleira.

Mais um volume, êste de poucas páginas, acaba de ser distribuido pelo I.A.A., reunindo, sob o título de "Os fundamentos nacionais da política do açúcar", duas exposições do presidente daquele Instituto, nas sessões de 28 de abril e 10 de maio dêste ano, e um comunicado divulgado na imprensa paulista. Na primeira das referidas exposições, o sr. Barbosa Lima Sobrinho aprecia o problema do suprimento do açúcar em face da questão do transporte; na segunda, fixa o caráter nacional da política açucareira, demonstrando a necessidade de manter-lhe a diretriz, em proveito da unidade da economia nacional e desprezando preconceitos regionalistas; no comunicado, dá-se conta da atitude do I.A.A. em relação à tabela de preços de canas em São Paulo.

Desenvolvendo argumentação lúcida e incisiva, o autor revigora, nesses trabalhos, especialmente no segundo deles, os princípios que norteiam a direção das relações econômicas da lavoura da cana de açúcar, a mais tradicional de nossas atividades agrárias."

---

uma cooperativa, quando era precária a situação da usina. Repetiu-se, assim, o exemplo clássico dos tecelões de Rochdale.

A Cooperativa de Plantadores de Cana de Gaspar é de organização recente, sendo a iniciativa de sua instalação devida à ação do Serviço de Economia Rural do M.A. junto aos lavradores da região. Os associados dessa Cooperativa já obtiveram os fundos necessários para a compra do prédio onde a mesma se acha instalada, sendo propósito de seus dirigentes montar, dentro em breve, uma distilaria para produção de alcool comum, achando-se bastante adiantadas as negociações para a compra da maquinaria necessária. Nas regiões por nós percorridas, em Pedreira e Gaspar, existem também duas Cooperativas de Consumo, que, segundo informações dos agentes do Serviço de Economia Rural, em Joinville e Blumenau, se encontram em situação promissora, devendo preencher as suas finalidades econômicas e sociais. Ao concluir nossa rápida digressão sôbre o que nos foi dado observar em Santa Catarina, no tocanate ao cooperativismo entre os plantadores de cana queremos salientar a importância dêsse movimento associativo na solução de nossos problemas de organização das atividades agrícolas, cuja finalidade precípua é a do engrandecimento econômico, pela congregação de esforços e o afastamento das lutas estéreis que frequentemente se observam nas atividades dispersas.

# "GEOGRAFIA DO AÇUCAR"

O Dr. Afonso Várzea, professor de geografia do Instituto de Educação e nosso erudito colaborador, recebeu do engenheiro Pereira de Castro, Chefe da Secção de Pluviometria da Inspetoria de Obras contra as Secas, a carta que transcrevemos abaixo, sôbre o seu livro "Geografia do açúcar, no Leste do Brasil":

"Rio, 11 de maio de 1943.

Meu caro Dr. Afonso Várzea :

Fiquei muito grato pela gentil oferta da "Geografia do Açucar", de sua autoria.

O seu livro, a meu ver, constitui uma magnífica contribuição ao conhecimento da fisiografia do "Leste Brasileiro". Escrito num estilo claro e conciso, surpreende a forma de prender a atenção do leitor. O estudo árido de uma formação geológica está sempre pontilhado de pequenos fatos e histórias interessantes. Além disso, o geógrafo revelou-se um grande conhecedor da história da nossa colonização e de tudo que a ela se prende, como as tradições, as lendas e os costumes.

E quem já percorreu aquela região há-de reconhecer a invulgar capacidade de observação do autor, ao qual não escaparam os pequeninos acidentes e ocorrências daquelas viagens — que tantas vezes empreendí — inclusive as pousadas nas pensões de aspectos típicos, com os seus hóspedes, dos quais nos dá verdadeiros retratos a pena. E tão exatos, que se distingue o vivo colorido do pijama novo de um magistrado...

A "Geografia do Açúcar" é, portanto, um grande livro.

Com os meus protestos de alta estima e consideração, cordialmente

**Pereira de Castro."**

*

* *

"Diretrizes", do Rio de Janeiro, número de 17 de fevereiro último, publicou sôbre o livro do prof. Várzea os seguintes comentários :

O geógrafo brasileiro Afonso Várzea acaba de publicar uma obra intitulada "Geografia do Açúcar". E' a geografia física e humana de tôda a zona açucareira do Brasil, trabalhada, como declara o autor, de uma "excursão por entre os fatores operando do Recôncavo à fronteira do Ceará com o Piauí".

Não fôsse o sr. Afonso Várzea já conhecido como homem de ciência, êsse livro bastaria para consagrá-lo. E' trabalho minucioso, completo, vivo, de leitura obrigatória para quantos se dedicam aos estudos da geografia brasileira, abrangendo em amplitude cada vez maior, os problemas econômicos, sociais e políticos.

Acompanhando-o em sua viagem pelo leste do Brasil, estudamos as formações geológicas dos terrenos, suas condições propícias à cultura da cana de açúcar, a evolução do relêvo condicionando alterações fluviais, nossa região desértica com

**Uma das barcaças baianas, que fazem o comércio de cabotagem, transportando, frequentemente, açúcar. (Cliché saído na "Geografia do Açúcar").**

trechos como o que o autor chama de torturado relevo borborêmico", que suportam anos sem chuva. E' a geografia integral da zona que se chama comumente de Nordeste: a terra, com seus rios, ventos, chuvas ou falta de chuvas, clima, enfim, e a gente — sua história sua economia e, como sempre, o contraste entre os "expansionistas de cana, que quase pode-se dizer imperialistas, tamanho o impulso de dominação do solo inerente à famosa gramínea" e seus trabalhadores, cujo "salário é tão baixo que os operários mal cobrem o corpo com farrapos".

O livro é fartamente documentado com fotografias, desenhos, dados estatísticos, cartas geográficas. Fotografias de relevos, de cursos dágua, de erosões, de locais e construções históricas, como de flagrantes de cenas típicas das regiões do leste brasileiro.

Tratando da Caatinga e de sua população flagelada pela fome, diz o autor: "Sem saúde e sem educação para os gêneros de vida de bom rendimento da cidade e da gleba, o caboclo jecatatuiza-se abraçado à carabina, e então o que resta de energia se concentra e se desenvolve no talento do índio para se infiltrar em todas as formações vegetais, especializando-se no conhecimento detalhado dos hábitos dos animais silvestres comestiveis...", cuja morte representa o sustento de milhares de famílias brasileiras.

Mais adiante diz: "A história da conquista das Américas pelos europeus não é apenas mais uma comprovante da vitória pela superioridade de armamento, mas também do triunfo esmagador do melhor alimentado".

Chamou-nos a atenção, pelo assombroso fato que representa, o desenho, o de um arado de madeira "chamado "Pai Adão" de secular tradição no Recôncavo, introduzido pelos lavradores lusos, iniciadores da cultura da cana no século XVI. "Pai Adão" continua prestando serviços aos canaviais baianos".

As extensas florestas de pau brasil, nosso primeiro produto de exportação, foram substituidas pelos canaviais. O enviado de Portugal desapossou "os velhos posseiros tupís, entregando aos lavradores que trouxeram das ilhas atlânticas e aos mestres de açúcares ótimos terrenos bem regados para a expansão da gramínea imperialista".

Em capítulo muito vivo que o autor intitula de **Cruzada de Extermínio,** assim se expressa: "Si do lado do mar, a preocupação era a Guerra do Pau Brasil, do lado do continente continuava a reação tupí na guerra para reconquista dos terrenos de Caça e Pesca..." E a seguir:

"Os lusos tabajaras tiveram dois anos de rude peleja, perdendo dois engenhos, e essa perda de um par de fábricas de açúcar é um dos argumentos que o novo comandante manda pessoalmente ao rei para dar-lhe idéia da fereza daquela que era também **Guerra do Açúcar,** bem pessoalmente sentida por êle, fundador do que viria a ser a toda poderosa Casta dos senhores de engenho..." Guerra do Pau Brasil foi a luta contra os franceses e Guerra do Açúcar, como o autor denomina as guerras contra os holandeses.

Não estranhe o leitor os dados históricos que o autor prodigaliza através de todo o livro. Êste é de fato uma "geografia do açúcar" como a geografia é compreendida em ciência moderna. Depois de Euclides da Cunha, a antropogeografia tem sido pouco trabalhada no Brasil. Os professores estrangeiros que recentemente a estudaram entre nós, não a aplicaram a fatos da vida brasieira. Pierre Monbeig e Deffontaines, pode-se dizer, vêm fazendo geografia geral. Afonso Varzea em nada lhes fica a dever. Ao contrário, retoma a tradição euclidiana e aplica o que há de mais moderno e novo na ciência geográfica, ao estudo e à interpretação de um grande problema nacional, vindo das próprias fontes formadoras da nacionalidade.

Não estranhe, repetimos, o leitor menos acostumado ao uso do método geográfico como o faz Afonso Várzea. Onde vir referência a um fato, uma guerra, a preço, a costume, lá encontrará também o "fato geográfico". O terreno, o clima, a formação dos rios, das montanhas e dos vales são explicados em conjunto com o homem dentro da economia, dos costumes e da vida social, condicionada pela lavoura da cana e pela indústria do açúcar.

O autor cita pouco. Mas nota-se desde as primeiras páginas de seu livro a ausência do didatismo. Sai-se da atmosfera dos compêndios, a que não conseguem escapar alguns autores brasileiros.

Os mestres De Martonne, Brunhes, de la Blache e, mesmo, Ratzel parecem formar, com seu espírito científico, todo o ar que se respira, através do texto, dos desenhos, dos mapas e fotografias com que o geógrafo brasileiro documenta. E é atual. De início logo se encontra nossa civilização que mal sobe algumas ladeiras do litoral como os caranguejos do cronista, comparada com a do Chile, obrigado, ao contrário do Brasil, a viver em faixa litorânea, essa sim limitada por fronteira geográfica e política. E, para diante, o que se explica é o Brasil de hoje.

Temos, mesmo, um livro de geografia, da geografia do Brasil que estamos vivendo."

# BIBLIOGRAFIA

**Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção**

## REVISTA DE DIREITO AGRARIO —

Recebemos um exemplar do n.º 3 da "Revista de Direito Agrário", publicação especializada sob a direção do Sr. Vicente Chermont de Miranda, chefe da Secção Jurídica do I.A.A. e professor da Faculdade Católica de Direito. Trata-se de uma revista que já se impôs pelo valor dos seus diretores, pêla excelência dos seus trabalhos editoriais e pêla sua escolhida colaboração. O seu primeiro artigo. "Finanças Usineiras", é assinado por Gyl Seara, pseudônimo de um ex-parlamentar e economista. O Sr. Francisco da Rosa Oiticica contribui também, nesse número, com substancioso estudo sôbre o direito agrário. Uma parte noticiosa, com as últimas decisões oficiais sôbre coisas agrárias no país, afora colaborações estrangeiras, completa a revista, situando-a como leitura das mais úteis para os estudiosos dos nossos problemas de ordem econômica e social.

## RELATORIO DO MINISTERIO DA FAZENDA — 1942.

Recebemos um exemplar do relatório do Ministério da Fazenda, referente ao exercício de 1942. Êsse documento, que agora aparece em volume, foi apresentado ao chefe do govêrno, em 31 de dezembro do ano passado, pelo titular daquela Secretaria de Estado, Sr. Artur de Sousa Costa.

O primeiro capítulo é dedicado ao exame das contas públicas; no segundo, encontra-se detalhado estudo sôbre a situação econômico-financeira do país, fazendo-se aí longa exposição sôbre os acôrdos de Washington, o comércio interno e externo, a balança comercial e o movimento bancário. O terceiro capítulo é dedicado à reforma do padrão monetário; o quarto ao Conselho Técnico de Economia e Finanças e o quinto à administração fazendária.

O volume contém, em anexo, matéria também interessante.

Pela importância dos assuntos que versa, o relatório do ministro Sousa Costa é um documento do mais alto valor, cuja leitura proporciona um conhecimento exato e minucioso das atividades daquele Ministério e da situação econômico-financeira do país, nos seus aspectos mais significativos.

## ECONOMIC RECONSTRUCTION — J. R. Bellerby.

— Registra-se atualmente na Inglaterra uma febre de estudos sôbre o futuro da sociedade nos tempos incertos, que sucedem às conflagrações. O volume I, de "Economic reconstruction", de J. R. Bellerby, o qual veio às nossas mãos por cortezia do representante, no Brasil, do Conselho Britânico, representa mais uma dessas tentativas para aclarar o nevoeiro diante de todos nós O livro é um amplo inquérito procurando mostrar como o emprêgo integral (isto é, aquele que garanta a dignidade da existência) poderia ser estabelecido em tempos de post-guerra. A área industrial de Clydeside, em contínua depressão entre as duas guerras, foi a pesquisada.

Diz o autor que não há problema econômico insolúvel no delinear um plano de trabalho para todos, num sistema de competição. As causas de êrro são de ordem psicológica, moral e política. Se bem que técnicamente realizável, a solução do problema apoia-se muita vez na condição humana e isto, na opinião do autor, é que dificulta senão liquida a questão.

O campo revolvido pelo trabalho do Bellerby é bem grande. Sua extensão justifica assim algumas deficiências do livro, as quais não representam omissão ou descuido do autor. O esfôrço para abranger outros setores correlatos exigiria uma equipe numerosa e competente. O autor contou com reduzido número de colaboradores. Afora o desemprêgo, outros problemas de ordem social foram deixados de lado ou observados supeficialmente : a habitação, a urbanização, salários, horários de trabalho, condições do trabalho, a redistribuição das indústrias e das populações, no após-guerra, não mereceram atenção demorada. Mas, como bem salienta o autor, o fim do inquérito, no presente volume, foi tornado o mais específico possível e daí a necessidade de confinar o tema ao imediatamente prático e obejtivo, guardando apenas os pontos de retferência de maior importância.

O autor promete-nos, para seu volume II, ainda a ser publicado, sua contribuição ao planejamento de uma norma de ação internacional, em matéria de economia.

## DIVERSOS

BRASIL: — Boletim da Associação Comercial de São Paulo, ns. 43 a 47; Boletim da S.O.S. ns.

# COMENTÁRIOS DA IMPRENSA

**A transcrição de notas e comentários da imprensa, nesta secção, não significa, convém deixar bem claro, concordância, da nossa parte, com os conceitos neles exarados.**

## PADRÃO E EXEMPLO

O problema do abastecimento das populações frente à guerra é problema deveras difícil, mesmo para as nações com centros produtores de envergadura e aparelhadas de transportes suficientes. Diante da realidade que nos entra pelos olhos a dentro, como seja a da redução da nossa frota mercante e a deficiência da nossa rede ferroviária, por certo o escoamento da nossa produção para os mercados consumidores há de encontrar óbices irremovíveis. Mas, é fora de dúvida que a questão dos suprimentos de gêneros de primeira necessidade, entre nós, não foi inicialmente submetida ao regime sancionado pela experiência, ou seja o do racionamento. Êsse êrro de origem ainda responde pela confusão reinante em matéria precípua para o trabalho, a ordem e a paz dos espíritos. Por isso mesmo, reiteradamente, tivemos que opor críticas e reparos ao que se vinha fazendo em caráter experimental.

Todos reconhecem que o Govêrno não tem poupado esforços para garantir o abastecimento da nossa população. Nesse sentido, o Ministro João Alberto e ulteriormente o Comandante Amaral Peixoto, ambos tudo fizeram e continuam a fazer em benefício do povo. Acontece, porém, que os percalços do abastecimento subsistem com as oscilações inevitáveis de preços, dos tabelamentos, das liberações, da escassez, da falta absoluta, às vezes, das filas inevitáveis, das queixas, dos protestos ostensivos e velados, da ação subterrânea dos "trusts", das manobras altistas e "tutti quanti" sugere a exploração da bolsa do povo, sob o pretexto especioso de que a guerra é responsável por tôdas as desgraças.

E' verdade, entretanto, que os consumidores, no tocante ao açúcar e ao álcool, estão plenamente contentados. Por que? porque o racionamento, a solução adequada e aceita

---

107 a 109; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n. 201; Boletim Estatístico do Instituto Nacional do Sal, ns. 43/15 e 43/16; Boletim Semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 406 e 408; Boletim do M.T.I.C., n. 112; Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, n. 2; Boletim da Associação Comercial do Pará, ns. 9 e 10; Boletim do Museu Nacional. zoologia, ns. 6 a 14 e geologia, n. 1; O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã, n. 46; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 2; Boletim Shell, n. 20; Ceres, n. 26; Coop, ns. 25 a 27; Cooperação, n. 19; Como requisitar material e Usar o Catálogo do Material, publicação do D.A.S.P.; Dos Jornais e do Rádio, ns. 27 a 28; Economia, n. 57; O Economista, n. 287; Formação, n. 68; Imposto de Consumo, n. 58; Mundo Automobilístico, n. 1; Nação Armada, n. 52; O Observador Econômico e Financeiro, n. 97; Paz e Guerra, publicação do D.I.P.; Revista Bancária Brasileira, n. 134; Revista A.C.M., n. 50; Revista Brasileira de Química, n. 52; Revista de Química Industrial, n. 141; A Rodovia, n. 49; Revista de Agricultura, ns. 1 e 2; Revista do Serviço Público, n. 3; Revista do D.N.C., n. 127; Rodriguésia, n. 16; Vitória, ns 534 a 538.

ESTRANGEIRO: — Amilaceas Microbianas, por Walter A. Bertullo e Alcohol Absoluto, por Rogelyo Ferreyra Guerreros; The Australian Sugar Journal, n. 8; As Américas Unidas, publicação do Coordenador de Assuntos Interamericanos, de Washington; Boletim Linotípico, n. 59; Boletin de la Estacion Experimental Agrícola, n. 4 e Circular, n. 119; Caterpillar Magazine, n. 87; Corporación Paraguaya de Alcoholes, n. 31; El Cañero, n. 6; A Comemoração do X Ano do Instituto do Vinho do Porto e Cadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Porto, n. 44; Cuba Econômica y Finnciera, n. 213; Cenco News Chat, n. de dezembro de 1943; Camara de Comércio Argentino-Brasileña, n. 340; Elaboraciones y Envases, n. 3; The Enthusiast, ns. de outubro de 1943 a janeiro de 1944; Foreign Commerce Weekly, ns. 9 e 13 do vol. XIII e 1 do vol. XIV; Guia de Importadores de Indústrias Americanas, n. 11; Gaceta Algodonera, n. 240; The International Sugar Journal, ns. 539 a 541; La Industria Azucarera, n. 603; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 50, 51, 2 e 4; Monsanto Magazine, n. 1; Notícias de México, ns. 85 e 86; Producción, n. 4; Planificación Económica, ns. 10 e 11; Revista de la Camara de Comércio Uruguayo-Brasileña, ns. 55 a 57; Revista de Estadística, n. 10; Revista de Agricultura, República Dominicana, n. 146; El Rotariano Argentino, n. 203; Revista Industrial, n. 2; Revista Industrial y Agrícola de Tucuman, ns. 1 e 3; Técnica Azucarera, ns. 21-22 e 23-24; Tiras de Colores, ns. 12 a 14; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 48, 2 e 4.

por todos os povos, uma vez instituido, fixou a normalização completa do comércio daqueles produtos. Se se tivesse adotado igual providência para a carne, o leite, o carvão, a manteiga, etc., de muita coisa desagradavel ter-se-ia livrado o povo.

O comércio livre dos artigos de primeira necessidade estabelece preferências e torna inevitável o aprovisionamento sem limite, para os que podem, fora da fila, entrar com o argumento decisivo da fôrça dos cruzeiros proliferantes. O senso básico do consumo foi levantado com rigor e boa técnica para o fornecimento de açúcar e de álcool. Êsse cadastro deve ser aproveitado para o levantamento do consumo "per capita" dos artigos que devem ser objeto de racionamento.

Fixemos o padrão e o exemplo do I.A.A., e a vida do consumidor carioca retornará ao rítmo de sua normalidade.

("Jornal do Brasil", Rio, 17-3-44.)

---

## A QUESTÃO DO AÇUCAR

**Lindolfo Gomes**

Agrava-se de dia para dia a situação das populações de quase tôdas, senão de tôdas as localidades mineiras, no tocante à insuficiência do suprimento do açúcar destinado a êste Estado — segundo afirmam muitos comerciantes para justificarem a alta dêsse produto nas vendas a varejo, em consequência do também elevado preço pelo qual consegue adquirí-lo

Não queremos discutir o assunto, nem o podem fazer os consumidores, por não disporem de elementos para êsse fim.

O que é de notar, porém, é que o preço de venda do açúcar, no comércio a varejo, varia, em muitos armazens entre dois cruzeiros e vinte centavos e três cruzeiros e cinquenta centavos, até mesmo em se tratando de produto de qualidade inferior, como o "instantâneo" e o "cristal".

Estamos, portanto, em face de uma situação de todo em todo anormal e lamentável.

Contudo parece que o panorama vai agora modificar-se com a proibição de se exportarem certos produtos, julgados indispensáveis ao abastecimento público, como o açúcar, de um para outro município, mesmo dentro do território do Estado a que pertençam tais municípios, sem licença das autoridades, encarregadas da coordenação.

Em referência ao açúcar, o "Jornal do Brasil" de ante-ontem publica um longo e esclarecedor comunicado do Instituto do Açúcar e do Álcool, divulgado por intermédio da Agência Nacional.

Nesse importante documento, encontram-se os seguintes tópicos com informes que precisam ser divulgados, por suficientemente elucidativos :

"Quanto às refinarias mineiras, tem o Instituto se esforçado para assegurar as quotas de que elas precisam. Com a chegada do açúcar do norte do país, se tem saído açúcar refinado para Minas, o certo é que também se vendeu muita rama — tôda rama de que se podia dispor no momento.

Resta o último ponto: o do preço. Reconhece o Instituto que são excessivos os preços e tudo tem feito para combater o mercado negro. Os produtores acusam os comerciantes de especulação: os comerciantes dizem que já adquirem o açúcar onerado com as margens clandestinas, exigidas pelo produtor acima do preço fixado pelo Instituto. Por isso se esforça o Instituto para que o açúcar liberado para Minas seja posto à disposição das Prefeituras, que estão em condições melhores para auxiliar o combate ao mercado negro, denunciando os verdadeiros culpados".

A providência, a que se refere o comunicado, qual a de tencionar aquele Instituto pôr o açúcar liberado para Minas à disposição das respectivas Prefeituras Municipais é deveras louvável.

Não há dúvida. A medida, se rigorosamente aplicada, dará os melhores resultados no duplo objetivo de combater o "mercado negro" e de se punirem os culpados de tão nefanda especulação.

Esperamos, pois, com ansiedade que a justa e acertada providência seja em breves dias posta em execução, a qual o comércio honesto e também vítima de especuladores sem alma não deixará de aplaudir.

("Diário Mercantil", Juiz de Fora, 26-3-44.)

Esta Revista foi composta e impressa nas of. de Industrias Graficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro